



pela **SALVAGUARDA**
do **COMPLEXO**
das **SETEFONTES**

assine a petição
<http://www.peticao.com.pt/sete-fontes>

Contextualização

O “Complexo das Sete Fontes”, localizado na cidade de Braga, é um Património arquitectónico e ambiental único, homologado Monumento Nacional por despacho de 29-05-2003 do Ministro da Cultura e actualmente em fase final de classificação com Zona Especial de Protecção (ZEP).

Um grupo de cidadãos, confrontado com a eminente destruição deste conjunto arquitectónico e ambiental, mobilizou-se numa petição como forma de intervenção cívica na expectativa de ser ainda possível deter este processo.

O Complexo das Sete Fontes é uma obra de engenharia hidráulica única, datada do século XVIII, com inestimável valor histórico, cultural e arquitectónico. Trata-se de um monumento ainda VIVO, tendo em conta a riqueza da água e biodiversidade em fauna e flora.

Durante séculos o complexo manteve-se funcional e preservado, abastecendo de água grande parte da cidade de Braga, mas, nos últimos anos, tem sido sujeito a constantes agressões à sua integridade, conforme tem sido denunciado por várias associações de protecção do património e ambiente, várias forças políticas, comunicação social e população bracarense em geral.

À elevada pressão urbanística já existente, junta-se agora, a ameaça da construção de um ou mais viadutos, designados de acesso ao novo Hospital Central de Braga, que conforme estudo prévio (ver planta em anexo), atravessam o Complexo das Sete Fontes. Cientes da importância deste equipamento de saúde para a cidade consideramos necessário conciliar a preservação deste monumento, com os acessos à nova unidade hospitalar garantindo sempre a qualidade de vida da população.

A construção do viaduto ameaça o nível de protecção que lhe advêm da classificação como Monumento Nacional e futura Zona Especial de Protecção.

Sendo assim, esse conjunto de cidadãos, organizou a recolha de assinaturas, quer em papel, quer por via electrónica (<http://www.peticao.com.pt/sete-fontes>), tendo recolhido cerca de 5000 assinaturas.

Teor da Petição

1. Preservação, restauro e manutenção desse património único, incluindo todas as seis (outrora sete) Mães-d'Água, minas, galerias e condutas.
2. Proibição de construção nas imediações do Complexo das Sete Fontes, incluindo o(s) viaduto(s) previstos e realização de estudos de acessos alternativos ao futuro Hospital. A execução destes acessos deve conter a obrigação de contornar o Complexo, não o invadindo e respeitando assim a ZEP.
3. Aumento da área da ZEP e do nível de protecção, incluindo zona *non edificandi*, salvaguardando os veios de água, a vital exposição solar e a manutenção do tapete vegetal.
4. Exposição pública e detalhada de estudos actualizados de impacto ambiental dos acessos, com os respectivos estudos hidrogeológico e arqueológico da área circundante.
5. Devolução da fonte mais alta ao seu conjunto arquitectónico, excluindo-a dos terrenos do novo Hospital Central de Braga.
6. O reaproveitamento, já prometido pelo actual executivo camarário, da água, com a respectiva recondução para fins públicos (fontes e fontanários) e privados (mediante pagamento).
7. A concretização de uma promessa, há muito anunciada pela C.M. de Braga, de criação do futuro “Centro Interpretativo da História da Água” no Complexo.

Pedidos de intervenção e fundamentação

- Uma vez que se trata de um Monumento Nacional, pedimos a intervenção do Ministério da Cultura (ou dos organismos dele dependentes), no sentido de garantir a preservação e reabilitação do mesmo. Pedimos ainda alargamento da área da ZEP e do nível de protecção, incluindo zona *non edificandi*.
- A água é o mais importante dos bens comuns. Este recurso natural que parecia ser infinito, sabemos agora que é um bem escasso. Dada a existência, no Complexo, de nascentes e linhas de água, julgamos pertinente a intervenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, no sentido de garantir a sua integridade. Recordamos que, um espaço desta natureza só tem sentido se houver aproveitamento da água aí existente e se mantiver a funcionalidade do engenho hidráulico a ele associado.
- Sendo reconhecido o interesse ambiental do Monumento e zona envolvente, solicitamos a intervenção dos organismos que tutelam e supervisionam os estudos de Impacto Ambiental, com o objectivo de garantir que as construções envolventes não ameacem nem as estruturas subterrâneas seculares nem a qualidade ambiental do local. A manutenção da área verde, parte integrante do Complexo das Sete Fontes, será benéfica como zona tampão da nova Unidade Hospitalar.

Tendo em conta as ameaças que pairam sobre este MN consideramos que devem ser debatidas soluções alternativas de planeamento urbano, que conciliem a preservação do monumento e a sua área verde envolvente, com os acessos à nova Unidade Hospitalar e a qualidade de vida dos moradores da zona.

Seguem em anexo os seguintes documentos:

Anexo I - Dossier da Junta de Freguesia de S. Victor, Braga (onde se localiza o monumento)

Anexo II - As Sete Fontes vistas pelos especialistas e pelo IGESPAR

Anexo III - As Sete Fontes na Imprensa

Anexo IV - Estudo de Impacte Ambiental

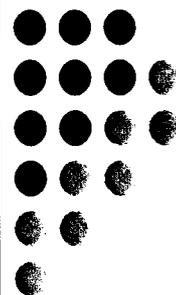
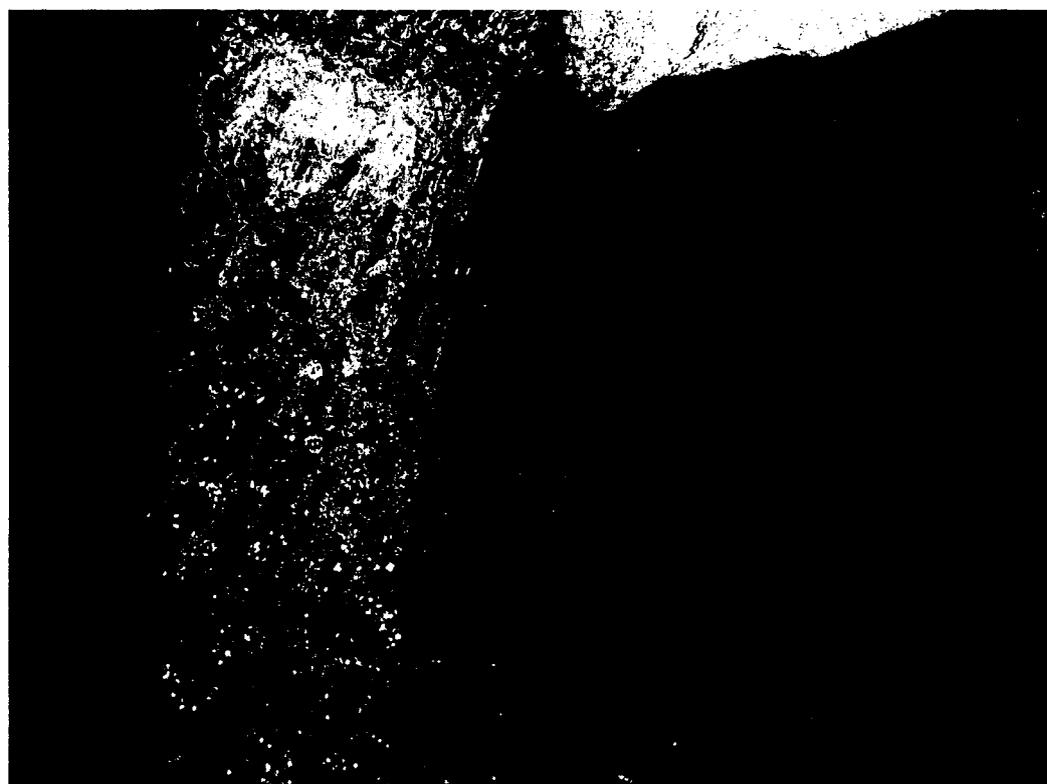
Anexo V - Interpeleções dos cidadãos à Câmara Municipal de Braga

ANEXO I

**Dossier da Junta de Freguesia de S. Victor, Braga
(onde se localiza o monumento)**

PROCESSO SETE FONTES

MONUMENTO NACIONAL



S. VICTOR - BRAGA - PORTUGAL

Fevereiro de 2010



**Junta de Freguesia de S. Victor
Município de Braga**

ÍNDICE

- Fotos/Outros elementos de interesse das SETE FONTES.
- Análise laboratorial das águas das SETE FONTES – Fevereiro de 2010.
- Localização geográfica da área do Complexo das SETE FONTES.
- Acta da reunião com Presidente da Câmara Municipal de Braga – 02/12/2009
- Discussão pública da ZEP – Zona Especial de Protecção das SETE FONTES – Outubro/Novembro de 2009
- Proposta de alteração ao traçado da variante à EN 103 (Gualtar), enviada às EP-Estradas de Portugal e à DRCN - Porto – Maio/Junho de 2009
- Prospecção Arqueológica da Zona das SETE FONTES - Janeiro/Junho de 2009





**JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR
MUNICIPIO DE BRAGA**



**MARCHA EM DEFESA DAS SETE FONTES
MONUMENTO NACIONAL**





**JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR
MUNICIPIO DE BRAGA**



**FOTOS INÉDITAS DAS SETE FONTES
MONUMENTO NACIONAL**

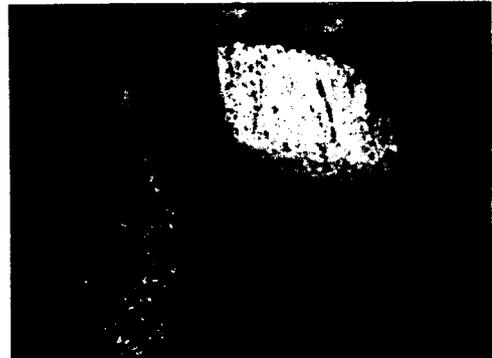
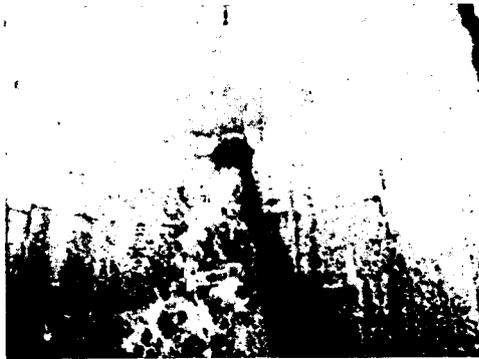




**JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR
MUNICIPIO DE BRAGA**



**FOTOS INÉDITAS DAS SETE FONTES
MONUMENTO NACIONAL**



Sete Fontes – Património Nacional

Preservar



Não destruir



Freguesia de S. Victor

População: 35000 residentes

Actividades económicas: Artesanato, Industria de Panificação, comércio e serviços, metalomecânica e outras.

Festas e Romarias: Procissão da Nossa Senhora da "Burrinha"(Semana Santa) – "Respire Feliz em São Victor" (Verão), Festa de S. Marçal (Capela do Guadalupe) em Setembro.

Património: Igreja Paroquial de São Victor, Capela de São Victor-o-Velho, Convento Franciscano do Montariol, Torre de Passos, Casa da Ribeira de Passos, Casa da Tojeira, Igreja e Casa da Quinta de Santa Tecla, Capela de Guadalupe, Casa das Goladas, Igreja de Nossa Senhora-a-Branca, Recolhimento das Convertidas, Rua de São Victor, Sete Fontes e Fábrica Confiança

Outros Locais: Mata do Convento Franciscano do Montariol, Galeria de Exposições da Junta de Freguesia, Complexo Desportivo da Rodovia.

Gastronomia: Bacalhau à Narcisa e à "Estarola" e " pica no chão à Areal".

Artesanato: Cestaria, fundição de metais e fabrico de velas em cera, "Fimo plástico e biscuit".

Colectividades: Associação Juvenil "A Bogalha", Grupo de Teatro Infantil "E-Manóides", TINBRA–Teatro Infantil de Braga; Grupo de Cantares Mulheres do Minho, Sinfonietta Musical de Braga, Estudantina de Braga (Tuna Universitária), Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé", Coral de Guadalupe e "Amigos do Cavaquinho" de Manuel Lima.

Colectividades Desportivas: Águias Futebol Clube, G.D. Alegrienses, S.C. Leões Enguardas, G.D. Peões, G.D. Sete Fontes, G.D. Santa Tecla, Braga BolaCesto Clube, Clube de Ténis de Braga, Hóquei Clube de Braga, Manabola-Lusitano de Braga, Clube Atletismo "Os Braguinhas".

Junta de Freguesia de São Victor

Rua S. Victor, 11, Telf. - 253 27 4815 – Fax - 253 274 844

E-mai-geral@juntasvictor.pt * Site-www.juntasvictor.pt

CAMINHADA ÀS SETE FONTES ESCA – CTD 12ºR



Sete Fontes

Monumento Nacional

26 – Janeiro – 2010

Sete Fontes

As Sete Fontes, com as suas imensas condutas revestidas de pedra onde chegam a poder passar duas pessoas em simultâneo, com as suas condutas subterrâneas, algumas em profundidade e outras quase à superfície, com as minas e poços, com as seis “casas” – outrora eram em número de sete – em que se juntam, tratam e decantam as águas, as Sete Fontes, digo, são o mais importante monumento à perenidade da acção das sucessivas vereações que a Câmara teve durante os últimos quatro séculos. Foram muitos os trabalhos em que os edis se empenharam em resolver para o bom progresso da cidade; mas em nenhum se sente um cuidado tão grande quanto o que devotaram ao problema da água.

Durante centenas de anos as Sete Fontes foram o principal ponto abastecedor de água da cidade. Foi só no ano de 1929 que começou a funcionar o sistema da central de captação de águas do rio Cávado, na Ponte do Bico.

Naturalmente que hoje o caudal da água das Sete Fontes é manifestamente insuficiente para os consumos domésticos e industriais da cidade. Mas, sabendo-se que a água se tornará a muito curto prazo o bem mais precioso da humanidade há que pensar seriamente em defender aquele manancial, estimado no ano de 1934 em cerca de 500.000 litros por dia. E, também, há que estudar detidamente toda esta epopeia que se estendeu por séculos, há que aprender a respeitar e preservar este importantíssimo conjunto do engenho e arte dos nossos antepassados.

As Sete Fontes não são apenas a parte visível, as lindas Mães de água com as armas do arcebispo D. José de Bragança e a data de 1744, data e armas que afinal não são de todo correctas porque, como vimos, já há pelo menos três quartos de século que ali se procurava a água – e com excelentes resultados – que a cidade bebia. As Sete Fontes são também aquele labirinto infindo de minas e condutas que por ali andam escondidas sob tojos, campos de cultura, carvalhos, castanheiros, sobreiros e alguns pinheiros.

Retirar uma pedra ou uma das caixas de água, cortar um veio, obstruir um canal, ou permitir a construção ao seu lado ou à sua volta, é destruir uma parte importantíssima de um todo excepcional e com raros paralelos por esse país fora como é o cano do Complexo Monumental das Sete Fontes.

A nossa homenagem a D. Rodrigo de Moura Teles, D. José de Bragança e a todos aqueles que serviram Braga, servindo a população com grande qualidade.

“Água das Sete Fontes”

A Junta de Freguesia de S. Victor, tem mantido nestes últimos anos de forma regular, a análise das águas das Sete Fontes, com incidência particular na “Bica Pública das Sete Fontes”, na estrada da Carreira do Tiro no Bairro das Sete Fontes, nesta Freguesia.

Com melhoramentos recentes da responsabilidade desta Junta de Freguesia, no local de recolha pública de água, tornando-a mais segura na sua qualidade e uso, temos verificado com regozijo, a cada vez maior procura deste precioso liquido, num local que é parte de um todo, onde se insere o Complexo Monumental das Sete Fontes, PATRIMÓNIO NACIONAL, localizado nesta Freguesia de S. Victor em Braga e associado há séculos com a história do abastecimento de água à cidade de Braga.

As análises cruzadas entre um Laboratório privado com quem esta Autarquia de S. Victor estabeleceu um protocolo e o Laboratório de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. que procede regularmente à vigilância deste ponto de água, permite-nos concluir com ORGULHO CENTENÁRIO que:

Em Braga, as SETE FONTES ainda dão de beber aos Bracarenses ÁGUA PURA E CRISTALINA,

JUNTA DE FREGUESIA DE S. VICTOR
BRAGA

Sector de Águas
CONSUMO

Freguesia de S. Victor

S. Victor

4700 BRAGA

Boletim Analítico Nº: 10056-FP

Data de Saída: 2010/02/01

RELATÓRIO FINAL

☎: _____ ☎: _____ E-mail: _____

Identificação da Amostra:

<p>Data da colheita da amostra: 2010/01/26</p> <p>Hora da colheita:</p> <p>Responsável pela amostragem: LabMinho</p> <p>Registo da amostra no Lab: 2010/01/26</p>	<p>Identificação da amostra: Fonte das Sete Fontes</p> <p>Ponto de amostragem: Torneira</p> <p>Recipientes de amostragem: PET [✓] P. estéril [✓]</p> <p style="padding-left: 150px;">Vidro [] Outro []</p> <p>Fornecidos por: Laboratório [✓] Requisitante []</p>
---	--

Data do Início do Ensaio: 2010/01/26 Data da Fim do Ensaio: 2010/01/29

Grupo de Parâmetros: **Sumária**

Especificação da amostra: Água de Consumo

Legislação a cumprir: Dec. Lei 306/2007

Observações: Fonte das Sete Fontes

Tipo da amostra	<input type="checkbox"/> Água superficial	<input checked="" type="checkbox"/> Água subterrânea	<input type="checkbox"/> Água pluvial	<input checked="" type="checkbox"/> Consumo humano
	<input type="checkbox"/> Mineral Natural	<input type="checkbox"/> Água Termal	<input type="checkbox"/> Água Balnear	<input type="checkbox"/> Rede Publica
	<input type="checkbox"/> Hemodiálise	<input type="checkbox"/> Água de Processo	<input type="checkbox"/> Água de rega	<input type="checkbox"/> Piscina
	<input type="checkbox"/> Lixiviados	<input type="checkbox"/> Lamas		<input type="checkbox"/> Outro: _____
Origem	<input type="checkbox"/> Rede Publica	<input type="checkbox"/> Depósito	<input type="checkbox"/> Cisterna	<input type="checkbox"/> Fontanário
	<input type="checkbox"/> Albufeira	<input type="checkbox"/> Rio	<input type="checkbox"/> Lagoa	<input type="checkbox"/> Efluente Residual
	<input type="checkbox"/> Hemodiálise	<input type="checkbox"/> Piscina	<input checked="" type="checkbox"/> Fonte	<input type="checkbox"/> Aterro Sanitário
	<input type="checkbox"/> Nascente	<input type="checkbox"/> Furo	<input type="checkbox"/> Mina	<input type="checkbox"/> Poço
	<input type="checkbox"/> Depósito			<input type="checkbox"/> Outro: _____
Tratamento	<input type="checkbox"/> Não especificado <input type="checkbox"/> Tratada <input type="checkbox"/> Não Tratada <input type="checkbox"/> Outra: _____			

❖ Ensaio incluído no processo para acreditação

✓ Ensaio subcontratado acreditado

⊙ Ensaio subcontratado não acreditado

A amostragem não se encontra no âmbito da acreditação

Os Resultados apresentados referem-se unicamente à amostra designada neste Boletim Analítico, cuja reprodução, total ou parcial é proibida, salvo autorização do Laboratório

A representatividade das amostras só é garantida quando a amostragem é da responsabilidade do Laboratório.

LQ- Limite de Quantificação LD- Limite de Detecção MI : Método Interno

Valor Paramétrico – Valor limite imposto pela legislação em vigor

Caso necessite de um esclarecimento adicional ou surja alguma questão pertinente relativamente aos resultados da sua análise não hesite em contactar-nos.

Resultados Analíticos

Refº	Parâmetros	Unidades	Resultados	Valor Paramétrico	Método de Referência
AC/019	❖ Cor		<2,0	20	SMEWW 2120 C 21th Ed
AC/052	❖ Turvação	NTU	<0,4	4	SMEWW 2130 B 21th Ed
AC/014	Cheiro a 25°C	Taxa de Diluição	0	3	SMEWW2150 B 21th Ed
AC/033	❖ pH a 18°C		5,6	6,5-8,5	SMEWW 4500H B 21th Ed
AC/018	❖ Condutividade a 20°C	µS/cm	45,5	2 500	SMEWW 2510 B 21th Ed
AC/016	❖ Cloretos	mg/l Cl	7,0	250	SMEWW 4500-Cl B 21th Ed
AC/046	Sulfatos	mg/ISO ₄	<8,0	250	SMEWW 4500 E 21th Ed
AC/024	❖ Dureza Total	mg/CaCO ₃	18,4	-	SMEWW 2340 C 21th Ed
AC/002	Alcalinidade	mg/CaCO ₃	12,6	-	NP 421
AC/034	Residuo Seco	mg/l	41,0	-	SMEWW2540 C 21th Ed
AC/003	Anidrido Carbónico Livre	mgCO ₂ /L	63,3	-	SMEWW 4500 B 21th Ed
AC/102	❖ Nitratos	mg/l NO ₃	<1,0	50,0	SMEWW 4500 B 21th Ed
AC/103	❖ Nitritos	mg/l NO ₂	<0,05	0,50	SMEWW 4500 B 21th Ed
AC/005	❖ Azoto Amoniacal	mg/l NH ₄	<0,05	0,50	J. Rodier 8ª Ed., 8.1.1
AC/031	❖ Oxidabilidade	mg/l O ₂	0,9	5,0	NP 731
AC/025	Ferro	µg/l Fe	72,5	200	SMEWW 3500 B 21th Ed

❖ Ensaio incluído no processo para acreditação

✓ Ensaio subcontratado acreditado

⊙ Ensaio subcontratado não acreditado

A amostragem não se encontra no âmbito da acreditação

Os Resultados apresentados referem-se unicamente à amostra designada neste Boletim Analítico, cuja reprodução, total ou parcial é proibida, salvo autorização do Laboratório

A representatividade das amostras só é garantida quando a amostragem é da responsabilidade do Laboratório.

LQ- Limite de Quantificação LD- Limite de Detecção MI : Método Interno

Valor Paramétrico – Valor limite imposto pela legislação em vigor

SMEWW – Standard Methods for The Examination of water and wastewater , 21ª Edition

NP – Norma Portuguesa

OBS: Os resultados expressos na forma <x,x são inferiores ao limite de quantificação do método de ensaio.

2009.12.02 (12.25 – 13.15)

Reunião com Eng^o Mesquita Machado Presidente da C.M. de Braga e com o Vereador Hugo Pires.

Presentes da Junta de Freguesia Firmino Marques, Domingos Abreu, José Cruz e arquitecto Luís Malheiro da Assembleia de Freguesia de S. Victor.

Assunto: acessos ao Hospital/protecção das 7 Fontes

Após cumprimentos circunstanciais, o Dr. Firmino Marques refere a deslocação às “Estradas de Portugal”, sendo que aí nos teria sido dito que o projecto dos acessos era da responsabilidade da Câmara Municipal de Braga. Ora, volvidos alguns dias, tinha vindo a público que o projecto dos acessos havia resultado de uma iniciativa dos privados com interesses imobiliários na zona em causa. O Eng^o M. M. explicou a iniciativa dos privados com a paralisação a que os seus projectos estavam obrigados enquanto não ficasse definido o traçado dos acessos. Assim, e porque a “Estradas de Portugal” não estivesse a dar andamento a esta situação, os particulares – por sugestão da “Estradas de Portugal” – encomendaram este estudo a uma empresa de Lisboa, ela própria de reputação reconhecida pela “Estradas de Portugal”.

Nestes esclarecimentos há um primeiro momento em que o Eng^o M. M. julga que a JF contesta totalmente os acessos, diz que a obra relativa aos acessos tem de ser feita sob pena de o Hospital não poder funcionar, o que acarretaria, também, indemnizações aos particulares. Este desentendimento fica sanado quando o Dr. Firmino Marques afirma que nunca esteve em causa a rotunda inferior, dita do “Areal” ou “Retail Park” e a via sul de circulação. O Eng^o M. M. diz que essa é a única parte aprovada e em implementação tão breve quanto possível, já que o Hospital estará pronto dentro de 14 meses, sensivelmente. Quanto ao prolongamento para nascente da via implantada no sombreado verde do mapa, o Eng^o M. M. referiu que isso remete para uma segunda fase, todavia por concluir e aprovar em definitivo. Disse, porém, que achava que o acesso no futuro não se poderia fazer só no sentido ascendente até à rotunda do “Retail Park”, carecendo

ser feito também no sentido descendente, até à mesma rotunda, isto é, pela via que a JF crê desnecessária.

O Dr. Firmino Marques e o arquitecto Luís Malheiro procuraram valorizar a alternativa de circulação no prolongamento da via sul referida no parágrafo anterior. O Engº M. M. disse que estaria disponível para receber sugestões, sem que isso signifique que as decisões sejam no sentido das que avançavam os proponentes. Relativamente à opção da via sul disse que haveria casas e expropriações como obstáculo. O arquitecto Luís Malheiro disse que conhecia bem a zona, que tinha levantamentos fotográficos feitos por si, e que não encontrava colisão nenhuma que inviabilizasse esta opção. Disse depois de introduzida a questão pelo Presidente da JF que na zona há um único prédio em construção, por sinal acelerada, mas que a hipotética opção o ladeia, e que haveria apenas a questão da ocupação de dois lotes.

Com relação à "Zona de Protecção Especial" das 7 Fontes o Engº M. M. disse que o IGESPAR não a considerou "*non aedificandi*" para não arcar com indemnizações.

O Engº M. M. fez referência a uma estrada que seria construída no quadrante norte - nordeste sobre um antigo caminho desactivado, solução para quem demanda o Hospital vindo da parte Adaúfe, opção que visa diminuir a pressão sobre Infias (S. Vicente) e sobre a rotunda do "Retail Park".

Questionado sobre o viaduto referido na sessão pública da passada sexta-feira pelo cabeça de lista à Assembleia de Freguesia de S. Victor no último acto autárquico, o Engº M. M. disse nada saber, que havia aspectos técnicos de cuja informação ele não dispunha e que a entidade que detém os Projectos é a E.P-Sa. Sugeriu que se contactasse o técnico responsável da CMB para ajudar na "visualização" do possível. Disse, no entanto, que não tinha a certeza de que fosse possível um cabal esclarecimento, já que o processo tinha sido entregue à

“Estradas de Portugal”, desconhecendo se dele ficara cópia para consulta nos serviços camarários.

Falou-se da variante do Fojo com inicio em Gualtar, ficando claro que a mesma já existe como acesso à cidade de Braga e de forma particular à Rotunda de onde sairá o tráfego directo de acesso ao Novo Hospital Central de Braga a partir do “Nó do Areal”. Não se justifica assim que a “variante à E.N. nº 103 devasse Património Nacional” com o “projectado viaduto”, ficando a ideia que a Norte do Monumento Nacional, a mesma teria todas as condições para ter continuidade de Gualtar a Adaúfe e de encontro à Variante do Cávado, como uma alternativa mais credível daquela que se pretende no futuro, venha a ser uma “Cintura Rodoviária Externa à cidade de Braga.

24 - 2

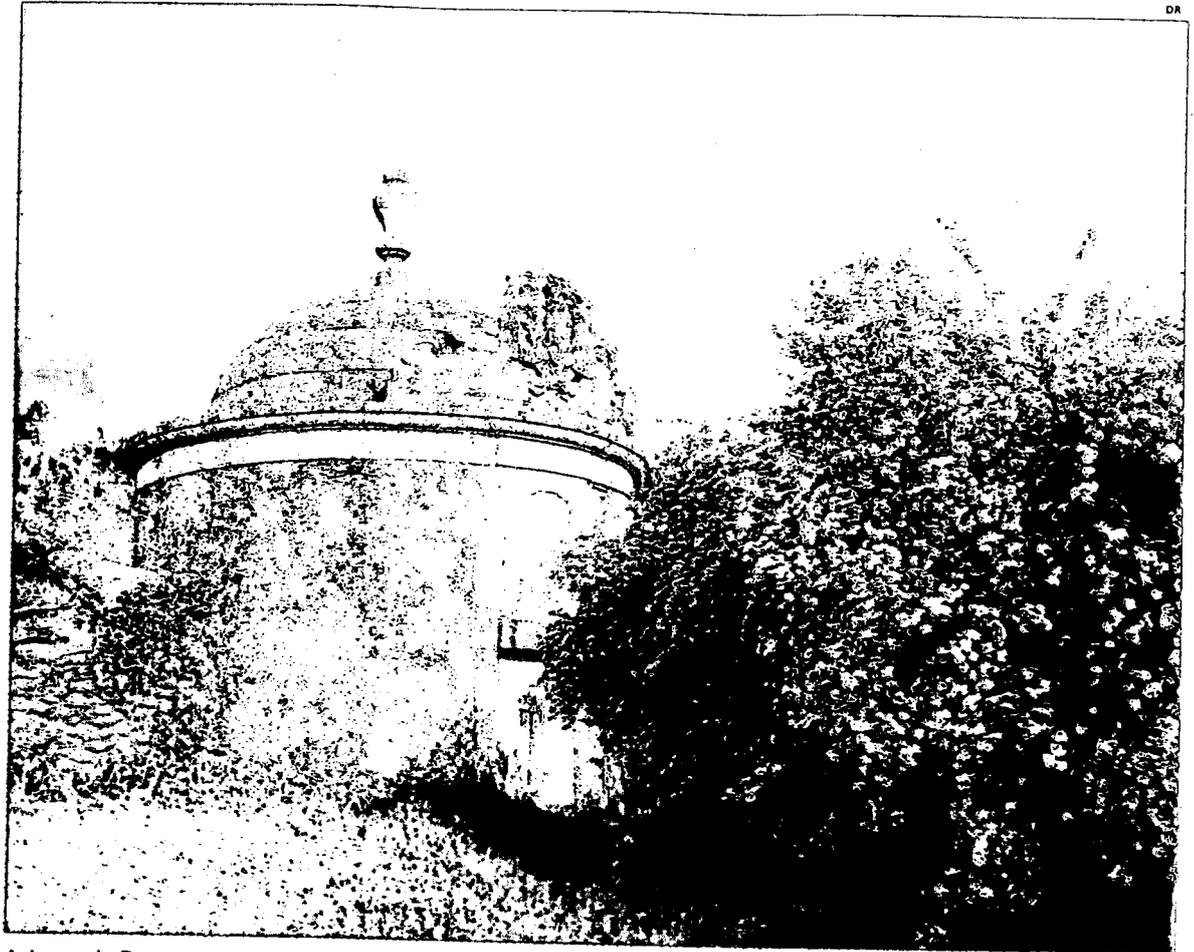
WAS


Destaque

Obra de ajuda aliue se fala cretos, fo-le alimen-vivem no

não que-dar o seu D. Rosali-em todos as vezes, à OCDP Num país -nos ain-ilação vá nselho a 3 OCDP»

erreira,
1.2009



A Junta de Freguesia de S. Victor, em Braga, promove hoje, a partir das 21h30, um debate sobre a "Zona Especial de Protecção das Sete Fontes". Na oportunidade, será igualmente dada a conhecer a proposta daquela autarquia, apresentada à Direcção Regional da Cultura Norte e à EP - Estradas de Portugal, acerca da Variante à Estrada Nacional 103 (Gualtar), que prevê um viaduto para aquela importante área patrimonial.

Director: José Miguel Pereira (C. P. 5962), director@diariodominho.pt; religiao@diariodominho.pt;

Chefe Redacção: Damião Pereira (C. P. 2751), chefe_redacao@diariodominho.pt; **Coord. Geral:** Luisa Teresa Ribeiro (C. P. 3851), redacao@diariodominho.pt; **Coord. Desporto:** José Eduardo (C. P. 2752), desporto@diariodominho.pt;

Redacção: Álvaro Magalhães (C. P. 3228), Carla Esteves (C. P. 5640), Daniel Lourenço (C. P. 4639), Francisco de Assis (C. P. 4587), Joaquim Martins Fernandes (C. P. 8472), Jorge Oliveira (C. P. 2753), José Carlos Ferreira (C. P. 3522), José Carlos Lima (C. P. 4822), Luis Filipe Silva (C. P. 5772), Marta Encarnação (C. P. 6414), Pedro Vieira da Silva (C. P. 4155), Avelino Lima (Fotog.) (C. P. 3060);

Secretárias da Redacção: Clementina Silva, Helena Areosa; **Guimarães:** Rui de Lemos (C. P. 7747), guimaraes@diariodominho.pt;

Viana do Castelo: Paulo Gomes (C. P. 5876), vianadocastelo@diariodominho.pt; **Colaboradores:** Abílio Peixoto, Acácio de Brito, António Pedras, A. Sílvio Couto, Avelino Barroso, Carlos Aguiar Gomes, Cruz Pontes, Dário Pedroso, Dinis Salgado, Eduardo Jorge Madureira, Eduardo Tomás Alves, J. M. Gonçalves de Oliveira, José A. Marques, Lima Duarte, Maria Fernanda Barroca, Mário Peixoto, Paulo Fafe, Ramiro Brito, Ricardo Rio, Rui Moreira, Silva Araújo, Teresa Braga Simões, Tito de Morais; **Agências noticiosas:** Lusa, Zenit, Ecclesia.

Telef.: 253 609 467. **Fax:** 253 609 469. **Depósito Legal:** n.º 1688/83. **Registo de Imprensa:** n.º 100 308 **Tiragem deste número:** 9.000 ex.

Impressão: Empresa do Diário do Minho, Lda., Complexo Industrial da Grundig, Lote 5, fracção A - Lomar - 4710-011 BRAGA





Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Exma. Senhora
MINISTRA DA CULTURA
Dra. Gabriela Canavilhas
Palácio Nacional da Ajuda
1.349 - 021 LISBOA

S. Victor em Braga, 29 de Novembro de 2009

Assunto: Publicação de Edital da ZEP - Zona Especial de Protecção ao COMPLEXO MONUMENTAL
DAS SETE FONTES, localizado em S. Victor - Braga
N/ofício - 0.861/2009

Ex.ma Senhora,

Na sequência da publicação pela Câmara Municipal de Braga de um Edital com a descrição da ZEP - Zona Especial de Protecção ao Complexo Monumental das Sete Fontes, da autoria do IGESPAR, inserto no Correio do Minho de 30 de Outubro de 2009, promoveu esta Autarquia um Debate - Discussão Pública sobre este importante documento, reunindo-se, no Salão Nobre da JF de S. Victor, dezenas de pessoas, entre representantes de Instituições de Defesa do Património e Promoção de um bom Ambiente e Técnicos credenciados da área de Arquitectura e Engenharia.

Foi um debate interessante, onde TODOS puderam participar e expressar as suas opiniões, sendo unânime o desejo de salvaguarda do importante Monumento Nacional que representa todo o vasto conjunto, entre Conduitas, Galerias, Mães de Água, Minas, Respiros e a Água, que compõem uma das mais emblemáticas referências do Barroco, inserido numa obra ímpar de engenharia hidráulica.

Por consequência:

1 - Saudamos o esforço do IGESPAR em alargar a Zona Natural de Protecção para este local de grande interesse arquitectónico e paisagístico (ZEP), de forma a que no futuro se possa impedir a violação do espaço Monumental das Sete Fontes.

2 - Defendemos que para além da ZEP preconizada se redija um compromisso com a C.M. de Braga através da elaboração de um "Plano de Pormenor", que evite a capacidade construtiva em toda a Zona Especial de Protecção, alavancando deste modo o prometido e não projectado pela Edilidade Local: - Parque Eco - Monumental das Sete Fontes. Sabemos que o PDM de 2001 permitiu a "inaceitável possibilidade construtiva" em toda a área adjacente aos terrenos que integram as Estruturas Edificadas, Minas, Conduitas ou Galerias. A defesa de espaço que proteja este Complexo, e sobretudo as linhas de água que o abastecem, deve nortear quer a elaboração final da ZEP, quer a evolução dos trabalhos de alteração previstos para o PDM do nosso Concelho. Defendemos para este local um "eco - museu", com um Centro Interpretativo da Água, que aborde quão vital é este precioso líquido para a existência

humana, pelo que a ZEP pode e deve referenciar a "permissão" de construção na sua "área exclusiva" apenas a: - equipamentos de apoio que funcionem como valorização para o Património.

3 - Tememos que os "estudos" da Câmara Municipal de Braga, designadamente aquele a que se referiu publicamente o seu Presidente como "estudo rudimentar" (*) para o futuro Parque da Cidade, possa ser um primeiro plano urbanístico para aquele complexo monumental, e não um plano de protecção para uma zona com alto valor arquitectónico, cultural, turístico e que, em termos paralelos, existe noutra região do País: o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, referenciado como de interesse da Humanidade.

4 - Deve, nas manchas verdes disponíveis, ser relevada uma área associada à ZEP, com a classificação de "Non Aedificandi", de forma a não favorecer "um prato de uma balança" que normalmente pesa sempre mais para os interesses imobiliários e os eventuais "negócios" futuros, que aquele destinado a "pesar" uma boa qualidade de vida para os bracarenses.

5 - Desta forma, solicitamos que a ZEP proposta possa a Sul ser alargada até ao limite confinante com o acesso público do "Retail Park", à Rua da Quinta de Passos, (na sequência de informações prestadas pelo Ex Vice Presidente da C.M. de Braga Dr. Nuno Alpoim e que deram como certa essa cedência pelos donos dos terrenos que originaram aquela construção) e que expresse de forma clara e inequívoca a protecção das elementares regras paisagísticas e defesa Patrimonial, impedindo o "pretensu traçado de nova via" (*), que a Câmara Municipal pretende implementar entre a referida unidade comercial e a Rua Rafael Bordalo Pinheiro", devassando também a Sul a Zona Especial de Protecção ao Complexo das Sete Fontes.

6 - A questão das acessibilidades, nomeadamente a Variante à E.N. nº 103 ao "Nó do Hospital" e não ao novo Hospital Central de Braga, deve ser resolvida sem colocar em causa o "miolo" desta área, que a Junta de S. Victor, o Igespar, as Associações diversas de Defesa do Ambiente e do Património (ASPA, JOVEM COOP, QUERCUS) e milhares de cidadãos pretendem proteger: basta, perceber que essa Variante, Zona de Entrada Nordeste (acessos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho) já se encontra, e bem, servida pela Variante do Fojo, pelo que mesmo mantendo a oportunidade da sua execução, devem as Instituições credenciadas, até pela sua não urgência, viabilizar outra passagem que não aquela que será violadora de espaço de interesse nacional e europeu.

7 - Reafirmamos que, partindo da Rotunda do Fojo em direcção ao Parque Norte e à Zona do novo Estádio, uma circular externa à cidade (CREB) não mancharia o Complexo Monumental das Sete Fontes, podendo, ainda, permitir o acesso ao novo Hospital a partir da Variante do Cávado (remodelada) sem sobrecarregar com "trânsito inoportuno" os "nós de acesso ao Novo Hospital".

8 - Apoiamos a vontade de "garantir área" Patrimonial, de lazer e de convivialidade à população, pelo que, sufragados recentemente, os Autarcas de S. Victor têm a confiança da população local que sempre acompanhou com inusitado interesse este tema, sendo legítimo solicitar que qualquer outro projecto que possa "penetrar" na ZEP, que não para o proteger e engrandecer, mesmo da Câmara Municipal de Braga, será redutor para a história e futuro da nossa Cidade e deverá ser recusado.

9 - Lamentamos que esta oportunidade de afloramento público de uma questão tão importante para a nossa Cidade não tivesse sido objecto de promoção do seu conhecimento e da recolha de opiniões por parte da Câmara Municipal de Braga, principal Agente interventivo neste "dossier", temendo a população Bracarense (opinião unânime do Debate promovido pela JF S. Victor) que corremos o risco, mais uma vez, de ser confrontados com mais um caso de "decisão consolidada", o que representaria um sério revés e um prejuízo para os valores Ambientais, Culturais e Patrimoniais, recomendados por todos os Organismos Internacionais.

Certos de que saberão dar a melhor atenção às preocupações que a Junta de Freguesia de S. Victor expressa nesta missiva, com o único objectivo de promover um aproveitamento adequado dos espaços com valor arquitectónico, arqueológico e paisagístico, como sucede com o Complexo das Sete Fontes (Monumento Nacional), apresentamos os nossos mais respeitos cumprimentos.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR,
O Presidente,



Dr. Firmino José Rodrigues Marques



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Exmo. Senhor
Director do IGESPAR
Dr. Gonçalo Couceiro
Palácio Nacional da Ajuda
1.349 - 021 LISBOA

S. Victor em Braga, 29 de Novembro de 2009

Assunto: Publicação de Edital da ZEP - Zona Especial de Protecção ao COMPLEXO MONUMENTAL
DAS SETE FONTES, localizado em S. Victor - Braga
N/ofício - 0.860/2009

Ex.mo. Senhor,

Na sequência da publicação pela Câmara Municipal de Braga de um Edital com a descrição da ZEP - Zona Especial de Protecção ao Complexo Monumental das Sete Fontes, da autoria do IGESPAR, inserto no Correio do Minho de 30 de Outubro de 2009, promoveu esta Autarquia um Debate - Discussão Pública sobre este importante documento, reunindo-se, no Salão Nobre da JF de S. Victor, dezenas de pessoas, entre representantes de Instituições de Defesa do Património e Promoção de um bom Ambiente e Técnicos credenciados da área de Arquitectura e Engenharia.

Foi um debate interessante, onde TODOS puderam participar e expressar as suas opiniões, sendo unânime o desejo de salvaguarda do importante Monumento Nacional que representa todo o vasto conjunto, entre Condutas, Galerias, Mães de Água, Minas, Respiros e a Água, que compõem uma das mais emblemáticas referências do Barroco, inserido numa obra ímpar de engenharia hidráulica.

Por consequência:

1 - Saudamos o esforço do IGESPAR em alargar a Zona Natural de Protecção para este local de grande interesse arquitectónico e paisagístico (ZEP), de forma a que no futuro se possa impedir a violação do espaço Monumental das Sete Fontes.

2 - Defendemos que para além da ZEP preconizada se redija um compromisso com a C.M. de Braga através da elaboração de um "Plano de Pormenor", que evite a capacidade construtiva em toda a Zona Especial de Protecção, alavancando deste modo o prometido e não projectado pela Edilidade Local: - Parque Eco - Monumental das Sete Fontes. Sabemos que o PDM de 2001 permitiu a "inaceitável possibilidade construtiva" em toda a área adjacente aos terrenos que integram as Estruturas Edificadas, Minas, Condutas ou Galerias. A defesa de espaço que proteja este Complexo, e sobretudo as linhas de água que o abastecem, deve nortear quer a elaboração final da ZEP, quer a evolução dos trabalhos de alteração previstos para o PDM do nosso Concelho. Defendemos para este local um "eco - museu", com um Centro Interpretativo da Água, que aborde quão vital é este precioso líquido para a existência humana, pelo que a ZEP pode e deve referenciar a "permissão" de construção na sua "área exclusiva" apenas a: - equipamentos de apoio que funcionem como valorização para o Património.



3 - Tememos que os "estudos" da Câmara Municipal de Braga, designadamente aquele a que se referiu publicamente o seu Presidente como "estudo rudimentar" (*) para o futuro Parque da Cidade, possa ser um primeiro plano urbanístico para aquele complexo monumental, e não um plano de protecção para uma zona com alto valor arquitectónico, cultural, turístico e que, em termos paralelos, existe noutra região do País: o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, referenciado como de interesse da Humanidade.

4 - Deve, nas manchas verdes disponíveis, ser relevada uma área associada à ZEP, com a classificação de "Non Aedificandi", de forma a não favorecer "um prato de uma balança" que normalmente pesa sempre mais para os interesses imobiliários e os eventuais "negócios" futuros, que aquele destinado a "pesar" uma boa qualidade de vida para os bracarenses.

5 - Desta forma, solicitamos que a ZEP proposta possa a Sul ser alargada até ao limite confinante com o acesso público do "Retail Park", à Rua da Quinta de Passos, (na sequência de informações prestadas pelo Ex Vice Presidente da C.M. de Braga Dr. Nuno Alpoim e que deram como certa essa cedência pelos donos dos terrenos que originaram aquela construção) e que expresse de forma clara e inequívoca a protecção das elementares regras paisagísticas e defesa Patrimonial, impedindo o "pretensão traçado de nova via" (*), que a Câmara Municipal pretende implementar entre a referida unidade comercial e a Rua Rafael Bordalo Pinheiro", devassando também a Sul a Zona Especial de Protecção ao Complexo das Sete Fontes.

6 - A questão das acessibilidades, nomeadamente a Variante à E.N. nº 103 ao "Nó do Hospital" e não ao novo Hospital Central de Braga, deve ser resolvida sem colocar em causa o "miolo" desta área, que a Junta de S. Victor, o Igespar, as Associações diversas de Defesa do Ambiente e do Património (ASPA, JOVEM COOP, QUERCUS) e milhares de cidadãos pretendem proteger: basta, perceber que essa Variante, Zona de Entrada Nordeste (acessos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho) já se encontra, e bem, servida pela Variante do Fojo, pelo que mesmo mantendo a oportunidade da sua execução, devem as Instituições credenciadas, até pela sua não urgência, viabilizar outra passagem que não aquela que será violadora de espaço de interesse nacional e europeu.

7 - Reafirmamos que, partindo da Rotunda do Fojo em direcção ao Parque Norte e à Zona do novo Estádio, uma circular externa à cidade (CREB) não mancharia o Complexo Monumental das Sete Fontes, podendo, ainda, permitir o acesso ao novo Hospital a partir da Variante do Cávado (remodelada) sem sobrecarregar com "trânsito inoportuno" os "nós de acesso ao Novo Hospital".

8 - Apoiamos a vontade de "garantir área" Patrimonial, de lazer e de convivialidade à população, pelo que, sufragados recentemente, os Autarcas de S. Victor têm a confiança da população local que sempre acompanhou com inusitado interesse este tema, sendo legítimo solicitar que qualquer outro projecto que possa "penetrar" na ZEP, que não para o proteger e engrandecer, mesmo da Câmara Municipal de Braga, será redutor para a história e futuro da nossa Cidade e deverá ser recusado.

9 - Lamentamos que esta oportunidade de afloramento público de uma questão tão importante para a nossa Cidade não tivesse sido objecto de promoção do seu conhecimento e da recolha de opiniões por parte da Câmara Municipal de Braga, principal Agente interventivo neste "dossier", temendo a população Bracarense (opinião unânime do Debate promovido pela JF S. Victor) que corremos o risco, mais uma vez, de ser confrontados com mais um caso de "decisão consolidada", o que representaria um sério revés e um prejuízo para os valores Ambientais, Culturais e Patrimoniais, recomendados por todos os Organismos Internacionais.

Certos de que saberão dar a melhor atenção às preocupações que a Junta de Freguesia de S. Victor expressa nesta missiva, com o único objectivo de promover um aproveitamento adequado dos espaços com valor arquitectónico, arqueológico e paisagístico, como sucede com o Complexo das Sete Fontes (Monumento Nacional), apresentamos os nossos mais respeitos cumprimentos.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR,
O Presidente,

Dr. Firmino José Rodrigues Marques



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de BRAGA

Eng^o Francisco Mesquita Machado

Praça do Município

4.704 - 514 BRAGA

S. Victor em Braga, 29 de Novembro de 2009

Assunto: Publicação de Edital da ZEP - Zona Especial de Protecção ao COMPLEXO MONUMENTAL DAS SETE FONTES, localizado em S. Victor - Braga
N/ofício - 0.848/2009

Ex.mo. Senhor,

Na sequência da publicação pela Câmara Municipal de Braga de um Edital com a descrição da ZEP - Zona Especial de Protecção ao Complexo Monumental das Sete Fontes, da autoria do IGESPAR, inserto no Correio do Minho de 30 de Outubro de 2009, promoveu esta Autarquia um Debate - Discussão Pública sobre este importante documento, reunindo-se, no Salão Nobre da JF de S. Victor, dezenas de pessoas, entre representantes de Instituições de Defesa do Património e Promoção de um bom Ambiente e Técnicos credenciados da área de Arquitectura e Engenharia.

Foi um debate interessante, onde TODOS puderam participar e expressar as suas opiniões, sendo unânime o desejo de salvaguarda do importante Monumento Nacional que representa todo o vasto conjunto, entre Condutas, Galerias, Mães de Água, Minas, Respiros e a Água, que compõem uma das mais emblemáticas referências do Barroco, inserido numa obra ímpar de engenharia hidráulica.

Por consequência:

1 - Saudamos o esforço do IGESPAR em alargar a Zona Natural de Protecção para este local de grande interesse arquitectónico e paisagístico (ZEP), de forma a que no futuro se possa impedir a violação do espaço Monumental das Sete Fontes.

2 - Defendemos que para além da ZEP preconizada se redija um compromisso com a C.M. de Braga através da elaboração de um "Plano de Pormenor", que evite a capacidade construtiva em toda a Zona Especial de Protecção, alavancando deste modo o prometido e não projectado pela Edilidade Local: - Parque Eco - Monumental das Sete Fontes. Sabemos que o PDM de 2001 permitiu a "inaceitável possibilidade construtiva" em toda a área adjacente aos terrenos que integram as Estruturas Edificadas, Minas, Condutas ou Galerias. A defesa de espaço que proteja este Complexo, e sobretudo as linhas de água que o abastecem, deve nortear quer a elaboração final da ZEP, quer a evolução dos trabalhos de alteração previstos para o PDM do nosso Concelho. Defendemos para este local um "eco - museu", com um Centro Interpretativo da Água, que aborde quão vital é este precioso líquido para a existência humana, pelo que a ZEP pode e deve referenciar a "permissão" de construção na sua "área exclusiva" apenas a: - equipamentos de apoio que funcionem como valorização para o Património.



S. Victor - Braga : Prémio Nacional das Boas Práticas na Administração Local 2008:
"Sustentabilidade Local"

3 - Tememos que os "estudos" da Câmara Municipal de Braga, designadamente aquele a que se referiu publicamente o seu Presidente como "estudo rudimentar" (*) para o futuro Parque da Cidade, possa ser um primeiro plano urbanístico para aquele complexo monumental, e não um plano de protecção para uma zona com alto valor arquitectónico, cultural, turístico e que, em termos paralelos, existe noutra região do País: o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, referenciado como de interesse da Humanidade.

4 - Deve, nas manchas verdes disponíveis, ser relevada uma área associada à ZEP, com a classificação de "Non Aedificandi", de forma a não favorecer "um prato de uma balança" que normalmente pesa sempre mais para os interesses imobiliários e os eventuais "negócios" futuros, que aquele destinado a "pesar" uma boa qualidade de vida para os bracarenses.

5 - Desta forma, solicitamos que a ZEP proposta possa a Sul ser alargada até ao limite confinante com o acesso público do "Retail Park", à Rua da Quinta de Passos, (na sequência de informações prestadas pelo Ex Vice Presidente da C.M. de Braga Dr. Nuno Alpoim e que deram como certa essa cedência pelos donos dos terrenos que originaram aquela construção) e que expresse de forma clara e inequívoca a protecção das elementares regras paisagísticas e defesa Patrimonial, impedindo o "pretensu traçado de nova via" (*), que a Câmara Municipal pretende implementar entre a referida unidade comercial e a Rua Rafael Bordalo Pinheiro", devassando também a Sul a Zona Especial de Protecção ao Complexo das Sete Fontes.

6 - A questão das acessibilidades, nomeadamente a Variante à E.N. n.º 103 ao "Nó do Hospital" e não ao novo Hospital Central de Braga, deve ser resolvida sem colocar em causa o "miolo" desta área, que a Junta de S. Victor, o Igespar, as Associações diversas de Defesa do Ambiente e do Património (ASPA, JOVEM COOP, QUERCUS) e milhares de cidadãos pretendem proteger: basta, perceber que essa Variante, Zona de Entrada Nordeste (acessos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho) já se encontra, e bem, servida pela Variante do Fojo, pelo que mesmo mantendo a oportunidade da sua execução, devem as Instituições credenciadas, até pela sua não urgência, viabilizar outra passagem que não aquela que será violadora de espaço de interesse nacional e europeu.

7 - Reafirmamos que, partindo da Rotunda do Fojo em direcção ao Parque Norte e à Zona do novo Estádio, uma circular externa à cidade (CREB) não mancharia o Complexo Monumental das Sete Fontes, podendo, ainda, permitir o acesso ao novo Hospital a partir da Variante do Cávado (remodelada) sem sobrecarregar com "trânsito inoportuno" os "nós de acesso ao Novo Hospital".

8 - Apoiamos a vontade de "garantir área" Patrimonial, de lazer e de convivialidade à população, pelo que, sufragados recentemente, os Autarcas de S. Victor têm a confiança da população local que sempre acompanhou com inusitado interesse este tema, sendo legítimo solicitar que qualquer outro projecto que possa "penetrar" na ZEP, que não para o proteger e engrandecer, mesmo da Câmara Municipal de Braga, será redutor para a história e futuro da nossa Cidade e deverá ser recusado.

9 - Lamentamos que esta oportunidade de afloramento público de uma questão tão importante para a nossa Cidade não tivesse sido objecto de promoção do seu conhecimento e da recolha de opiniões por parte da Câmara Municipal de Braga, principal Agente interventivo neste "dossier", temendo a população Bracarense (opinião unânime do Debate promovido pela JF S. Victor) que corremos o risco, mais uma vez, de ser confrontados com mais um caso de "decisão consolidada", o que representaria um sério revés e um prejuízo para os valores Ambientais, Culturais e Patrimoniais, recomendados por todos os Organismos Internacionais.

Certos de que saberão dar a melhor atenção às preocupações que a Junta de Freguesia de S. Victor expressa nesta missiva, com o único objectivo de promover um aproveitamento adequado dos espaços com valor arquitectónico, arqueológico e paisagístico, como sucede com o Complexo das Sete Fontes (Monumento Nacional), apresentamos os nossos mais respeitos cumprimentos.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR,
O Presidente,

Dr. Firmino José Rodrigues Marques



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Ao

A/C da Exma. Senhora Directora

Arq^a Paula Silva

Direcção Serviços e Bens Culturais

Casa de Ramalde - Rua Igreja Ramalde, 1

4. 149 - 011 PORTO

S. Victor em Braga, 29 de Novembro de 2009

Assunto: Publicação de Edital da ZEP - Zona Especial de Protecção ao COMPLEXO MONUMENTAL
DAS SETE FONTES, localizado em S. Victor - Braga
N/ofício - 0.859/2009

Ex.ma Senhora,

Na sequência da publicação pela Câmara Municipal de Braga de um Edital com a descrição da ZEP - Zona Especial de Protecção ao Complexo Monumental das Sete Fontes, da autoria do IGESPAR, inserto no Correio do Minho de 30 de Outubro de 2009, promoveu esta Autarquia um Debate - Discussão Pública sobre este importante documento, reunindo-se, no Salão Nobre da JF de S. Victor, dezenas de pessoas, entre representantes de Instituições de Defesa do Património e Promoção de um bom Ambiente e Técnicos credenciados da área de Arquitectura e Engenharia.

Foi um debate interessante, onde TODOS puderam participar e expressar as suas opiniões, sendo unânime o desejo de salvaguarda do importante Monumento Nacional que representa todo o vasto conjunto, entre Condutas, Galerias, Mães de Água, Minas, Respiros e a Água, que compõem uma das mais emblemáticas referências do Barroco, inserido numa obra ímpar de engenharia hidráulica.

Por consequência:

1 - Saudamos o esforço do IGESPAR em alargar a Zona Natural de Protecção para este local de grande interesse arquitectónico e paisagístico (ZEP), de forma a que no futuro se possa impedir a violação do espaço Monumental das Sete Fontes.

2 - Defendemos que para além da ZEP preconizada se redija um compromisso com a C.M. de Braga através da elaboração de um "Plano de Pormenor", que evite a capacidade construtiva em toda a Zona Especial de Protecção, alavancando deste modo o prometido e não projectado pela Edilidade Local: - Parque Eco - Monumental das Sete Fontes. Sabemos que o PDM de 2001 permitiu a "inaceitável possibilidade construtiva" em toda a área adjacente aos terrenos que integram as Estruturas Edificadas, Minas, Condutas ou Galerias. A defesa de espaço que proteja este Complexo, e sobretudo as linhas de água que o abastecem, deve nortear quer a elaboração final da ZEP, quer a evolução dos trabalhos de alteração previstos para o PDM do nosso Concelho. Defendemos para este local um "eco - museu", com um Centro Interpretativo da Água, que aborde quão vital é este precioso líquido para a existência humana, pelo que a ZEP pode e deve referenciar a "permissão" de construção na sua "área exclusiva" apenas a: - equipamentos de apoio que funcionem como valorização para o Património.



3 - Tememos que os "estudos" da Câmara Municipal de Braga, designadamente aquele a que se referiu publicamente o seu Presidente como "estudo rudimentar" (*) para o futuro Parque da Cidade, possa ser um primeiro plano urbanístico para aquele complexo monumental, e não um plano de protecção para uma zona com alto valor arquitectónico, cultural, turístico e que, em termos paralelos, existe noutra região do País: o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, referenciado como de interesse da Humanidade.

4 - Deve, nas manchas verdes disponíveis, ser relevada uma área associada à ZEP, com a classificação de "Non Aedificandi", de forma a não favorecer "um prato de uma balança" que normalmente pesa sempre mais para os interesses imobiliários e os eventuais "negócios" futuros, que aquele destinado a "pesar" uma boa qualidade de vida para os bracarenses.

5 - Desta forma, solicitamos que a ZEP proposta possa a Sul ser alargada até ao limite confinante com o acesso público do "Retail Park", à Rua da Quinta de Passos, (na sequência de informações prestadas pelo Ex Vice Presidente da C.M. de Braga Dr. Nuno Alpoim e que deram como certa essa cedência pelos donos dos terrenos que originaram aquela construção) e que expresse de forma clara e inequívoca a protecção das elementares regras paisagísticas e defesa Patrimonial, impedindo o "pretenso traçado de nova via" (*), que a Câmara Municipal pretende implementar entre a referida unidade comercial e a Rua Rafael Bordalo Pinheiro", devassando também a Sul a Zona Especial de Protecção ao Complexo das Sete Fontes.

6 - A questão das acessibilidades, nomeadamente a Variante à E.N. nº 103 ao "Nó do Hospital" e não ao novo Hospital Central de Braga, deve ser resolvida sem colocar em causa o "miolo" desta área, que a Junta de S. Victor, o Igespar, as Associações diversas de Defesa do Ambiente e do Património (ASPA, JOVEM COOP, QUERCUS) e milhares de cidadãos pretendem proteger: basta, perceber que essa Variante, Zona de Entrada Nordeste (acessos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho) já se encontra, e bem, servida pela Variante do Fojo, pelo que mesmo mantendo a oportunidade da sua execução, devem as Instituições credenciadas, até pela sua não urgência, viabilizar outra passagem que não aquela que será violadora de espaço de interesse nacional e europeu.

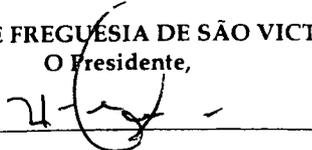
7 - Reafirmamos que, partindo da Rotunda do Fojo em direcção ao Parque Norte e à Zona do novo Estádio, uma circular externa à cidade (CREB) não mancharia o Complexo Monumental das Sete Fontes, podendo, ainda, permitir o acesso ao novo Hospital a partir da Variante do Cávado (remodelada) sem sobrecarregar com "trânsito inoportuno" os "nós de acesso ao Novo Hospital".

8 - Apoiamos a vontade de "garantir área" Patrimonial, de lazer e de convivialidade à população, pelo que, sufragados recentemente, os Autarcas de S. Victor têm a confiança da população local que sempre acompanhou com inusitado interesse este tema, sendo legítimo solicitar que qualquer outro projecto que possa "penetrar" na ZEP, que não para o proteger e engrandecer, mesmo da Câmara Municipal de Braga, será redutor para a história e futuro da nossa Cidade e deverá ser recusado.

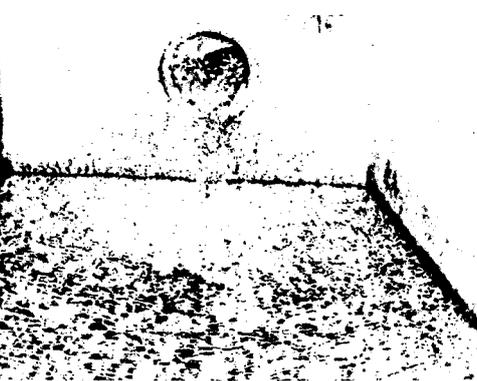
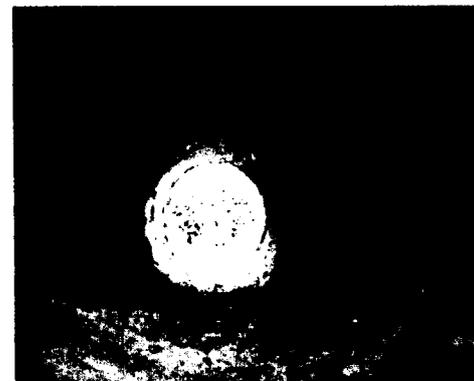
9 - Lamentamos que esta oportunidade de afloramento público de uma questão tão importante para a nossa Cidade não tivesse sido objecto de promoção do seu conhecimento e da recolha de opiniões por parte da Câmara Municipal de Braga, principal Agente interventivo neste "dossier", temendo a população Bracarense (opinião unânime do Debate promovido pela JF S. Victor) que corremos o risco, mais uma vez, de ser confrontados com mais um caso de "decisão consolidada", o que representaria um sério revés e um prejuízo para os valores Ambientais, Culturais e Patrimoniais, recomendados por todos os Organismos Internacionais.

Certos de que saberão dar a melhor atenção às preocupações que a Junta de Freguesia de S. Victor expressa nesta missiva, com o único objectivo de promover um aproveitamento adequado dos espaços com valor arquitectónico, arqueológico e paisagístico, como sucede com o Complexo das Sete Fontes (Monumento Nacional), apresentamos os nossos mais respeitos cumprimentos.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR,
O Presidente,


Dr. Firmino José Rodrigues Marques

COMPLEXO MONUMENTAL DAS SETE FONTES
(Monumento Nacional)
S. Victor – Braga
Novembro de 2009



**Debate – Discussão Pública ZEP – Zona Especial Protecção
Junta de Freguesia de São Victor - Braga
COMPLEXO MONUMENTAL DAS SETE FONTES
(Monumento Nacional)
S. Victor – Braga
27 Novembro de 2009**





Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Exmos. Senhores
EP - Estradas de Portugal, S.A.
Praça da Portagem
2.813 - 013 ALMADA

Braga, 20 Outubro de 2009

Assunto: "V/ referência GRA/345/2009 - Viaduto Complexo Monumental das Sete Fontes".

Ofício nº 0.740/2009 - REGISTADO COM AVISO DE RECEPÇÃO

Com conhecimento ao : Ministério da Cultura e C.M. de Braga

Exmos. Senhores,

Os mais respeitosos cumprimentos.

Em 23 de Junho de 2009, recebemos o V/ ofício 1.834/2009/DRBRG versando o tema em assunto e face ao nosso pedido de audiência ficamos na expectativa que finalmente e após cerca de quatro meses seríamos recebidos pelo V/ Organismo, isto a fazer fé no V/ ofício 1.834/2009/DRBRG que nos aconselhava a aguardar uma comunicação do responsável para as Autarquias, Exmo Senhor Engº Rui Miguel Marques Gonçalves, anunciando o dia da referida audiência. Em vez disso, recebemos o ofício acima identificado, dando nota da finalização de pormenores em que o referido viaduto está implicado, ainda que o façam minimizando no papel o "impacto" que todos adivinhamos na realidade venha a ser fatal para o Complexo das Sete Fontes, equipamento com estatuto de Monumento Nacional. Lembramos que na oportunidade, ainda na fase de "auscultação pública" do dossier "Variante à EN 103 em Gualtar", direccionamos para o Instituto do Ambiente as nossas preocupações através do n/ ofício 1.023 de 09 de Setembro de 2003. Concretizamos agora e enviamos em anexo (já do conhecimento da DRCN) uma solução que não foi descortinada por "quem de direito" e que pensamos, salvaguarda o Monumento Nacional e viabiliza uma excelente acessibilidade para o Novo Hospital de



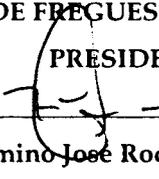
Braga, assim os "meritosos responsáveis" deste processo o queiram. Aguardamos até final do corrente mês a V/ opinião, findo o qual daremos a conhecer publicamente esta nossa proposta e os contornos de todo o processo. Vamos também dar nota disso mesmo aos Organismos Europeus para esta área, historiando aquele que consideramos um comportamento exemplar para a causa pública e que tem sido protagonizado por Instituições de Defesa do Ambiente e Património Bracarense, responsáveis da Autarquia de S. Victor, bem como cidadãos anónimos que se têm solidarizado em diversas iniciativas públicas de defesa deste Monumento Nacional.

Esta preocupação vem na linha dos esforços para retirar o impacto do viaduto sobre a área de Zona Exclusiva de Protecção do Monumento Nacional das Sete Fontes, valorizando uma Zona de interesse Museológico Vivo, futuro Centro Interpretativo da História da água e por via disso, zona de grande interesse Nacional e Europeu.

Gratos pela distinção que certamente nos irão conceder e disponibilizando a nossa colaboração para o que necessitarem, reiteramos os nossos melhores cumprimentos,

JUNTA DE FREGUESIA DE S. VICTOR

PRÉSIDENTE



(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Proposta de alteração ao traçado da Variante à EN 103 com definição das novas acessibilidades ao Hospital Central de Braga e de um Parque Natural para as 7 Fontes.

Introdução

“A Variante à EN 103 em Gualtar, localizada no concelho de Braga, tem como objectivo criar uma radial nordeste a esta cidade que, articulando-se com a via circular de Braga, estabelece uma importante ligação inter-regional do centro urbano à zona nordeste do concelho e região do Alto Cávado.” Estudo de Impacte Ambiental, Junho de 2003 - IEP.

Diz o mesmo estudo que o nó com a Avenida Júlio Fragata (que integra a circular de Braga), *“...permite a ligação de fluxos de tráfego com origem ou destino na Variante/da variante com a circular de Braga, para ambas as direcções (sul e poente)”*.

Conhecendo os actuais fluxos de tráfego na cidade de Braga, importa referir:

1. É no nó de ligação da circular de Braga com a via rápida para norte (Prado/Vila Verde) que actualmente se verifica um dos maiores volumes de tráfego da cidade.
2. É nas imediações do previsto nó da Variante com a circular (nó do Feira Nova) que se concentram várias superfícies comerciais, Retail Center, Braga Parque e Hipermercado Feira Nova, estes dois últimos actualmente em ampliação, originando momentos de forte fluxo de tráfego, daí resultando filas de trânsito que forçosamente colidirão com a acessibilidade ao Hospital. De notar que a proximidade entre estes dois nós é de aproximadamente 900 metros.
3. Ora, o que se verifica é que todo o tráfego com destino ao Hospital terá que aceder ao nó do Feira Nova, realçando aqui todo o tráfego vindo de norte, do Vale do Cávado, zona de forte densidade populacional. Note-se que ao nó sempre confluirá

o tráfego de poente/sul (Barcelos, V. N. de Famalicão e Guimarães). Pode-se concluir que a via radial nordeste pouco ou nada acrescentará às acessibilidades ao Hospital, a não ser quem venha efectivamente de nordeste (EN103), isto é, da Póvoa de Lanhoso, actualmente de óptima ligação à cidade através da Variante do Fojo até à "Rodovia", eixo nordeste/sudoeste, que atravessa centralmente a cidade, que cruza a circular e liga à EN14(V.N. Famalicão). Além disso, através do antigo traçado da EN103 (antigo eixo nascente/poente) em Gualtar, em alternativa à Variante do Fojo, acede-se à cidade passando pela Universidade do Minho, nas proximidades do novo Hospital.

Posto isto, o que realmente parece mais razoável é a continuação, na zona do Bairro das Sete Fontes, da Variante à EN103 para poente, contornando o centro hípico e passando acima da pedreira, por hipótese, ir cruzar a EN 101 (Vila Verde), a via rápida, e entroncar na Avenida do Estádio (parque norte), via esta onde pode afluir o tráfego de EN 201 (Prado), entre outros. Assim, através desta "variante norte", todo o trânsito de norte poderá aceder ao nó do hospital e nó do Feira Nova através de uma via de penetração assente no vale das Sete Fontes. "Com arranque no Bairro das Sete Fontes, o hospital à sua esquerda e o parque natural das 7 Fontes à sua direita, passado o nó do Hospital, acede-se à circular interna no nó do Feira Nova". Atenua-se, assim, o fluxo existente nas restantes vias de penetração e dá-se melhor resposta de acessibilidade ao Hospital dos veículos prioritários. Não necessitará, esta via, de ser parcialmente suspensa sobre o complexo aquífero das Sete Fontes, de traçado tão rectilíneo como o anteriormente previsto para a via radial.

"O projecto da Variante à EN103, em Gualtar, interfere com a área proposta para classificação, pelo Instituto Português do Património Arqueológico, do Sistema de Drenagem das "Sete Fontes" de São Victor. No entanto, em reunião realizada no dia 10 de Outubro de 2001 no IEP com representantes do IPPAR, estes não levantaram obstáculos à solução de traçado apresentado, desde que seja assegurado o restabelecimento das condutas afectadas." Estudo de Impacte Ambiental, Junho de 2003 - IEP.

Note-se que hoje, e desde Maio de 2003, o Complexo aquífero das Sete Fontes encontra-se classificado como Monumento Nacional.

Para a concretização da proposta agora apresentada, são várias as entidades que necessariamente terão de ser auscultadas:

1. O IEP (Instituto de Estradas de Portugal), como entidade gestora da "Variante à EN103", a que compete reavaliar os fluxos de tráfego, a dúbia necessidade da variante nordeste e a necessidade/possibilidade da via a norte, de ligação do Bairro das Sete Fontes à Avenida do Estádio (Parque Norte). Poderá colidir, "...condicionado pelo reduzido espaço disponível face à ocupação existente e a compromissos assumidos, designadamente em termos de propostas de ordenamento do Plano director municipal de Braga". (EIA, Junho de 2003 - IEP). Relativamente ao nó do Hospital, prevê-se que este assente em talude. A projecção deste no espaço que se prevê para o Parque Natural das 7 Fontes, principalmente no que diz respeito à sua "trompa" poente, parece ser significativo, podendo obstar a uma continuidade visual/paisagística do mesmo. Põe-se à consideração a hipótese de execução de uma "obra de arte" para este troço do nó, sobranceiro ao parque.
2. A ARS (Administração Regional de Saúde), que em reunião de obra do Hospital, representada pelo Sr. Engenheiro Abreu Fernandes, informou que a 7ª fonte ou fonte Dr. Amorim se encontra em propriedade sua, no terreno de possível expansão do mesmo. O estudo agora apresentado para a implantação da nova via entra nesse terreno (área aprox. 12500m²), contornando a 7ª fonte, permitindo assim integrar a parte no todo. De notar que toda esta área está dentro da zona de protecção ao Monumento Nacional. Mais - valia para a Unidade Hospitalar é a nova acessibilidade que passa a ter para o seu complexo através desta nova via de penetração na cidade.
3. A CMB (Câmara Municipal de Braga), a quem compete indiscutivelmente aferir das melhores soluções de planeamento, não constatado em 2003, e geri-las para o melhor desenvolvimento da Cidade de Braga.
4. O IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), a quem compete gerir o processo de salvaguarda do nosso Monumento Nacional, ouvindo bem as restantes entidades, se porventura considerado o explanado. De um viaduto sobre o monumento a uma via que delimita o seu enquadramento vai uma grande diferença.

Poucas considerações sobre a proposta da Câmara Municipal de Braga para o plano de salvaguarda do complexo monumental (Património Nacional) das Sete Fontes

Denota o estudo, não aquilo que diz ser, mas antes a total falta de consideração que a CMB tem vindo a denotar ao longo destes últimos anos sobre o nosso Património, e, digo, não só histórico. Remetendo ao caso concreto, o esboço visa, antes de mais, a optimização, leia-se densificação, da capacidade de ocupação construtiva em redor do Monumento Nacional. A definição de áreas de edificação sobrepõe-se à área de protecção ao Monumento e o traçado viário proposto, além de se sobrepôr, divide o complexo em dois. Não se trata de um desígnio para o Património Monumental mas antes uma aferição da capacidade planimétrica ocupacional do território em estudo.

O estudo anexo ao presente documento para a área das Sete Fontes tem como princípio base libertar a maior área possível para a contextualização do Monumento Nacional em ambiente natural. O traçado da nova via deixa de integrar a Variante à EN 103, passando a ser uma radial de penetração na cidade, da "nova" variante à circular interna. O seu traçado, assente no solo, constituirá limite nascente/sul do parque a criar. É do lado norte/poente que se prevê a existência de equipamentos de apoio ao parque, que permitirão o redesenho da malha existente, que o limita, e também a sua melhor orientação solar e paisagística. No seu topo norte, no entroncamento com a Variante à EN 103, agora proposto, será de prever espaço amplo de recepção, de entrada de cidade, com colocação de um equipamento significativo (museu, por exemplo), de dignificação e procura de novas dinâmicas urbanas. No seu topo sul, em frente ao Retail Center localizar-se-ia a porta principal de acesso ao Parque Natural das 7 Fontes, porta virada à cidade, que poderia contemplar, por um lado, um centro interpretativo do complexo, salas de actividades, auditório, e, por outro, um edifício/referência da cidade, que contemplasse em r/c a recepção/informação do parque, por exemplo, e serviços nos restantes pisos. Procura-se, assim, uma diversificação do uso da praça da porta do parque.

"O urbanismo participativo significa que a cidade também é dos actores com um papel menos visível; as decisões que se tomam deverão ser transparentes e, se possível, participadas."

"O que irrita mais o cidadão é o facto consumado, é o não se poder fazer nada; ou não haver nada a fazer, a não ser interpor "providências cautelares"." Helena Roseta em entrevista ao Jornal Arquitectos, inícios de 2009.



Encontrando-se, de momento, em revisão o Plano Director Municipal de Braga, pode-se constatar não existir, mais uma vez, tal como no passado, qualquer sensibilidade para com as acessibilidades ao novo Hospital, o nó górdio que é actualmente esta zona da cidade. Quanto ao património, não resta esperar, mas compete ao IGESPAR todo e qualquer esforço para a salvaguarda do **Património Nacional**.

Braga, Maio de 2009

Arquitecto Luis Filipe Malheiro Gonçalves Vaz

Consultor Património - JF S. Victor - Braga

Avenida do Estádio

Variante do Fojo

Circular interna

Rodovia

EN103 Barcelos

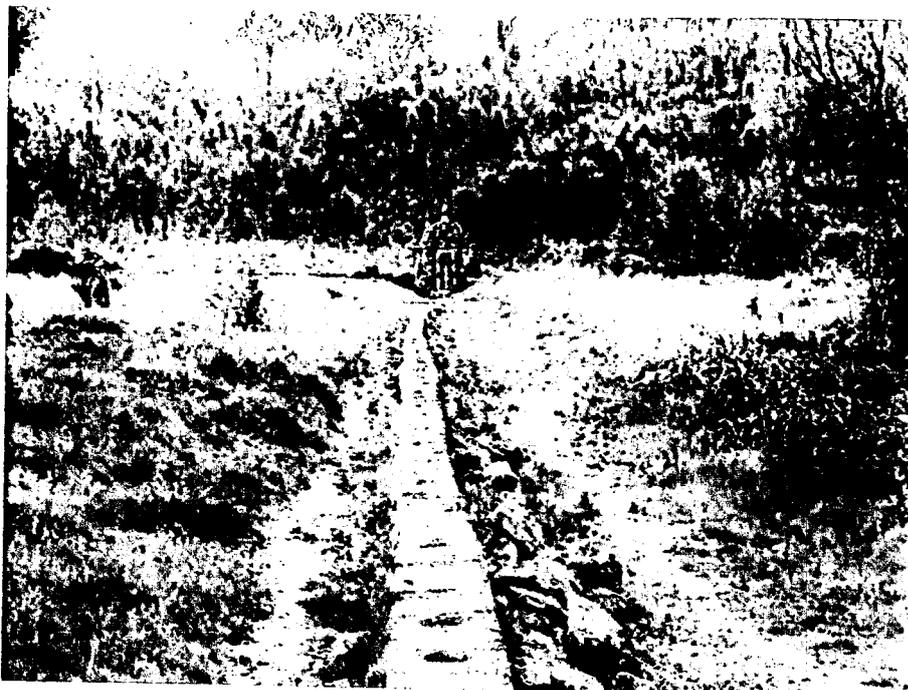
A11 Barcelos

Google

A - Nó do Feira
B - Nó das Sete



JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR
MUNICIPIO DE BRAGA



PROCESSO DA VARIANTE DAS SETE FONTES
MONUMENTO NACIONAL





Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Ao

IGESPAR

A/C da Exma. Senhora Directora

Arq^a Paula Silva

Casa de Ramalde - Rua Igreja Ramalde, 1

4. 149 - 011 PORTO

S. Victor em Braga, 27 de Maio de 2009

Assunto: COMPLEXO MONUMENTAL DAS SETE FONTES

N/ofício - 0.376/2009

ENTREGA REGISTADA POR : _____

04/06/2009

Ex.ma Senhora,

Na sequência da apresentação pela Câmara Municipal de Braga de um Plano de intervenção para a Zona das Sete Fontes, quer a esse Dig.mo Instituto, quer na "Feira das Freguesias 2009", e das notícias que têm vindo a público na imprensa sobre esse "Plano Urbanístico", vem a Junta de Freguesia de S. Victor chamar a atenção de Vossa Excelência para os seguintes aspectos:

1 - O projecto, publicamente conhecido da Câmara Municipal de Braga para este local de grande interesse arquitectónico e paisagístico, reduz e viola a Zona Geral de Protecção do Complexo das Sete Fontes.

2 - Foi, isso sim, comprovada e claramente dada prioridade, nesse "Plano de Pormenor", à componente da capacidade construtiva dos terrenos sobre a valorização desta zona monumental, única a nível da Europa, e que urge preservar, proteger e valorizar, criando nesse local um "eco-museu", com um Centro Interpretativo da Água, abordando quão vital é este precioso líquido para a existência humana.

3 - Em vez de alargar e valorizar esta zona paisagística, à qual os bracarenses em geral e os turistas atribuem grande importância, a Câmara Municipal de Braga optou por seleccionar áreas que estão incluídas na Zona de Protecção envolvente, aí autorizando a construção de edifícios, pese embora esses terrenos tenham sido qualificados como "áreas de construção condicionada".

4 - O projecto apresentado pela Câmara Municipal de Braga, designado publicamente pelo seu Presidente por "estudo rudimentar", visa experimentar sensações à custa de dinheiros públicos, e surge, deste jeito, como um primeiro plano urbanístico para aquele complexo monumental; e não como um plano de protecção para uma zona com alto valor arquitectónico, cultural, turístico e que, em termos



paralelos noutra região do País (Aqueduto das águas Livres em Lisboa), se qualifica, como se deveria qualificar em Braga, de interesse para a Humanidade.

5 - Mais uma vez, a Câmara Municipal parece fazer prevalecer os interesses imobiliários, e os eventuais "negócios" futuros, sobre a qualidade de vida dos bracarenses.

6- É notório que integrar uma via de tráfego rodoviário intenso neste complexo monumental atenta contra as mais elementares regras urbanísticas e paisagísticas.

7 - A questão das acessibilidades pode ser resolvida sem colocar em causa o "miolo" desta área, que a Junta de S. Victor e o Igespar pretendem proteger: basta, para tal, que a nova circular projectada seja deslocada para Gualtar e Adaúfe, conforme proposta concreta que se junta em anexo.

8 - Partindo da Rotunda do Fojo em direcção ao Parque Norte e à Zona do novo Estádio, uma circular não mancharia o Complexo Monumental das Sete Fontes, podendo, ainda, permitir o acesso ao novo Hospital sem sobrecarregar com trânsito inoportuno a zona do Feira Nova e do "Retail Park".

9 - Constitui solução atentatória das mais elementares regras paisagísticas o traçado da nova via, que a Câmara Municipal pretende implementar entre o "Retail Park" e a Rua Rafael Bordalo Pinheiro, uma vez que essa hipotética via provocaria diminuição da Zona de Protecção Exclusiva ao Complexo das Sete Fontes. Qual a razão desta opção?...

10- Agora, vemos na referida opção a possibilidade de aumentar a capacidade construtiva dos terrenos em desfavor da valorização efectiva do Complexo das Sete Fontes.

11- Não compreendemos, também, que, numa área anexa ao Parque, a qual poderia ser qualificada de Zona Verde, a fim de melhor preservar o Complexo Monumental, tenha sido projectado um acesso da Rua Rafael Bordalo Pinheiro ao Bairro das Sete Fontes.

12 - O estreito corredor que constitui, no projecto camarário, o Complexo das Sete Fontes, classificado como zona em que não é permitida a edificação, será totalmente asfíxiado pela zona de construção adjacente. Os bracarenses e os turistas que queiram desfrutar uns momentos de lazer ao ar livre, em ambiente respirável, serão afectados pelos cheiros e pela poluição que necessariamente acompanham as zonas urbanizadas.

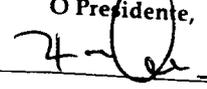
13 - O projecto da Câmara Municipal de Braga é redutor, pois retira espaço ao ambiente natural que a população deveria fruir futuramente, num contacto próximo com a água e a vegetação, para entregar grande parte desse espaço aos "negócios imobiliários".

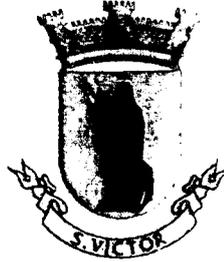
14 - O actual executivo Camarário, desde 2001, com a aprovação do PDM, atribuiu viabilidade construtiva, por vezes de alta densidade, a terrenos que deviam ter sido preservados como "zonas verdes", pelo que, surgindo agora em 2009 a revisão do referido, esta é uma oportunidade soberana de grandes OPÇÕES para a população de Braga, ansiosa da concretização prometida de prioridade pública para o desenvolvimento e defesa do Ambiente e Património, preocupação legítima de todos os Autarcas Locais.

15 - Contudo, como o passado "faz história", este "Plano de Pormenor" não foi objecto de efectiva discussão pública, correndo a população o risco de, mais uma vez, ser confrontada com mais um caso de "decisão consolidada", o que irreversivelmente seria um prejuízo para os valores Ambientais, Culturais e Patrimoniais, recomendados por todos os Organismos Internacionais.

Certos de que Vossa Excelência dará a melhor atenção às preocupações que a Junta de Freguesia de S. Victor expressa nesta missiva, na senda de promover um aproveitamento adequado dos espaços com valor arquitectónico, arqueológico e paisagístico, como sucede com o Complexo das Sete Fontes (Monumento Nacional), apresentamos os nossos mais respeitos cumprimentos.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR,
O Presidente,


Dr. Firmino José Rodrigues Marques



**Junta de Freguesia de S. Victor
Município de Braga**

IPPAR

Exmo. Senhor Director

Palácio Nacional da Ajuda

Largo da Ajuda

1.349 - 021 LISBOA

Braga, 27 Junho 2008

Nº/ofício - 0.044/2008 - Registada C/AR

Assunto: "Complexo Monumental das Sete Fontes - Monumento Nacional - Autorização para Prospecção Arqueológica"

Exmos. Senhores,

Os mais respeitosos cumprimentos.

No âmbito da comunicação do IGESPAR, Serviços de Arqueologia, solicita-se a identificação dos proprietários dos terrenos envolventes da área do Monumento Nacional das Sete Fontes.

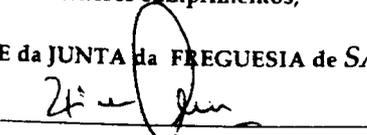
Por via desse facto e em função disso, solicitamos conforme o preceituado no artigo 36 da Lei 107/2001, a identificação dos proprietários da Zona Geral de Protecção (ZGP), do Complexo Monumental das Sete Fontes.

Mais solicitamos por via dos últimos desenvolvimentos, informações que permitam aumentar a zona de influência da área sensível do Monumento, para uma Zona Especial de Protecção.

Aproveitamos para nos colocar inteiramente ao V/ dispor em tudo que tenha a ver com a defesa e preservação do nosso Património e a apoiar a possibilidade de uma visita de Técnicos da V/ prestigiada Instituição ao local, de forma a certificarem a preocupação que preside à apresentação deste nosso pedido.

Reiterando os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE da JUNTA da FREGUESIA de SÃO VICTOR


Dr. Firmino José Rodrigues Marques



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Direcção Regional da Cultura do Norte
Exma. Senhora Directora
Arqt.ª Paula Silva
Casa do Ramalde
Rua Igreja de Ramalde, n.º 1
4149 - 011 PORTO

Braga, 21 Maio 2009

N/ofício - 0.356/2009 - Registada

Assunto: "Complexo Monumental das Sete Fontes - Monumento Nacional - Pedido de audiência"

Exmos. Senhores,

Os mais respeitosos cumprimentos.

No âmbito da legítima preocupação que mantemos para com o Monumento Nacional das SETE FONTES localizado nesta Freguesia do Concelho de Braga, **solicitamos uma Audiência URGENTE com V. Ex.ª**, para podermos aferir do pedido de apreciação do "Projecto do Parque das SETE FONTES" apresentado a essa Instituição pela C.M. de Braga e das amplas objecções que o mesmo nos merece, assim como às múltiplas Instituições de defesa do Património e do Ambiente da cidade de Braga e população de uma forma muito substantiva.

Gostaríamos de fazer entrega pessoal de um documento, versando a opinião sobre o "Projecto apresentado", assim como um interessante conjunto de soluções para serem avaliadas por V. Exas. em benefício claro do Sítio, do Monumento, da Cidade de Braga e do nosso País.

Mais solicitamos, por via das últimas notícias que dão nota da descoberta durante as obras do NH de Braga de um "forno ainda sem datação específica", que autorizasse a visita ao local de uma Delegação desta Autarquia, assim como pudesse no futuro próximo vir a ser garantida a sua recolocação num local condigno e visitável.

Aguardando com consideração as V/ prezadas notícias.

O PRESIDENTE da JUNTA da FREGUESIA de SÃO VICTOR


Dr. Firmino José Rodrigues Marques

M

MINISTÉRIO DA CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTEExmo(a) Sr.(a)
Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga
Rua de S. Victor nº11, Braga
4710-439 BRAGA, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2008/194347 (C.S:552272)
O.045/2008	14/01/2008	Data	27/03/2008
		Procº n.º	DRP-DS/2001/03-03/11340/POP/23408 (C.S:76012)
		Cód.Manual	

Assunto: Complexo Monumental das Sete Fontes - Autorização para prospeção arqueológica.

Requerente: Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do(a) Sr.(a) Subdirector de 24/03/2008, foi emitido parecer sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 43º, 45º, 51º e 60º da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, artigos 18º nº2, 19º e 37º do DL 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo DL 177/2001 de 4 de Junho, Título IV do RGEU e artigos 2º nº2 alínea f) e 25º nº3 alínea e) do DL 120/97 de 16 de Maio.

Com os melhores cumprimentos.

A Directora de Serviços dos Bens Culturais

(Arqt.ª Paula Araújo da Silva)

AMÂNDIO DIAS
Coordenador Sector Salvaguarda



MINISTÉRIO DA CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE

Assunto : Complexo Monumental das Sete Fontes - Autorização para prospecção arqueológica.

Requerente : Junta de Freguesia de S. Victor Municipio de Braga

Local : - Braga

Servidão Administrativa : Sistema de Captação do Abastecimento de Água do Século XVIII, à cidade de Braga designada por " Sete Fontes" de S. Vitor. - Desp. de 18 de Abril de 1995; Homologado como Monumento Nacional (M.N.), em 29 de Maio de 2003, por S.E. o Ministro da Cultura

Inf. n.º: S-2008/192660 (C.S:547702)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRP-DS/2001/03-03/11340/POP/23408 (C.S:76012)

Data Ent. Proc.: 24/01/2008

Subdirector João Pedro Cunha Ribeiro a 24/03/2008

Aprovo o pedido de prospecção arqueológica nos termos propostos pela Direcção Regional

Directora Regional Helena Gil a 17/03/2008

Concordo

Directora de Serviços dos Bens Culturais Paula Silva a 12/03/2008

Concordo. À consideração superior. O teor da presente informação deverá ser articulada com a elaborada pela extensão de Vila Conde do IGESPAR.

Solicitam os arqueólogos em epígrafe autorização para procederem à realização de prospeções arqueológicas na área envolvente do sistema de abastecimento de água das Sete Fontes.

A emissão de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos é da competência do IGESPAR, tratando-se, no entanto, de um imóvel em vias de classificação julga-se dever aduzir a seguinte informação:

Este pedido surge na sequência de trabalhos de desmatção e de pequenas movimentações de terras, não autorizados pelo IGESPAR ou pela C.M. de Braga, e na sequência dos quais se verificou o aparecimento à superfície de materiais arqueológicos.

Esta eventual intervenção surge por iniciativa da Junta de Freguesia de S. Vítor, entidade que tem vindo a acompanhar a situação e que tem manifestado a sua disponibilidade para colaborar na preservação do conjunto em vias de classificação.

Na sequência das intervenções não autorizadas acima referidas, esta Direcção Regional tomou as medidas consideradas necessárias à imediata cessação dos trabalhos, nomeadamente junto da Câmara Municipal de Braga, não tendo ocorrido novas intervenções no local.

Assim, não se vê inconveniente na realização de acções de prospecção desde que não impliquem qualquer intervenção no solo ou subsolo.



MINISTÉRIO DA CULTURA

**DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE**

Alerta-se, no entanto, para o facto de se julgar que a área em causa se insere no projecto de investigação sobre Bracara Augusta que vem sendo desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Considerando este facto e também o papel determinante que a UAUM tem desempenhado na preservação do património arqueológico da cidade de Braga, julga-se conveniente que o responsável pela proposta de trabalhos arqueológicos possa articular esta acção com a essa entidade, face à eventual prioridade científica para o local, de acordo com o previsto no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Porto, 27 de Fevereiro de 2008

À consideração superior

Miguel Areosa Rodrigues

(Assessor Principal)



Junta de Freguesia de S. Victor Município de Braga

IGESPAR

Exmo. Senhor Sub-Director

Arqueólogo João Pedro Cunha Ribeiro

Avenida da Índia, 136, P

1.300 - 300 LISBOA

Braga, 14 Janeiro 2008

N/ofício - 0.044/2008 - Registada C/AR

Assunto: "Complexo Monumental das Sete Fontes - de interesse Nacional - Autorização para Prospecção Arqueológica"

C/ conhecimento : ASPA, Câmara Municipal de Braga, IGESPAR(Porto), JovemCoop (Braga).

Exmos. Senhores,

Os mais respeitosos cumprimentos.

O Complexo Monumental das 7 Fontes, classificado desde 2003, como Imóvel de Interesse Nacional, merece todo o nosso empenho na sua preservação e perpetuação no tempo. Contudo, tal como demos conhecimento a V/ Ex^a na nossa comunicação 1.109/2007, foram perpetrados por terceiros, na zona especial de protecção do Monumento, trabalhos de desmatção e movimentação de terras sem qualquer acompanhamento arqueológico. Em consequência destas acções registamos alguns indicadores que interessam aferir:

1 - Da acção de desmatção da área verde, os resíduos orgânicos produzidos foram amontoados em diversos aglomerados e deixados na zona especial de protecção. Assistimos, agora, à decomposição orgânica do produto dessa desmatção, que está a ser recoberta de nova vegetação, o que produz um verdadeiro efeito de elevações artificiais, que adultera a paisagem daquele local;

2 - A abertura de valas no solo e a movimentação de terras, nessa mesma zona especial de protecção, interferiu com a estratigrafia do subsolo, pois cortou algumas camadas geológicas. As péssimas condições climáticas e a pluviosidade que se fazem sentir, tiveram uma acção de maior profusão no solo e alargamento nas valas efectuadas. O resultado dessas acções de abertura de valas e de escoamento de águas permitiu aferir, nos cortes no subsolo, a presença de vários fragmentos cerâmicos de cronologias antigas, provavelmente antecedentes à construção do Complexo das 7 Fontes. Pelo exposto, esta autarquia solicitou a arqueólogos reconhecidos pela V/ instituição, que efectuasse trabalhos de prospecção e identificação de sítios de provável incidência arqueológica no Complexo das 7 Fontes.

Assim, agindo em conformidade com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos - Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, solicitamos que se digne a aceitar o Pedido de Autorização para Trabalhos de Prospecção que segue em anexo.

Reiteramos, uma vez mais, a nossa convicção na importância deste tema, acreditando que mereceria uma avaliação no terreno de peritos qualificados do IGESPAR, pelo que nos disponibilizamos a apoiar uma visita de Técnicos da V/ prestigiada Instituição ao local, ficando desde já a aguardar as melhores notícias de V. Exas.

Reiterando os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE da JUNTA da FREGUESIA de SÃO VICTOR


Dr. Firmino José Rodrigues Marques

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos se declara que o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa se compromete a apoiar tecnicamente o pedido de trabalhos arqueológicos apresentado por Ricardo Jorge Pereira da Silva, por solicitação da Junta de Freguesia de S. Victor - Braga, para a realização de prospecções intensivas no sítio das “7 Fontes”, nomeadamente no tratamento, estudo e salvaguarda do espólio ali encontrado.

Braga, 08 de Janeiro de 2007

A Directora,

(Maria Isabel Silva)



Ricardo Jorge Pereira da Silva Arqueólogo Rua de S. Marcos, n.º 118, 3.º 4700-328 Braga	Requerente Junta de Freguesia de S. Victor	Escala s/escala
	Local Zona das Sete Fontes - Braga	Data JAN. 08
	Fase Prospeção e Avaliação	Processo Prosp.7Fontes.08
	Descrição Planta Localização Extracto rasterizado do Google Earth	Des. N.º 02

PLANO DE TRABALHOS

Introdução

As Sete Fontes foram edificadas por ordens do Arcebispo D. José de Bragança entre os anos de 1741 e 1756. Este conjunto foi edificado em estilo barroco, estendendo-se por 3.500 metros, sendo composto por 14 galerias subterrâneas e 6 depósitos de junção (Mães d'Água). As Sete Fontes possuem minas subterrâneas que têm, no fundo, caleiros rasgados na pedra, que direccionam a água através de galerias até aos depósitos. Estas águas abasteciam as fontes e fontanários da cidade, bem como, quintas, conventos e casa senhoriais.

É possível ver 6 das 7 originais minas de água construídas em pedra e, algumas delas encimadas pelos brasões de armas do Arcebispo D. José de Bragança. A última mina ou mãe-de-água a ser construída foi em 1752. Mais cedo foram construídas as minas gémeas do Dr. Alvim no ano de 1744. Até há pouco tempo, uma delas tinha um brasão que acabou por ser destruído numa possível tentativa de roubo.

Apesar das minas serem bem visíveis, existe uma desnivelada e envolta com vegetação, sendo um pouco difícil ser descoberta à primeira vista.

Para além das minas principais (depósitos de junção), ainda se pode ver outras minas secundárias, com destaque para a Mina dos Órfãos que abastecia o Colégio dos órfãos de S. Caetano, em Maximinos.

O complexo, na altura da sua construção, era o equivalente ao Aqueduto das Águas Livres em Lisboa mas com a diferença de que é subterrâneo. Era o principal abastecedor de água da cidade até terem construído a Estação de Captação de Água do Cávado. Ainda hoje a sua água é usada em vários sítios ao longo da cidade, tais como o chafariz do Largo do Paço, o chafariz em frente ao Governo Civil, no edifício do INATEL e ainda no jardim do Largo da Senhora-a-Branca.

O Conjunto Hidráulico das Setes Fontes está classificado desde Maio de 2003 como Monumento de Interesse Nacional, dada a singularidade deste património. Contudo merece uma maior vigilância e

ordenamento do espaço, pois uma “Mãe d’Água” foi destruída para dar lugar a um prédio moderno, rompendo com a História do sítio.

Estes trabalhos de prospecção integrando uma perspectiva de um maior profundo conhecimento científico, permitirão obter uma leitura daquele território, perspectivando compreender a História daquele local, saber se aquela área possuiu condições para o desenvolvimento de um povoado, e se a ter existido algum povoado, este terá sido articulado com os restantes povoados que integram os Montes circundantes ou com a fundação de Bracara Augusta.

A envolvente ao local em questão é uma zona onde existe, actualmente, uma pressão urbanística, assim como também está localizado, neste local, uma grande superfície comercial. Nesse sentido, foi-nos solicitada a avaliação de indicadores arqueológicos no local, com o sentido de verificar a sua importância e, no caso de se verificar a existência de alguma estrutura arqueológica, definir eventuais medidas de minimização de impacte face às actividades que ali se desenvolvem, permitindo perceber se aquele local teria sido ocupado antes do Século XVIII, aquando da construção do complexo de abastecimento de água. O objectivo deste trabalho é aferir indicadores cronológicos daquele sítio, bem como perceber se ainda existem vestígios físicos a estudar, a história e a ocupação do lugar das 7 fontes. Caso se verifiquem a existência de indícios arqueológicos, permitirá perceber com maior realismo o porquê da implantação de um grande sistema de águas como este, erigido no Século XVIII.

Relembramos que em visita prévia ao local foram identificadas valas, efectuadas com meios mecânicos, em zona especial de protecção do monumento, onde foi possível verificar que esses sulcos escavados, romperam a estratigrafia e tornaram visíveis, em corte, vários fragmentos cerâmicos de cronologia antiga. Interessa, pois, evitar que se procedam a mais escavações ilegais naquela zona, e que se possam proceder a trabalhos de identificação de potenciais sítios arqueológicos e preconizar medidas de minimização para aquele sítio.

Datas Previstas

Os trabalhos de prospecção a realizar decorrerão durante três semanas, iniciando-se no dia 21 de Janeiro e terminando, aproximadamente, no dia 10 de Fevereiro. Serão trabalhos de prospecção intensivos e exaustivos, uma vez que serão realizados durante sete dias por semana, com equipas formadas e experientes para o efeito. O primeiro signatário, enquanto encarregue da coordenação dos trabalhos, ficará afecto aos trabalhos, no campo, durante os dias úteis de semana e o segundo signatário ficará afecto aos trabalhos no campo, durante os dias de fim de semana. Contudo, a existência de vestígios arqueológicos, bem como os condicionantes atmosféricos podem fazer variar o tempo previsto. Estes trabalhos são compatíveis com outros em curso, da responsabilidade do primeiro signatário, uma vez que estes são realizados de forma voluntária, rentabilizando o período de férias com a entidade com a qual o signatário tem vínculo profissional, não pondo em causa a qualidade dos serviços, uma vez que estes são assegurados por outro técnico afecto à mesma entidade. Não são, ainda, incompatíveis com outros pedidos de autorização do segundo signatário, uma vez que este apenas desenvolverá trabalho no campo em período de fim de semana.

Composição da Equipa

Estes trabalhos de prospecção serão dirigidos pelos signatários, contando com duas equipas de dois técnicos e de membros de uma associação de defesa do património de Braga, afectos a este trabalho em regime de voluntariado. Os signatários assegurarão, com meios próprios, o desenvolvimento desta acção.

Objectivos e Metodologia

Estes trabalhos de prospecção visam, sobretudo, aferir ao nível da superfície do solo, a existência de algum indicador arqueológico, anterior ao Século XVIII. Importa, pois, proceder a metodologia de prospecção, que permita fazer o reconhecimento do local, bem como o seu levantamento

topográfico, de modo a possibilitar compreender a morfologia e a incidência arqueológica daquela zona.

Os trabalhos de prospecção desenvolver-se-ão quer na zona especial de protecção do Monumento, quer na zona exterior, caso se entenda relevante para o conhecimento. A zona da Mina dos Órfãos merece uma especial atenção, pois, uma vez que foram abertas valas no subsolo, estas poderão permitir maior aferição de presença de materiais cerâmicos e/ou de outra índole nos cortes. Nas zonas a prospectar serão utilizadas as metodologias normais nestas situações. Propomo-nos a prospectar o terreno, em estilo field-walking, percorrendo as fiadas estipuladas na distância necessária para obter a leitura do terreno. Serão percorridas, sistematicamente, as zonas seccionadas em fiadas, correspondentes às minas de águas e depósitos de junção (Mães d'Água).

Procurar-se-á elaborar um registo fotográfico pormenorizado de forma a assinalar os vestígios mais significantes, o grau sistemático da prospecção e identificação de sítios ou indicadores arqueologicamente relevantes.

Qualquer indicador arqueológico móvel que seja encontrado será alvo de recolha, segundo sistemas usuais nestes casos. Toda a metodologia referente ao tratamento do espólio, eventualmente encontrado durante estes trabalhos, será executada pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, no qual também ficará depositado o espólio.

Bibliografia:

- OLIVEIRA, Eduardo Pires – *A Freguesia de S. Victor, Braga*, Junta de Freguesia de S. Victor, 2001
- OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Braga, Percursos e Memórias de granito e oiro*, Campo das Letras, 1999
- COSTA, Luis, "O Arcebispo Dom José de Bragança e as Sete Fontes", *Diário do Minho*, 23/09/2002
- COSTA, Luis, "Sobre as Sete Fontes", *Diário do Minho*, 04/06/2001

Sites:

www.ippar.pt

www.ipa.min-cultura.pt

www.monumentos.pt

www.juntasvictor.pt

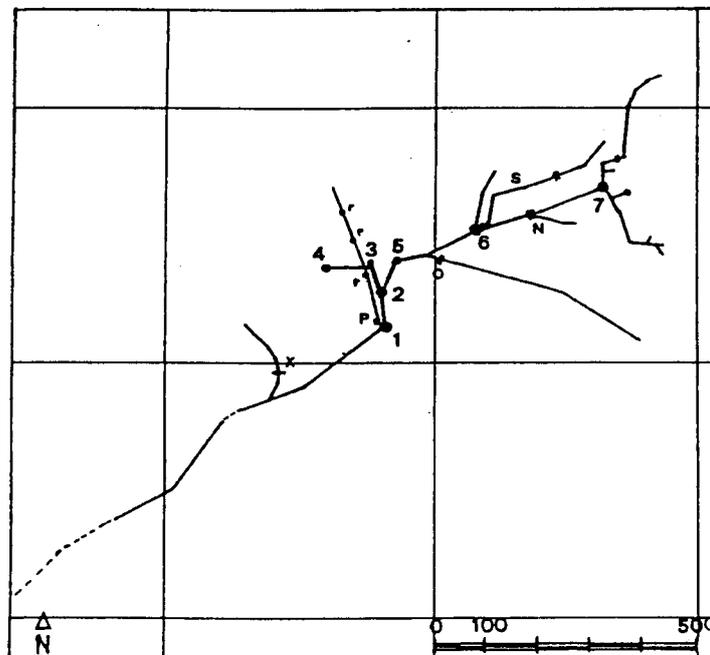
ANEXO II

As Sete Fontes vistas pelos especialistas e pelo IGESPAR

"Sete-Fontes" de S. Vítor

(Areal de Cima)

sistema de captação e condução de águas do século XVIII a Braga



Visita guiada da ASPA - 6 de Outubro de 2001

O sistema foi concebido de molde a facilitar as operações de manutenção e limpeza permitindo a circulação dos *guarda-de-águas* em todos os segmentos do seu traçado. A água desliza no fundo das galerias em caleiros rasgados na pedra que se encaixam entre si, chegando a formar tramos contínuos com mais de uma centena de metros de comprimento entre os pontos de encontro. Estes últimos, os que reúnem os veios principais, situam-se no interior das cúpulas mais imponentes, estando frequentemente providos de pias de centrifugação destinadas a depurar a água de impurezas.

Por seu turno, a corrente é mantida num gradiente regular de inclinação, sendo os pontos de ruptura de declive compensados pela presença dos denominados *respiros*. As principais *Mães-de-água* do sistema espalham-se por toda a vertente do vale ao longo de um sector principal que se estende por cerca de 500 mts, isto é, aproximadamente entre as cotas dos 280 mts e 200 mts de altitude.

A *Mãe de Água* do extremo montante, situada a 265 mts de alt., junto à estrada que dá serventia à *carreira de tiro militar*, denomina-se *Fonte do Amorim* (vid N° 7). Aí se juntam as águas de duas *galerias* fundamentais. A padieira da porta da entrada ostenta o escudo de armas em pedra lavrada do seu doador e data do ano de 1752.

Segue-se a denominada *Mina do Nozes* (vid N), protegida por um portal encimado pela gravação das *quinas de Portugal*, que se situa abaixo do nível do solo numa secção escavada em forma de prisma rectangular, cujo acesso é feito por escadas. Neste ponto dá-se igualmente a junção de um importante veio de água procedente de leste.

Próximo do local, junto a uma casa de *quinta*, surge a *Fonte do Dr. Sampaio* (vid N° 6), de características idênticas à primeira, neste caso, porém, desprovida de qualquer simbologia heráldica. Aqui se encontram duas galerias que jorram para uma das maiores pias de centrifugação.

Na sequência do trajecto descendente, iremos encontrar de seguida o primeiro *respiro* elevado (vid N° 5) - estrutura cilíndrica com o topo de cobertura perfurado com orifícios de arejamento. A estrutura está assente sobre uma base circular, constituída em blocos de cantaria aparelhada que protegem a concavidade do tecto abobado do interior. Aí pode apreciar-se uma *ressurgência* de água emanada da conducta principal que decanta de uma altura de cerca de 2 mts.

Alguns passos ao lado vamos encontrar a entrada de uma outra *mina*, denominada *dos Orfãos* (vid O), datada do ano de 1804, cujo interior da galeria tem a particularidade de exhibir uma secção ogivada.

A ponte do anterior pode-se vislumbrar um outro *respiro* (vid N° 5) de características idênticas ao anterior e que se encontra no enfiamento da *Mãe de Água* (vulgo, *Fonte das Freiras* - vid N° 4), incorporada no muro do Colégio Teresiano. A presente estrutura tem a originalidade de evidenciar uma cúpula piramidal de base octogonal, concebida igualmente com a função de *respiro*.

A cerca de uma centena de metros, a Sudeste, vamos encontrar as duas últimas *Mães de Água* em forma de *capela*, identificadas como sendo as *Fontes do Dr. Alvim*, respectivamente de *Cima* e de *Baixo* (vid N°(s) 2 e 1). Estão ligadas entre si por uma canalização aérea constituída por blocos de pedra uniformes perfurados por uma secção cilíndrica que conduz a água,

Sete-Fontes
- arte, engenho e vida -

Nos termos da *Lei do Património Cultural* de 6 de Julho de 1985, a ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural - com sede em Braga, requereu ao IPPAR, em Março de 1995, a classificação do *sistema de abastecimento de águas setecentista* à cidade de Braga, denominado *Sete-Fontes*, cujo núcleo de captação se localiza no lugar do *Areal de Cima*, na Freguesia de S. Victor, pretendendo com isso garantir a sua salvaguarda. Passados dois meses o IPPAR abriria formalmente um processo de classificação que, todavia, ainda hoje decorre.

Não fosse o facto de a maior parte dos terrenos onde o sistema se insere entretanto terem sido adquiridos por parte de grupos imobiliários locais; do PDM em vigor admitir para o local a construção de urbanizações de elevada densidade; e ainda de estar prevista a passagem de uma via rodoviária de faixa dupla por cima de uma das fontes, e não haveria motivos para continuarmos a temer pelo futuro deste precioso bem patrimonial.

O complexo das *Sete-fontes*, ainda hoje em pleno funcionamento, corresponde ao sistema de captação e de abastecimento de águas composto pelo conjunto de *minas* e estruturas edificadas que foram ordenadas e construídas em meados do século XVIII sob a égide do então Arcebispo Primaz D. José de Bragança (1741-1756). Embora todos os elementos apontem para uma utilização do recurso muito anterior, porventura remontando à época de *Bracara Augusta*, a *obra hidráulica* que hoje podemos apreciar foi levantada entre 1744 e 1804.

Para fazermos uma ideia da universalidade das *Sete-Fontes*, bastaria recordar que é contemporânea do *Aqueduto das Águas Livres* de Lisboa, inscrevendo-se na mesma finalidade de melhoramentos que atingiu as cidades mais avançadas do século XVIII.

Descrição sumária da obra hidráulica

Nos seus limites a montante, o conjunto de captação assenta num pequeno vale que se abre a Sudoeste, sendo maioritariamente ocupado por terrenos de cultivo e tendo à cabeceira uma pequena bouça arborizada. O complexo edificado do sistema define-se sob uma estrutura segmentada consubstanciada por uma rede de galerias articuladas que ordenam a captação e a condução das águas das nascentes. Basicamente é composto por catorze galerias subterrâneas (*minas*)¹; cinco *Mães de Água* morfologicamente semelhantes a pequenas *capelas* (ou também denomináveis *castelos de água*); cinco *minas* com portal de acesso aberto numa frontaria pétrea; e, dois *respiros* elevados, de forma cilíndrica. Ao todo é um conjunto levantado em granito profusamente trabalhado em cantaria que se desenvolve por cerca de 3 500 mts, na maior parte da sua extensão em trajecto subterrâneo.

¹ - temos informação de que entretanto uma das *minas* está dada por perdida

estabelecendo o encaixe através de um sistema *machofêmea*¹. A última das *Mães de Água* ostenta as mesmas *armas* da primeira *Fonte*, embora com um desenho mais simplificado. Aí está inscrita na padieira da entrada a data de 1744. Junto a esta última situa-se ainda a *mina preta* (vid P) que liga à anterior através de um cano em ferro. Trata-se de uma extensa galeria escavada em saibro dotada de diversos *respiros* térreos.

Daqui para a frente o encanamento segue à face do solo, ao longo de mais de um centena de metros sem evidenciar qualquer interrupção. Chegados a uma urbanização recente, cujo lixo das obras já obstruiu a conduta - no mesmo lugar onde as memórias locais afirmam ter sido destruída, há alguns anos, a denominada *Fonte da Quinta da Bouça* (de paradeiro desconhecido) - situa-se, um pouco antes, uma outra conduta tributária procedente da margem direita, a Norte, que nos leva ao portal da denominada *mina das Xedas* (vid X)

Finalmente, até confluir com a rua do *Areal de Baixo*, a preciosa linfa segue sempre dentro deste mesmo tipo de conduta.

No passado as águas das *Sete-fontes* alimentavam os fontenários da cidade e, quando estabelecidas sob o critério contabilístico das imemoriais *penas de água*, eram ainda repartidas por numerosas quintas, conventos e casas de posses que beneficiavam desse direito. Hoje as quintas desapareceram retalhadas pelas urbanizações indiferenciadas e pelos loteamentos casuísticos. Os fontenários secaram² e as águas, a juzante, perderam-se debaixo do mistério desordenado que rege o nosso quotidiano urbano.

O sistema funcionou em exclusivo pleno até ao ano de 1914, tendo a partir daí passado a constituir um complemento, ou mesmo um recurso quando surgiam avarias na central do Cávado. Hoje é utilizado como uma alternativa em períodos de carestia ou somente por todos aqueles que, vivendo nas imediações, jamais de adaptaram aos aditivos e ao efeito dos desinfectantes introduzidos na água canalizada de consumo corrente.

As *Sete-Fontes*, porém, não estão mortas. Em declarações públicas recentes o Presidente da Junta de Freguesia de S. Vítor afirmou que ainda hoje existem 82 *penistas* que usufruem dos direitos das águas das *Sete-Fontes* e que o complexo continua a ser mantido por dois funcionários em permanência.

Ponto da situação actual

No momento em que o governo português anunciou publicamente ao País a implementação de um vasto programa de reabilitação do tecido urbano e da qualidade de vida nas nossas cidades, partindo do pressuposto de que é necessário e urgente melhorar o ambiente; preservar os espaços verdes existentes de maior valor; criar novas áreas de lazer, salvaguardar o património cultural; etc, etc., as *Sete-Fontes*, que têm a propriedade de reunir todas estas valências em simultâneo, continuam sujeitas à voracidade predadora dos agentes imobiliários, apenas expectantes pelo desfecho das próximas eleições autárquicas. Como a palavra dos políticos não merece qualquer confiança,

1 - São pedras em forma de paralelepípedo com o comprimento de cerca de um metro, tendo aproximadamente meio metro de lado e estão vazadas no interior por uma secção cilíndrica com cerca de trinta centímetros de diâmetro.

2 - Por indicação de um dos *guardas-de-água* que procede à manutenção do sistema, a água que cai hoje nos fontenários dos largos do *Paço* e *Carlos Amarante* é procedente das *Sete-Fontes*

sobretudo nos períodos pré-eleitorais, as *Sete-Fontes* continuam em risco iminente de irremediavelmente se perderem para as gerações vindouras.

Apesar das *Sete Fontes* se encontrarem circunstancialmente protegidas por uma área de delimitação cautelar, definida pelo IPPAR em 10 de Abril de 2001, garantindo assim apenas a protecção da componente material do sistema, o conjunto patrimonial, no seu todo, sobretudo as suas 13 minas de água potável, continuam ameaçadas pelas determinações danosas patentes no *Plano Director Municipal* vigente.

Neste quadro, mantém-se actual e inadiável a exigência de um estudo hidrogeológico ou de impacte ambiental que defina a área de protecção das suas águas, bem ainda como a elaboração de um plano de pormenor para o local que possa sustentar as medidas que garantam a salvaguarda conjunta da arquitectura barroca, da obra hidráulica *setecentista* e, sobretudo, possam preservar a excelência das suas águas

Porque em Braga o tempo tem sido o melhor aliado da impunidade e da dissolução da primazia do interesse comum, impõem-se o esclarecimento público e cabal deste processo e a divulgação aberta das soluções preconizadas a todos os cidadãos interessados.

Miguel Melo Bandeira
Braga, 5 de Outubro de 2001

Pesquisa de Património

Sistema de Captação do Abastecimento de Água do Século XVIII, à cidade de Braga designada por " Sete Fontes" de S. Vitor. - detalhe

Designação

Designação

Sistema de Captação do Abastecimento de Água do Século XVIII, à cidade de Braga designada por " Sete Fontes" de S. Vitor.

Outras Designações

-

Categoria / Tipologia

/ Fontanário

Inventário Temático

-

Localização

Divisão Administrativa

Braga

Endereço / Local

-

Protecção

Situação Actual

Em Vias de Classificação

Categoria de Protecção

Em Vias de Classificação (Homologado - MN Monumento ...

Decreto

Despacho de homologação de 29-05-2003 do Ministro da Cultura

Parecer de 7-05-2003 do Conselho Consultivo do IPPAR propôs classificação como MN

Despacho de abertura de 18-04-1995 do Presidente do IPPAR

Proposta de 11-04-1995 da DRPorto

ZEP

Parecer de 30-04-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. (só entra em vigor após publicação no DR)

Proposta de 27-01-2009 da DRCNorte

Zona "non aedificandi"

-

Abrangido em ZEP ou ZP

-

Património Mundial

-

Descrições

Nota Histórico-Artística

A questão do abastecimento de água às cidades foi objecto de especial atenção ao longo dos séculos, embora com soluções diferenciadas em função dos meios técnicos e das possibilidades de cada época. Foi, no entanto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII que o problema se colocou, novamente, e com maior acuidade, em consequência de uma série de factores, como o crescimento das cidades, mas também as melhorias técnicas, a importância da água no período barroco enquanto elemento indissociável da denominada "festa barroca", ou do próprio pensamento iluminista (ROSSA, 1989, p. 115). A estes factores veio juntar-se, naturalmente, o prestígio granjeado por parte de quem impulsionava as obras, que via assim reforçada a sua imagem.

Em Braga, esta preocupação parece ter cabido, em larga medida, aos seus Arcebispos, que se interessaram pela questão da água desde, pelo menos, o século XVI. No início da centúria, D. Diogo de Sousa fazia chegar a água à Fonte dos Granginhos, em 1531 até à Fonte de Santiago e à da Pracinha, mandou construir a fonte da Carcova e edificou o fontanário no largo do Paço. Por sua vez, D. Rodrigo de Moura Telles abasteceu o Hospital de São Marcos e substituiu a última fonte referida pela dos Castelos (COSTA, 04/06/2001).

É verdade que estas obras facilitaram o abastecimento da água, mas seria necessário esperar pelo governo de D. José de Bragança, irmão legitimado do rei Magnânimo e que pôs fim a 13 anos de sede vacante, para que Braga pudesse dispor de uma eficaz rede de águas, abrangendo toda a cidade, e chegando às próprias habitações, que evitavam, assim, recorrer aos fontanários públicos. D. José interessou-se por este assunto

imediatamente após a sua chegada a Braga, logo em Agosto de 1741, e as obras decorreram a bom ritmo, pois a primeira data patente num dos depósitos é de 1744. A amplitude e eficácia desta obra foi de tal ordem que a rede se manteve em funcionamento até cerca de 1913, conservando-se ainda hoje (IDEM).

É notável o sistema de engenharia hidráulica setecentista. As minas subterrâneas situam-se num local, a Norte da cidade, denominado "sete fontes". Destas minas, a água segue por galerias e condutas de pedra capeadas, apresentando uma série de depósitos à superfície (estrutura na junção de minas de água), dois dos quais datados e com a pedra de armas do Bispo. O mais antigo ostenta a data de 1744 no lintel da porta de entrada; e o outro remonta a 1752, ambos com a pedra de armas de D. José de Bragança. Um outro exhibe as quinas de Portugal, outros dois revelam uma estrutura cilíndrica sobre base circular de cantaria, outro ainda tem cúpula piramidal. Dos depósitos, a água segue para a cidade através de uma conduta, distribuindo-se pelas casas, fontanários, quintas, conventos, etc. O percurso total é de cerca de 3500 m.

Nesta extraordinária obra, encontramos não apenas uma funcionalidade destinada a melhorar as condições de vida da cidade, mas também uma significativa obra hidráulica, e um testemunho de arquitectura barroca que importa preservar como um todo, sem esquecer que esta estrutura só faz sentido se conservar a sua funcionalidade primeira e fundamento da sua existência - a água que corre no seu interior. Nesta medida, o sistema conhecido por Sete Fontes é mais do que um bem patrimonial; ele é, igualmente, um bem ambiental. (Rosário Carvalho)

Bibliografia

Título

""CHAFARIZ", Dicionário da Arte Barroca em Portugal"

Local

Lisboa

Data

1989

Autor(es)

ROSSA, Walter

Título

""A destruição das Sete Fontes", Diário do Minho"

Local

-

Data

2000

Autor(es)

-

Título

""O Arcebispo Dom José de Bragança e as Sete Fontes", Diário do Minho"

Local

-

Data

2002

Autor(es)

COSTA, Luís

Título

""Sobre as Sete Fontes", Diário do Minho"

Local

-

Data

2001

Autor(es)

COSTA, Luís

ANEXO III

As Sete Fontes na imprensa

RECORTES DE JORNAIS

Jornal DIÁRIO DO NORTE

Data 2003/ 01/24

Sete Fontes vão ficar mutiladas

AT/LTR

Apesar das Sete Fontes já terem sido classificadas pelo IPPAR, o complexo oitocentista vai ficar mutilado. Na parte Sul há construções paredes-meias com a estrutura, uma das minas localizadas nas imediações do Campo de Tiro vai ser sacrificada por causa da prevista construção do hospital e um viaduto vai "cobrir" as casas de captação. Este é um exemplo que a ASPA considera paradigmático da política da Câmara de Braga baseada no «facto consumado». O presidente desta associação, Armando Malheiro, acrescenta ainda que a autarquia não tem parado a destruição do património bracarense.

— A ASPA tem vindo a alargar o âmbito das suas preocupações. Primeiro centrou-se no património edificado, mas ao longo do tempo tem-se começado a bater por outras causas como a biografia de figuras da cidade, a história das instituições ou a defesa do Rio Este. Não são muitas batalhas para um só "guerreiro"?

— Sim, é evidente. Isso ajuda-nos a atenuar alguns fracassos. Nem sempre conseguimos que a nossa opinião seja ouvida. Gostávamos que pelo menos os técnicos da Câmara interiorizassem os problemas colocados pelos comunicados da ASPA. Alguns deles são capazes de dizer que, como o presidente não gosta da associação, não vale a pena pensar no que nós dizemos. Se fazem este raciocínio básico estão a perder uma oportunidade até de pensar em questões importantes.

— Se a ASPA pudesse regredir no tempo, voltava a fazer o mesmo percurso ou escolheria alguns pontos específicos para preservar na cidade? Uma coisa de cada vez não seria mais fácil?

— É difícil responder, até porque estamos a falar de uma associação portuguesa... Nós não somos campeões em organização e planeamento... Agimos muito por impulsos. A ASPA, com as limitações que tem, acaba por funcionar como um apagador de incêndios. Para termos uma actuação muito sistemática tínhamos de ter um corpo profissional.



— A ASPA é uma espécie de interruptor que acende uma luz na consciência dos bracarense?

— A ASPA não tem de ser um contra-poder, mas também não tem de ser uma instituição especializada do património. A associação tem vindo a fazer isso com a revista "Múnia", reunindo artigos de colaboradores e indo às universidades buscar estudos. Mas esse papel poderia ser feito por outras instituições. O Estado, as câmaras e as universidades têm meios para criar gabinetes especializados para o estudo de questões complexas. Se esses organismos fizessem isso, o papel da ASPA saía reforçado. A associação voltava-se para as outras questões ou para as mesmas, mas numa vertente mais de cidadania e menos técnica. Até agora também temos assumido uma função técnica.

— A história da ASPA é feita de muitas derrotas e algumas vitórias. Quais as derrotas que deixaram maior mágoa?

— O Campo da Vinha e em especial um dos edifícios que lá está, o imóvel da Rua do Raio, a Avenida Central, Casa da Orge, os Granginhos, caso em que nos foi reconhecida razão pelo Tribunal Administrativo quando já tarde de mais...

— A criação de um parque urbano na zona de protecção das Sete Fontes ainda é uma miragem?

— As Sete Fontes são uma vitória amarga porque estamos perante a mesma política de sempre: o facto consumado. O IPPAR reconheceu que tem ali um problema e que há necessidade de preservar aquele espaço. A Câmara obstinadamente recusou. O que está aqui é causa é mais uma vez a questão do modelo de crescimento e a incapacidade da Câmara em exercer uma pressão sobre os interesses particulares. Há figuras que permitem isso, tal como a expropriação. Não se pode fazer isso porque é preciso gastar muito dinheiro? O problema é que se a Câmara não faz nada, o caminho é fácil: o máximo de lucro ocupando o máximo de terreno. No caso das Sete Fontes deixaram-se fazer urbanizações quase para lá do limite. Há inclusivamente casas na parte Sul que estão paredes-meias com a estrutura das minas e das casas de captação. Fala-se também do viaduto que vai ser construído por cima da área onde estão as casas de captação para evitar que elas sejam destruídas, de acordo com os contactos que tivemos com o IPPAR. Há uma mina próxima do Campo de Tiro que vai ter de ser sacrificada por causa da

prevista construção do hospital...

— O monumento oitocentista pode, de facto, estar em risco de ser destruído pelo crescimento da área de construção?

— Ele está classificado...

— Na prática o que é que isso significa?

— Que vai ficar classificado e invadido! As Sete Fontes vão ser uma amostra de algo que poderia estar mais desafogado, preservado e transformado num parque da cidade. Uma zona que podia ser fruída pela cidade acaba por ficar entalada por causa dos equipamentos... Esta é uma terra pequena e as coisas têm de ficar todas em cima umas das outras, tudo atamancado. Pode-se, depois, pôr umas luzinhas a iluminar as casinhas...

Esta é uma estrutura rara e a água é puríssima. Temos ali um sistema de captação de água que pode continuar a ser importante para a cidade e haveria forma de rentabilizar isso. A envolvente dá para um parque e a água é um bem precioso. Ai está um bom exemplo de como o antigo e o novo poderiam ser compatíveis se se parassem um bocadinho, se pensassem e se fosse para soluções mais caras num pontos, mas que até ficam mais baratas noutros...

— O parque não dá dinheiro...

— Mas dá qualidade de vida às pessoas... Agora aqui está uma questão política. Este é um problema que se coloca à Câmara e não aos empreiteiros. A Câmara, eleita por todos nós, é para pensar em questões abrangentes. Cuidar da cidade é desenvolvê-la, mas também é dar-lhe qualidade de vida. E dar-lhe qualidade é fazer um sacrifício e dizer que em determinadas áreas não se constrói...

— A ASPA está preocupada com o futuro do quarteirão do Sindicato do Comércio?

— Há um processo em curso para desalojar as pessoas porque há ali situações de inquinato muito complicadas. Eu sei que o IPPAR está muito atento, por exemplo, à questão de uma barbearia que há ali, mas a pessoa poderá ter de sair por um problema contratual. No Sindicato do Comércio há a sala egípcia, que cada vez fica menos egípcia porque a água entra lá dentro e aquilo fica um pastel...

Havia um projecto muito duvidoso para aquela área, usando a técnica da fachada, destruindo o miolo, fazendo uma ocupação maciça. Aquele quarteirão é de particulares, que têm todo o interesse em rentabilizar o espaço através de um promotor imobiliário. O que é que a Câmara faz? Dá a resposta: «aquilo é de particulares». Não pode ser assim! A Câmara tem meios para dizer que não aprova o projecto e para mandá-lo reformular de forma a certificar-se de que certos espaços são preservados. O próprio IPPAR comunicou-nos que as câmaras, através da nova lei do património, têm um poder acrescido nesta área. A tendência é para que as autarquias exerçam um maior poder no sector do património. Se se lhes dá esse poder, mas elas não o usam porque ele esbarra com os interesses imobiliários isso tem de ser resolvido.

— A Câmara tem sido conivente com a destruição do património?

— Pelo menos não a tem travado... O... multiplicam-se em frente

A Câmara, eleita por todos nós, é para pensar em questões abrangentes. Cuidar da cidade é desenvolvê-la, mas também é dar-lhe qualidade de vida. E dar-lhe qualidade é fazer um sacrifício e dizer que em determinadas áreas não se constrói...

RECORTES DE JORNAIS

Jornal Diário do MinhoData 2003/ 08/30Plano Director Municipal continua a não assegurar preservação
**Sete Fontes ameaçadas
pelos interesses imobiliários**

ELISABETE CARVALHO

O património ambiental e edificado das Sete Fontes está ameaçado pelas pressões imobiliárias que se abatem sobre o local. Ao contrário das intenções políticas manifestadas publicamente, o Plano Director Municipal (PDM) de Braga continua a não tolerar a preservação daquele vale, que se estende desde o Areal de Baixo ao Areal de Cima, na freguesia de S. Vitor.

Um estudo elaborado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, na sequência de um pedido efectuado pela Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA) para a classificação do local como imóvel de interesse público, indica que «as intenções conhecidas e expressas em sede de PDM de vir a dar àquela área uma utilização urbana levanta preocupações da preservação deste conjunto patrimonial que se julga dever ser preservado na sua integridade e funcionalidade».

O mesmo documento diz que o complexo patrimonial: em questão «é especialmente valorizado pela sua autenticidade e integridade, sendo factor de referência o facto de se encontrar totalmente em funcionamento. Trata-se de um testemunho notável de engenharia hidráulica sete-



Preservação das Sete Fontes exige alteração do PDM de Braga

centista, realçada pela presença de elementos arquitectónicos barrocos».

O acentuado estado de degradação da estrutura arquitectónica (fendas de alguma dimensão nas galerias, desaparecimento do reboco das paredes) em que a zona se encontra e o abandono a que foi votada foi testemunhada ontem por uma equipa da Quercus de Braga, durante uma visita guiada pelo geógrafo Miguel Bandeira. Segundo aquele membro da ASPA, é urgente alterar o PDM em função da preservação do local, pois, neste momento, o que está previsto para aquele espaço é «densidade de urbanização máxima».

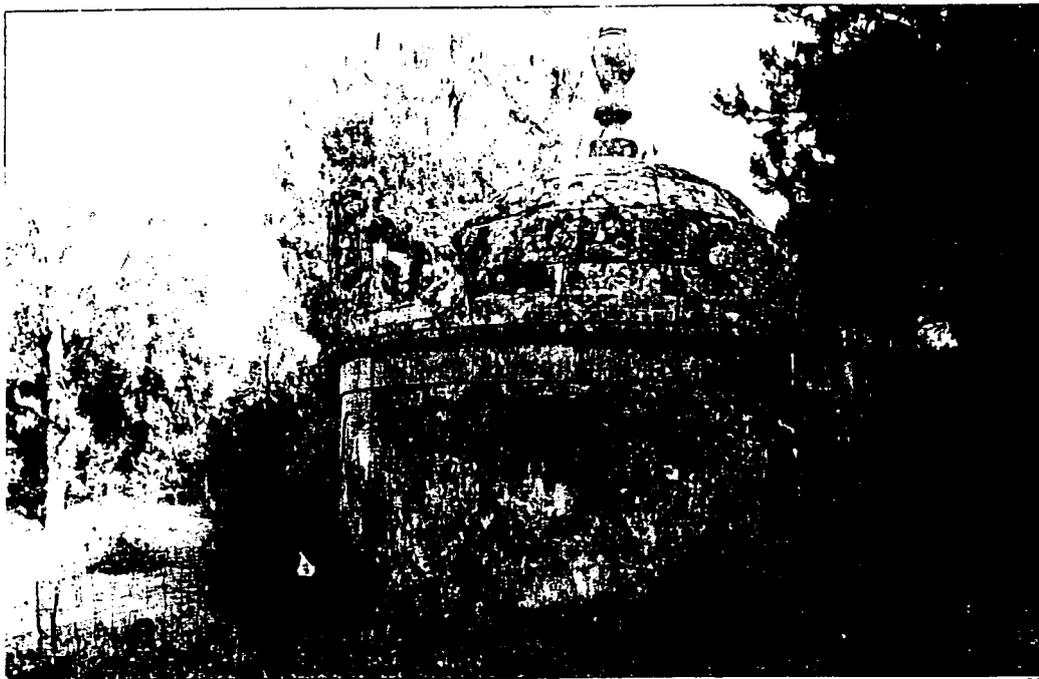
Miguel Bandeira considera que, para além das manifestações de vontade expressas por parte de quem tem a responsabilidade de defender o interesse público - Câmara Municipal - é preciso conceber um projecto que viabilize a protecção e valorização das Sete Fontes. Um passo que implica naturalmente a alteração do PDM, que compete igualmente à autarquia.

O professor da Universidade do Minho refere que a ameaça começou com as urbanizações do Areal de Baixo. Entretanto, os "atentados" sucederam-se: em 1995 foi destruída uma das 14 fontes existentes; há algum tempo,

de armas e chapéu do arcebispo D. José de Bragança sofreu uma tentativa de roubo; e existe uma via de quatro faixas a passar pelo meio da mancha.

Para Miguel Bandeira, a preservação das Sete Fontes implica a conjugação de três factores inalienáveis: a arquitectura barroca, o testemunho de engenharia hidráulica setecentista e a água - recurso natural imprescindível. Ou seja, é importante aliar a arte (barroca), a técnica (engenharia) e a vida (água). Para preservar a água é preciso alargar o perímetro de protecção. Aliás, o estudo desenvolvido pelo IPPAR propõe a redefinição

RECORTES DE JORNAIS

Jornal CORREIO DO MINHOData 2003/ 03/25

Sete Fontes: preservação é um objectivo de várias entidades

PATRIMÓNIO MINISTÉRIO DA CULTURA ENTREGA CANDIDATURA

Sete Fontes no IPPAR

A classificação de património nacional da zona das Sete Fontes está entregue ao IPPAR. O Presidente da Junta de Freguesia de S. Vitor, Firmino Marques, aguarda agora uma decisão do instituto.

DALILA MONTEIRO

A classificação de Património Nacional da zona das Sete Fontes, em Braga, poderá obter um desenlace agora que o documento chegou ao conhecimento do ministério da cultura.

No passado dia 9 de Fevereiro, o presidente da Junta de Freguesia de S. Vitor, Firmino Marques, entregou o dossier ao Ministro da Cultura, Pedro Roseta. O objectivo é simples: sensibilizar o governante no sentido de fazer avançar, de uma forma mais acelerada, o processo de classificação nacional do monumento

Firmino Marques endereçou o pedido de uma "forçinha", aquando de uma deslocação do governante ao distrito.

Uma vez recebido, o autarca de S. Vitor deposita a total confiança no Ministro da Cultura e acredita que será desta que o processo avança rumo à classificação de património nacional da zona das Sete Fontes. No dossier entregue a Pedro Roseta é descrito, com todos os pormenores, a importância daquele local, no contexto histórico da cidade de Braga.

Segundo o presidente da Junta de freguesia de S Vitor, o governante terá demonstrado interesse imediato no avanço da candi-

cação do monumento.

Fonte do gabinete do ministério da cultura informou o Correio do Minho que o processo "deverá ser encaminhado para o IPPAR, dentro de alguns dias". Aliás, é a esta entidade a quem cabe a análise do conteúdo da proposta e da decisão da classificação patrimonial, após uma aturada avaliação do processo.

Na proposta entregue a Pedro Roseta, a autarquia local apela à "imediata" aprovação da distinção, tendo em consideração a "necessidade urgente" da protecção daquele legado histórico municipal, "apesar de se encontrar num ambiente semi-protégido".

Na carta, a junta de

"este tesouro escondido que legitimamente faz parte da história bracarense" tem sobrevivido "às ameaças de invasão imobiliária". Tratam-se de argumentos invocados pela Junta de Freguesia de S. Vitor na tentativa de sensibilizar as autoridades governamentais para a importância histórica do monumento - e do seu contínuo interesse geracional - para, desta forma, voltar a insistir na aprovação do documento de candidatura de classificação a património nacional das Sete Fontes, uma decisão que aguarda aprovação no IPPAR, desde Março de 1995. "Acreditamos que a classificação será a sua salvação", finaliza Firmino



JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VÍCTOR

Município de Braga

RECORTES DE JORNAIS

Jornal CORREIO DO MINHO

Data 2003/03/25

SETE FONTES PATRIMÓNIO NACIONAL

Conselho Consultivo pronuncia-se este ano

D.M.

Segundo uma fonte da Direcção Regional do Porto do IPPAR, o processo de classificação das Sete Fontes "segue a tramitação legal" aguardando a todo o momento a sua avaliação em Conselho Consultivo, deste órgão tutelado pelo Ministério da Cultura.

Desde 1995 que a zona das Sete Fontes se encontra dotada de "protecção legal", uma medida que é accionada pelos serviços do IPPAR, no imediato momento em que o processo de candidatura a classificação é "aberto".

A confirmação parte da

mesma fonte do IPPAR que, de resto, adiantou que, o andamento do processo de classificação das Sete Fontes, como património nacional, está pendente da sua instrução junto do Conselho Consultivo do Instituto que, deverá apreciar o documento, ainda este ano.

Nessa altura, os membros desse órgão efectuarão uma análise pormenorizada de todos os factores que possam contribuir para a sua classificação, possível, em duas vertentes.

Uma delas é a de Património Nacional, a outra, será de imóvel de interesse público. Em ambos os casos, o monumento obterá a

garantias de manutenção da actual "protecção legal", accionada há oito anos, no momento em que foi aberto o primeiro processo de classificação do monumento.

Nessa mesma apreciação, o Conselho Consultivo do IPPAR definirá a atribuição do grau de classificação das Sete Fontes.

Posteriormente, o parecer emitido pelos membros deste organismo será remetido para o Ministério da Cultura onde será objecto de uma apreciação pelo ministro Pedro Roseta.

Só depois, será levado a Conselho de Ministros para aprovação e retificação, passos que poderão alon-

gar-se por um longo período de tempo.

A primeira via do processo de candidatura de classificação das Sete Fontes — enviado ao IPPAR em 1995 — envolveu algumas imprecisões cartográficas que suscitaram dúvidas sobre a área a candidatar. O processo teve de obedecer à abertura de um segundo despacho - o que veio acontecer em Abril de 2001 - e que, obrigou ao envio de uma segunda via da candidatura de onde constava a redefinição cartográfica do local — ou levantamento topográfico — necessário ao avanço da candidatura.



[Publicado do "Diário do Minho" de 2003.09.08]

A auto-estrada que ameaça atropelar fatalmente as Sete Fontes
Miguel Melo Bandeira

Depois de amanhã será o último dia da "Consulta Pública do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental" do projecto de "Variante à Estrada Nacional 103 em Gualtar", destinado à apresentação de *exposições e reclamações*, por escrito, ao Instituto do Ambiente - MCOTA, que estranhamente, note-se, decorre desde 9 de Julho, precisamente durante o período em que a generalidade dos nossos concidadãos se ausentou no gozo das suas férias.

A ASPA, instituição de utilidade pública, no âmbito das suas legítimas competências cívicas e culturais, tomou a iniciativa de apresentar uma reclamação ao projecto por considerar que a abertura da referida via, em termos globais, ameaça a integridade e a viabilidade do recém galardoado Monumento Nacional das Sete Fontes.

Ainda que o "Estudo de Impacte Ambiental - Resumo Não Técnico" (EIA-NT), constitua um instrumento omissivo e mitigado de informação - para mais ultrapassado no tempo por não reconhecer as Sete Fontes como Monumento Nacional - ele é suficientemente explícito quanto aos efeitos danosos que a projectada "auto-estrada" (com quatro faixas de rodagem, separador central, vedações, etc.) irá provocar, tanto no plano patrimonial como na desqualificação ambiental das populações aí residentes. A projectada via além de consumir uma elevada área de solo (pavimentos, viadutos, nós rodoviários, aterros, etc.), irá gerar expectativas de incremento de tráfego rodoviário intenso, penalizando o ambiente nas imediações, sobretudo no plano da sinistralidade, qualidade do ar e do ruído.

Mais gravoso ainda, o EIA-NT revela-nos a intenção construir um viaduto sobre uma das minas e de implantar o denominado "nó do hospital", este último sujeito a três alternativas concebidas todas em função do tráfego automóvel e nunca em defesa das Sete Fontes. O documento refere ainda que *o projecto interfere com cinco condutas do sistema das "Sete Fontes" (mais de metade das existentes); admite "uma conduta interceptada em escavação ao Km 1-100, e afecta uma via medieval e uma zona de dispersão de achados relacionados com um povoado fortificado da idade do Bronze/Ferro".* A execução da obra implicará ainda *"o recurso a explosivos", o emprego de "substâncias tóxicas", a destruição do coberto vegetal [factor que] "favorece a ocorrência de fenómenos de erosão do solo e de introdução de sedimentos nas linhas de água".*

Por fim, o facto de serem apontadas graves ameaças durante a fase de estaleiro, não impede que, após a execução da obra, admitindo ainda assim a aplicação de todos os considerandos pertinentes, se possa garantir que os impactes nocivos sejam debelados. É o próprio EIA-NT que o sublinha, quando afirma que a *"circulação automóvel poderá também, causar degradação progressiva das estruturas devido ao efeito das vibrações, pelo que o estado de conservação do monumento na proximidade imediata da via terá que continuar a ser observado"*.

A classificação do conjunto patrimonial das Sete Fontes como Monumento Nacional vem alterar radicalmente a realidade e as circunstâncias que originaram a concepção da *Variante à EN-103*, pelo que, no actual contexto, entendemos que a preservação do património cultural e natural das Sete Fontes tomou a primazia sobre a pretensa funcionalidade e utilidade da via rodoviária.

Nesse sentido, vimos publicamente reclamar a desclassificação da Variante à EN 103 em Gualtar

(Braga), em virtude desta via atentar gravemente:

- contra a integridade e a viabilidade do conjunto patrimonial das Sete Fontes (Património Nacional), nas suas múltiplas vertentes, em particular, a integridade das nascentes de água, a unidade da obra hidráulica e o enquadramento paisagístico de que desfruta;
- de comprometer irremediavelmente a exequibilidade da anunciada criação do *Eco-Parque* das Sete Fontes; e
- de constituir um factor de desqualificação da vida dos habitantes das urbanizações envolventes (urbanização *Lar Jovem* e *Bairro da Alegria*), sobretudo, ao nível das poeiras, ruído diurno/nocturno, qualidade do ar, etc.

Na impossibilidade, porém, de encontrar soluções alternativas dentro do quadro disponível, de acesso ao futuro Hospital e respectiva Escola de Saúde, sugerimos que a via seja redefinida, ficando limitada apenas a duas faixas de rodagem, sendo concebida unicamente para dar serventia aos equipamentos de saúde programados, e nunca, tal como está proposto, como um eixo de atravessamento, do tipo "auto-estrada", somente para induzir a expansão de novas urbanizações e a adução de mais tráfego rodoviário.

Conselho Directivo da ASPA

PS: A ASPA congratula-se publicamente com a decisão lúcida do IPPAR, tomada em 15 de Maio de 2003, de considerar a viabilidade de "classificação da Casa da Orge" (Processo n.º 03/03/24(001) CLS/2002), na Freguesia de Maximinos à saída da estrada para Barcelos, por esta casa setecentista, "*merecendo protecção específica, se inscreveria na categoria de Imóvel de Interesse Municipal*". Estando desde já salvaguardada por medidas cautelares, a ASPA, que promete brevemente voltar a este assunto, aguardará, com serenidade, que as autoridades municipais, imbuídas do revelado espírito de candidatura de Braga a capital da cultura, confirmem estar à altura das elevadas responsabilidades políticas do nosso tempo.

Junta de S. Victor receia pelo futuro das Sete Fontes

Declarações enigmáticas da Cultura motivam preocupação em Braga

Joaquim Martins Fernandes
António Silva

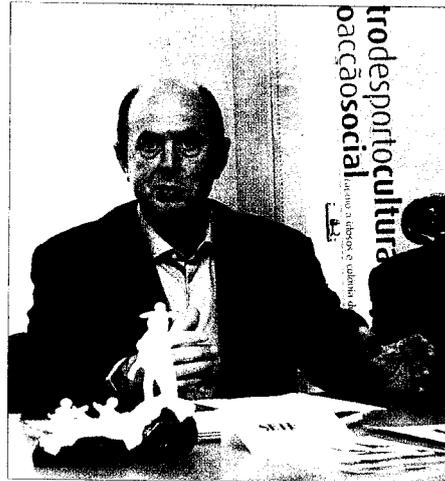
O presidente da Junta de Freguesia de S. Victor, em Braga, não esconde a preocupação motivada pelas últimas declarações proferidas pela directora regional da Cultura do Norte sobre a necessidade de se respeitarem os compromissos urbanísticos aprovados para a área do complexo das Sete Fontes.

«Não sei bem em que é que a senhora directora regional da Cultura se baseia para referir que as urbanizações são para respeitar, pois não conhecemos que tenha sido licenciado qualquer projecto urbanístico para aquela área. Mas essas declarações não deixaram de causar inquietação», afirmou Firmino Marques, precisando que as declarações da

directora que tutela o processo de classificação das Sete Fontes como património de interesse nacional foram já analisadas na sessão da Assembleia de Freguesia realizada esta quinta-feira.

O autarca falava à margem da apresentação do vasto programa "Respire feliz em S. Victor 2010", que, desde hoje e até ao dia 10 de Setembro, vai colocar em marcha um vasto conjunto de realizações culturais, económicas, desportivas e recreativas, colocando em destaque a música, o património, o teatro, a economia local e regional e as actividades de cariz social.

No entender do chefe do executivo daquela que é a maior freguesia do concelho de Braga ao nível populacional, o único projecto urbanístico que se co-



Firmino Marques acredita que bom senso preservará Sete Fontes

nhece é o da variante ao novo hospital, que foi elaborado há muitos anos e justificado num Estudo de Impacte Ambiental

que o edil acredita que este já sem validade legal.

«Mas nada mais conhecemos para aquele espaço, que

sabemos que integra terrenos que estavam classificados como área de construção», precisou o eleito da coligação "Juntos por Braga, dando conta que a Junta de Freguesia tem solicitado sucessivas informações à Câmara Municipal de Braga sobre os projectos previstos para as Sete Fontes e a resposta tem sido sempre a mesma: «que não existe nenhum projecto urbanístico aprovado».

«Nós confiamos na revisão em curso do Plano Director Municipal e acreditamos que a proposta feita à comunidade para proteger o complexo monumental vai ser respeitada. Espero que não haja, agora, nenhuma surpresa», continuou Firmino Marques, comentando que «todo o processo estará invertido, se se

confirmar que a senhora directora regional da Cultura do Norte sabe mais do que aquilo que a Câmara de Braga diz conhecer».

O presidente da autarquia de S. Victor refere que «ainda recentemente» foi solicitado à Câmara o plano de pormenor que tem sido falado para a área do complexo das Sete Fontes. Mas apesar dos esforços, a Junta de Freguesia continua completamente «às escuras» sobre qual será o futuro do vale das Sete Fontes. O que não impede o presidente de acreditar que o executivo presidido por Mesquita Machado «vai querer proteger uma obra emblemática» como é o monumento das Sete Fontes. «Seria uma grande desilusão que assim não acontecesse», concluiu o autarca de S. Victor.

VICTOR HUGO CARDINALI
APRESENTA
Companhia Internacional de CIRCO

Vá ao Circo com o Diário do Minho
O Diário do Minho tem dez convites individuais para este espectáculo, hoje, às 21h45, em Braga. Os convites são entregues hoje, a partir das 09h30, nos serviços comerciais do DM (na Rua de Santa Margarida), a quem comprar o jornal. Cada leitor pode levantar, no máximo, dois convites individuais.

Património monumental no centro da mega realização de Verão

Uma caminhada em nome do património monumental local. É a proposta da Junta de Freguesia de S. Victor para a manhã de hoje. A visita ao complexo monumental das Sete Fontes tem início marcado para as 10h00 e regista a colaboração da associação bracarense "Os Bravos da Boa Luz".

A subida ao complexo aquífero setecentista que celebra o sétimo aniversário do início do processo de classificação como monumento nacional assume-se como a primeira grande realização do megaprojecto "Respire feliz em S. Victor 2010", que vai decorrer até ao dia 10 de Setembro. Mas o arranque oficial aconteceu ontem à noite, com a inauguração da exposição de pintura "Sete Fontes... um diamante a lapidar", que ficará patente ao público até ao dia 21 do mês que hoje se inicia, na sede da Junta de Freguesia de S. Victor.

"Conhecer, sentir, defender

e divulgar as Sete Fontes" é o lema da caminhada de hoje, sendo ponto assente que o complexo monumental vai continuar a marcar a agenda das realizações com que a autarquia promete dinamizar o mês de Maio. O complexo monumental volta a capitalizar protagonismo no próximo dia 14, que vai evocar nesse dia a passagem do sétimo aniversário da entrada do monumento na lista restrita dos imóveis de interesse nacional.

A efeméride é assinalada com a apresentação, pelas 22h00, de uma colecção única de 7 postais, sendo a edição limitada a 70 exemplares.

O património aquífero setecentista volta a ser motivo de uma realização de grande fôlego no dia 30 de Maio. "Com o património e pela nossa saúde" é o tema da realização que vai juntar a Junta de Freguesia de S. Victor, a ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natu-

ral, a Jovem Coop - Associação Jovem Cooperante Natureza/Cultura, a associação ambientalista Quercus e o estabelecimento cultural Velha-a-Branca na promoção de uma caminhada ao monumento arqueológico.

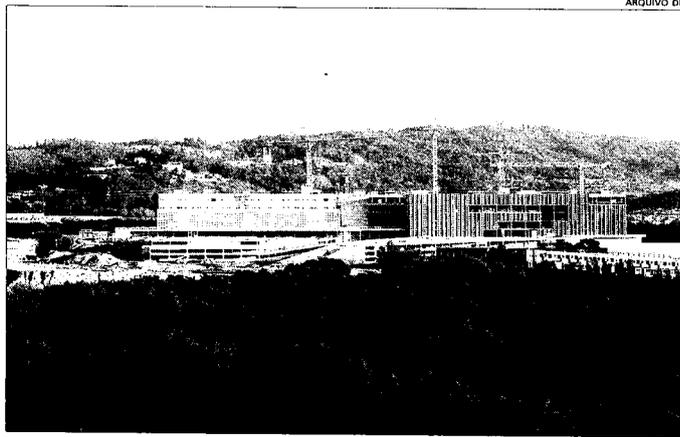
A partida está agendada para as 10h00, do Largo Senhora-a-Branca, evoluindo depois a caminhada pela Rua de S. Victor, Rua de S. Domingos, Largo de Monte de Arcos e subida para o Areal, fazendo a entrada no complexo monumental pela rua Nuno Morais e o regresso pelo Bairro da Alegria. Antes da caminhada tem lugar um rastreio de saúde. Promovido pela Junta de Freguesia, a acção, que tem início marcado para as 09h00, vai contar com a colaboração das farmácias Henriquina, Silva, Classaúde, Prhofame e Cruz Vermelha Portuguesa, entidades que asseguram o rastreio gratuito da glicemia, colesterol e tensão arterial.

Via deverá reduzir impactos sobre monumento das Sete Fontes Cultura do Norte está a estudar alternativa de ligação ao hospital

José Carlos Lima

A Direcção Regional da Cultura do Norte acaba de confirmar que «está em cima da mesa o estudo de uma eventual alternativa» à variante de acesso ao futuro hospital de Braga, por forma a minimizar os impactos sobre o monumento nacional das Sete Fontes, apontados no estudo de impacto ambiental ao traçado inicial desta via. Este é um projecto que envolve vários ministérios e que exige uma verdadeira "corrida contra o tempo" para que esteja concluído dentro de um ano, quando abrir o novo hospital, que está em construção acelerada no cimo do Bairro da Alegria.

A variante é uma obra pro-



Traçado da via de acesso continua por definir a um ano da inauguração do novo hospital de Braga

jectada no início de 2000, cujo debate público decorreu no Verão de 2003, que deveria assumir o perfil de auto-estrada,

ligando o nó do Retail Park à saída para a Póvoa de Lanhoso, mas a classificação patrimonial deste complexo setecen-

tista de abastecimento de água à cidade, originou um amplo movimento de pressão para que sejam encontradas alternativas de acesso à futura unidade hospitalar, que não colidam com o monumento.

Os responsáveis do Ministério da Cultura reconhecem a sensibilidade da questão, mas garantem que estão «a monitorizar» a questão do acesso ao hospital, que poderá passar pela construção de «uma alternativa» com menor impacto nas Sete Fontes. «Poderá haver uma ligação ao hospital com uma dimensão mais reduzida e menor impacto do que a via de perfil de auto-estrada inicialmente prevista», referiu a DM a directora regional da Cultura do Norte, Paula Silva.

Acesso ao hospital também é de interesse público

O objectivo é «minimizar ao máximo o impacto» sobre o monumento nacional, referiu a responsável da Cultura do Norte, frisando que a Direcção Regional «está em permanência a acompanhar o dossiê das Sete Fontes, porque há compromissos urbanísticos assumidos, há que ter em conta que há terrenos comprados que têm direitos assumidos de construção, há o hospital e há a via de acesso».

Também o secretário de Estado da Cultura reconhece que o acesso ao hospital «inclui várias questões que envolvem vários ministérios e a defesa da utilidade pública». Elísio Summavielle considera, contudo, que «não se pode pôr em causa o interesse público manifesto da construção do hospital», pelo que «não está em discussão a sua localização, ele está lá e garantir o acesso é fundamental».

«As Sete Fontes são património classificado importante, que deve ser valorizado, e estamos cientes que a Câmara de Braga tem sensibilidade para isso, mas há que pesar todos estes factores», acrescentou Summavielle, considerando que, «das várias soluções possíveis, importa encontrar

a que, embora possa não ser a desejável, melhor garanta a salvaguarda do imóvel classificado, mas que permita também uma boa acessibilidade ao hospital».

A nível local, a defesa de uma alternativa ao traçado da variante de acesso ao hospital foi assumida pela Junta de Freguesia de São Victor e por diversas associações de defesa do património, entre as quais a ASPA que tinha já apresentado, em 2003, uma proposta de ligação alternativa à futura unidade de saúde.

Neste momento, a autarquia de São Victor continua a «aguardar por mais informação» sobre a possibilidade de uma alternativa, embora lamentando que o processo esteja envolto em «algum secretismo», com o habitual "chutar" de responsabilidades entre a Câmara e a empresa Estradas de Portugal.

Sobre esta matéria, a última posição pública do Município é de que o que vai avançar é apenas a primeira fase de ligação ao hospital – entre o futuro nó do Feira Nova/Retail Park e o topo do Bairro da Alegria – que não teria implicações directas sobre o monumento das Sete Fontes, adiando para mais tarde a continuação da variante, que poderia assumir um novo percurso, dispensando o polémico viaduto sobre as Sete Fontes.

Prémios de Mérito Bracarense

galardões

"A NOSSA TERRA"

Atribuídos por votação directa dos leitores

Mérito Bracarense (individual): _____

Mérito Bracarense (colectivo): _____

Sorteio registado no Governo Civil de Braga, com o nº 15/2010.

Recorte o cupão (não são aceites fotocópias) e entregue-o em mão ou cole-o num bilhete postal ou ainda remeta-o (s) em envelope (com quantos cupões desejar) com nome, morada, telefone, idade e profissão do concorrente para:

Galardões "A Nossa Terra"
Rua D. Afonso Henriques, 67 - 1º Esq.
4700-030 Braga

Os cupões são publicados entre os dias 19 de Abril a 3 de Maio nos jornais apolantes.

O sorteio do cheque viagem será efectuado no dia 6 de Maio de 2010 às 18.00h, na sede da organização, sendo válidos todos os cupões recebidos até às 12.00h do dia 5 de Maio. A cada cupão recepcionado será atribuído um número para sorteio.

O nome do sorteado será tornado público no dia 7 de Maio através dos jornais de Braga, sendo o prémio entregue no decorrer da gala de atribuição dos 24 Galardões "A Nossa Terra" a realizar no Auditório do PEB no dia 14 de Maio pelas 21 horas.

Francisco Mesquita Machado, José Veiga, Agostinho Domingues, Alberto Rego Amorim, Carlos Baptista, Agostinho Oliveira, Fernando Sá Menezes, Eduardo de Melo Peixoto e António Salvador (Individual) e Sporting Clube de Braga, Associação Comercial de Braga, Universidade do Minho, Caritas Diocesana, ABC, Lar Conde Agrolongo, Santa Casa da Misericórdia, Casa do Professor e Universidade Católica Portuguesa (colectivo), como galardoados de edições anteriores estão impedidos por regulamento de serem de novo premiados.

Prémio Valioso Cheque Viagem uma oferta da Agência de Viagens Caravela
Rua Francisco Sanches, 47, 4704 - 530 BRAGA • Email: info@caravela.pt • Site: www.caravela.pt

Organização
drenor

Apoio
Diário do inho

Participe e habilite-se
ao sorteio de um
Cheque Viagem

Uma Oferta



Visita às Sete Fontes constata "pressão" sobre monumento

O grupo dos petiçãoários "Pela salvaguarda das Sete Fontes" realizou, no último domingo, uma visita ao complexo monumental com a qual pretendeu comemorar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

O passeio que foi participado por várias dezenas de pessoas incluiu visita às mães de água, às galerias subterrâneas

as e à área natural envolvente, tendo os visitantes observado «o abandono a que a zona está votada, bem como os notórios efeitos nocivos dos aluviões de areia sobre o monumento», que «têm causado derrocadas de muros de suporte das minas e pressão sobre as condutas subterrâneas».

Durante o passeio foram,

também, abordadas as ameaças que pairam sobre este sítio e debatidas alternativas de planeamento viário e urbanístico, que conciliem a preservação deste monumento ainda vivo (água, fauna, flora e património arquitectónico/arqueológico), com os acessos à nova unidade hospitalar e a qualidade de vida dos moradores da zona.

Defesa das Sete Fontes exige planeamento

Braga

— No âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, realizou-se, na manhã de ontem, uma visita ao Complexo Monumental das Sete Fontes, promovida pelo grupo dos peticionários “Pela salvaguarda das Sete Fontes”.

Apesar da chuva que caiu na cidade de Braga, o passeio foi muito participado (contou com a presença de cerca de 100 pessoas) e incluiu visita às mães de água, às

galerias subterrâneas e à área natural envolvente.

Foi com pesar que os visitantes observaram o abandono a que a zona está votada, bem como os notórios efeitos nocivos dos aluviões de areia sobre o monumento. Tal tem causado derrocadas de muros de suporte das minas e pressão sobre as condutas subterrâneas.

Durante o passeio foram, também, abordadas as ameaças que pairam sobre este sítio e debatidas alternativas de planeamento



Participantes ficaram a conhecer mais alguns pormenores do complexo

viário e urbanístico, que conciliem a preservação deste monumento ainda vivo (conforme é observável na água, fauna, flora e património arquitectónico/arqueológico), com os acessos à nova unidade hospitalar e a qualidade de vida dos moradores da zona.

Lembre-se que a construção da variante de acesso ao novo hospital de Braga tem merecido contestação dos defensores do Complexo Monumental das Sete Fontes, assim como da Junta de Freguesia de S. Victor. ■

DIREITOS RESERVADOS

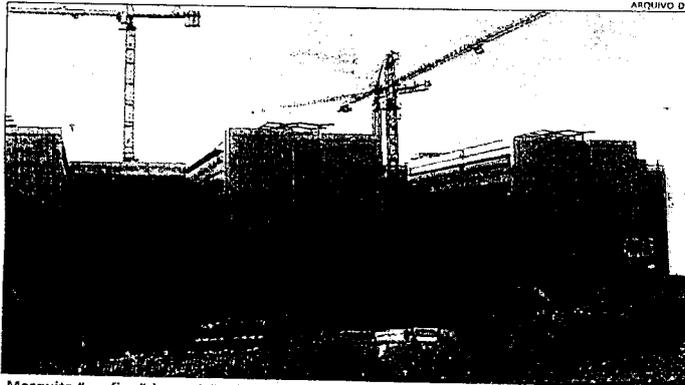
Autarquia bracarense vai pedir ao Governo regime de excepção Câmara quer acessos ao hospital adjudicados por ajuste directo

Joaquim Martins Fernandes

O cumprimento do regime normal que rege a contratação de obras públicas não permite que os acessos rodoviários ao novo hospital de Braga estejam concluídos na data que o consórcio Escala Braga aponta para a inauguração da futura unidade hospitalar. A ideia foi transmitida ontem pelo presidente da Câmara Municipal aos vereadores da coligação "Juntos por Braga", que fizeram subir à reunião da vereação as preocupações já expressas sobre a matéria pela administração do hospital.

Mesquita Machado apontou a entrega da empreitada por ajuste directo como a única solução que permite para ter a obra pronta na data da abertura do novo hospital. Esta via, que também colhe o parecer favorável de todos os vereadores do PSD e do CDS-PP, implica que o Governo atribua à empreitada um regime de excepção, desvinculando o Instituto Estradas de Portugal da obrigação legal de abrir concurso público.

«Essa é, a julgar pelas explicações que nos foram dadas pelo presidente da Câmara, a única possibilidade da nova variante estar concluída na data da inauguração do novo hospital», garantiu o líder da coligação. Mas as afirmações que Ricardo Rio atribuiu a Mesquita Machado não foram confirmadas nem desmentidas pelo presidente da autarquia, que se recusou tecer quaisquer comentários sobre as preocupações que foram expressas quarta-feira pela



Mesquita "confiou" à oposição declarações sobre acessos ao novo hospital

administração que representa o Grupo José de Mello Saúde na gestão do hospital de Braga. «Não tenho qualquer comentário a fazer sobre essa matéria», enfatizou Mesquita Machado, quando instado a pronunciar-se sobre as declarações que lhe foram atribuídas pela oposição.

O silêncio do chefe do executivo socialista não impediu a oposição de deixar claro que partilha das mesmas preocupações que foram expressas pela administração da unidade hospitalar bracarense, nem de apontar o dedo à culpa que também cabe à edilidade bracarense, embora a construção da variante seja uma obra da responsabilidade da Administração Central.

Traçado poderá sofrer alterações

Os vereadores do Partido Social Democrata e do CD-PP sublinham que há razões para recuar que a futura acessibilidade rodoviária não esteja concluída no dia 9 de Maio de 2011,

data que o consórcio Escala Braga mantém para a inauguração do futuro hospital. «Há receios fundados para se temer algo que até há algum tempo atrás era impensável», afirmou o líder da coligação, nas declarações prestadas no final da reunião de ontem da Câmara Municipal.

Os eleitos da coligação temem que, depois do entusiasmo que antecedeu o lançamento da obra, o Ministério da Saúde tenha perdido o interesse pela entrada em funcionamento do novo hospital e deixaram a garantia de que os deputados social-democratas eleitos pelo círculo de Braga vão confrontar a ministra Ana Jorge com os problemas que envolvem os acessos. Ricardo Rio sublinha que «notasse, agora, uma grande ligeireza na forma como o Ministério da Saúde trata o processo do novo hospital de Braga» e acrescenta que os parlamentares do PSD vão averiguar junto da ministra Ana Jorge «se o Governo continua a assumir o novo hospital

de Braga como um investimento prioritário e fundamental para toda a região».

Rio acrescenta que a culpa pelo atraso no arranque da obra não é apenas do Governo e da Estradas de Portugal. «A Câmara Municipal de Braga também tem responsabilidades nesta matéria, uma vez que no protocolo que celebrou, em 2004, com o Ministério da Saúde, assumiu responsabilidades expressas na realização de algumas infraestruturas, nomeadamente saneamentos, que ainda não foram realizadas», vincou.

O líder da oposição revelou ainda que as informações transmitidas pelo presidente da Câmara de Braga durante a reunião da vereação dão também conta de que o traçado da variante deverá ser alterado. «A Estradas de Portugal terá acete desviar os acessos ao novo hospital do monumento das Sete Fontes, estando e fase de elaboração um novo projecto, que vai simplificar a obra», disse Ricardo Rio.

Ainda segundo o vereador da oposição, Mesquita Machado terá precisado que o tempo que se perde com a mudança de traçado será ganho na fase de obra, porque a construção da variante vai ser simplificada, uma vez que não terá tantas obras de arte. O chefe do

executivo socialista terá ainda garantido que, a ser adoptado o novo projecto, a obra não tem que ser sujeita a nenhum Estudo de Impacte Ambiental. Os vereadores da oposição é que têm algumas dúvidas que assim seja e prometem tirar o caso a limpo.

BE exige esclarecimentos sobre ameaças às Sete Fontes

O deputado do Bloco de Esquerda eleito por Braga, Pedro Soares, veio ontem a público exigir que a ministra da Cultura revele se o ministério que tutela a preservação do complexo monumental de Sete Fontes mantém o seu aval ao traçado da futura variante de acesso ao novo hospital de Braga. A exigência de Pedro Soares é justificada na «necessidade» de Gabriela Canavilhas «clarificar, de uma vez por todas», uma questão que ganhou uma nova dimensão, depois da administração do hospital «ter pressionado» a Câmara de Braga para a construção dos acessos nova unidade hospitalar.

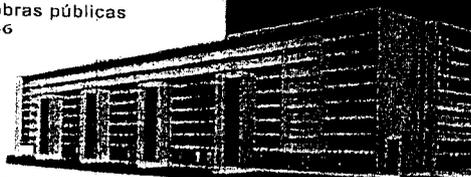
Recordando que foi definida a Zona Especial de Protecção das Sete Fontes, o deputado bloquista refere não perceber «como pode o actual traçado da variante ser compatível com esse estatuto de protecção». E acrescenta que «é o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que denuncia que a solução proposta pelo Instituto de Estradas de Portugal implica a destruição de várias condutas do sistema das Sete Fontes» e que «as vibrações causadas pela circulação automóvel levarão também à degradação das suas estruturas».

Continua Pedro Soares que o EIA refere ainda a possibilidade de serem causados danos a outro património arqueológico, nomeadamente uma via medieval e uma zona onde foram encontrados achados relacionados com um povoado da idade do Bronze/Ferro. «A data da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, as Sete Fontes ainda não estavam classificadas como monumento nacional, impondo-se por isso saber, hoje, qual é a posição do Ministério da Cultura», refere o parlamentar do BE, alegando que «a construção da variante de acesso ao hospital não é essencial para a ligação da cidade à nova unidade de saúde, já que o acesso será garantido pela zona do Retail Center, havendo por isso tempo para estudar outra alternativa ao viaduto».

«Tal como o Bloco de Esquerda vem alertando, o viaduto não serve para aceder ao novo hospital, mas para viabilizar alguns projectos urbanísticos que também constituem uma ameaça àquele património», continua o deputado do Bloco, que desafia o presidente da Câmara Municipal de Braga «a garantir que o viaduto proposto pelo Instituto de Estradas de Portugal não será construído, comprometendo-se a autarquia a propor um traçado alternativo».

Henrique Silva & Filhos

construção civil e obras públicas
Alvará 3486



Visite-nos no Local.

- > Apartamentos
- > Estabelecimentos
- > Lotes de terreno

253 618 711
96 901 04 40

vende-se lojas
c/ arrendamento garantido

Av. Padre Júlio Fragata, 52 Braga

Estudo de Impacte Ambiental alerta para outros monumentos arqueológicos

Ligação ao hospital coloca Sete Fontes em risco permanente de destruição

Joaquim Martins Fernandes

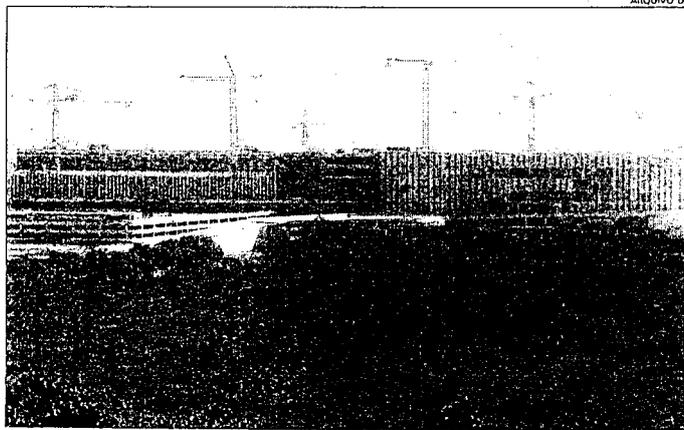
A variante de acesso ao novo hospital de Braga vai afectar cinco condutas do complexo monumental das Sete Fontes e impor a remoção de uma conduta. A advertência é feita no Estudo de Impacte Ambiental (EIA), que só garante a preservação de quatro condutas e que preconiza a realização de sondagens arqueológicas que previnam a destruição de outro património histórico e cultural existente na área de passagem da nova acessibilidade.

O documento deixa claro que o risco de destruição do monumento aquífero setecentista será permanente, por força das vibrações que vão resultar do trânsito automóvel. Mas sublinha que não se estudou a possibilidade de um traçado alternativo, porque os «compromissos» urbanísticos assumidos no Plano Director Municipal (PDM) inviabilizaram essa possibilidade.

«O projecto [da variante] interfere com cinco condutas do sistema das Sete Fontes de São Victor. O projecto garante a conservação de quatro destas condutas, havendo ainda a definir, em coordenação com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, a solução a adoptar relativamente à forma de restabelecimento de uma conduta interceptada em escavação ao km 1+100», afirma o documento.

Povoado da Idade do Bronze no caminho

O EIA adverte também que as observações ao estado de conservação do monumento em processo de classificação como património de interesse nacional «devem ser efectuadas antes, durante e após a fase de obra, sendo acompanhadas por relatórios técnicos». É que «a circulação automóvel poderá também causar degradação progressiva das estruturas devido ao efeito



PDM de Braga não contemplou alternativas para acesso ao novo hospital

de vibrações, pelo que o estado de conservação do monumento na proximidade imediata da via terá que continuar a ser observado periodicamente na fase de exploração».

O risco de «possíveis efeitos relacionados com vibrações» será também uma realidade «durante a fase de obra», continua o Estudo de Impacte Ambiental, que não esconde a necessidade de se recorrer ao uso de explosivos para se construir a futura acessibilidade. Por isso, «terá que proceder-se à monitorização do estado de estabilidade e conservação do monumento das Sete Fontes de São Victor, designadamente por observação de eventuais fendas nas estruturas», avisam os autores do estudo encomendado pela Estradas de Portugal.

As implicações da construção da variante que vai ligar o Nó do Feira Nova ao novo hospital de Braga e à variante do Fojo vão ainda afectar outro património arqueológico, além do complexo aquífero das Sete Fontes.

«Será também directamente afectada uma via medieval e uma zona de dispersão de achados relacionados com um povoado fortificado da Idade do Bronze/Ferro», avisa o Estudo de Impacte Ambiental. Este documento defende a realização de «sondagens arqueológicas, por forma a verificar o verdadeiro interesse

patrimonial» existente ao longo do traçado da via e propõe «acções de registo fotográfico e escrito relativamente» a esses elementos.

Sem espaço para traçado alternativo

Embora a nova acessibilidade vá ter características de via rápida e tenha implicações directas em monumentos classificados e sítios arqueológicos, o Estudo de Impacte Ambiental não contemplou nenhum traçado alternativo. A «culpa» é atribuída às opções urbanísticas que foram sendo tomadas ao longo dos últimos anos, aos «compromissos» assumidos pela Câmara de Braga ao nível do Plano Director Municipal e às características dos terrenos por onde vai passar a variante.

«Apesar do projecto se encontrar em fase de estudo prévio, não se apresentam alternativas de traçado. Tal deve-se ao facto de que, no primeiro quilómetro, o traçado adoptado é fortemente condicionado pelo reduzido espaço disponível face à ocupação existente e a compromissos assumidos, designadamente em termos das propostas de ordenamento do Plano Director Municipal de Braga. Na restante área, o relevo não viabilizou o traçado de corredores alternativos», refere o EIA, dando conta que a proposta

que é defendida pela Estradas de Portugal desde 2001 também conta com o «sim» do Ministério da Cultura, que tutela os sítios e os monumentos que serão afectados pela construção.

Os autores do Estudo de Impacte Ambiental sublinham que os responsáveis do então Instituto Português do Património Arqueológico, já em Outubro de 2001 autorizaram a Estradas de Portugal a avançar com o traçado que implica a invasão de parte das Sete Fontes, «desde que seja assegurado o restabelecimento das condutas afectadas».

Prevendo a ocorrência de vários impactes com implicações na saúde pública durante a fase de construção da via, o Estudo de Impacte Ambiental propõe a realização de cinco programas de monitorização ao nível das componentes geológica, qualidade da água, qualidade do ar, ruído e património. Especial atenção é exigida ao programa relativo à geologia, sendo apontada a necessidade de «uma vigilância de sinais percussores de instabilidade dos taludes da estrada, após dias com precipitação superior a 50 mm». É que «serão efectuadas escavações de grandes dimensões» e é já certo que as movimentações de terra vão originar aterros com altura «superior a 15 metros», adverte o estudo.

Linhas de água

São várias as linhas de água que serão atravessadas pela variante. O propósito é que sejam encaminhadas por passagens hidráulicas, de forma a garantir-se o escoamento eficaz, em situações de cheias de grande dimensão.

Mas o Estudo de Impacte Ambiental admite que «poderão ocorrer eventuais situações de contaminação resultantes de derrames acidentais nos estaleiros e frentes de obra».

Qualidade do ar

A diminuição substancial da qualidade do ar será uma consequência inevitável dos trabalhos, por força da movimentação de terras. O EIA reconhece que vai haver aqui algum «desconforto», que será agravado pela instalação de centrais de betão e de britagem.

Demolições

A construção da variante vai implicar a demolição de uma habitação, situada ao km 0,380. Previstas estão também várias expropriações de terrenos, uns da reserva ecológica outros com viabilidade construtiva.

Ruído

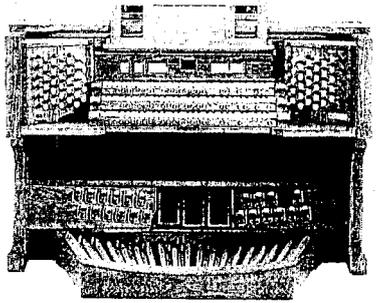
Os trabalhos de construção serão responsáveis pela criação de níveis de ruído elevados na zona de obra, verificando-se situações de incomodidade junto de habitações situadas nas proximidades. O EIA recomenda a restrição temporal das operações mais ruidosas ao período diurno.

Pub

SERAFIM DA SILVA
JERÓNIMO & FILHOS, LDA.

Campanha de Trocas
Preços Especiais

Órgãos Clássicos: Viscount - Rodgers - Roland



Distribuidores em Exclusividade (Portugal e Espanha)

SINOS - RELÓGIOS DE TORRE
LAMPADÁRIOS ELECTRÓNICOS - MADEIRA E METAL
MÁQUINAS DE CONTAGEM DE DINHEIRO

Rua Cidade do Porto, Ferreiras - 4705-084 Braga
Tel +351 253 605 770 - Fax +351 253 605 779
www.jeronimobraga.com.pt - geral@jeronimobraga.com.pt

Local

Breves

Braga **Moção em defesa** **das Sete Fontes**

A Assembleia Municipal de Braga quer que o consórcio construtor do novo hospital da cidade se responsabilize pelos danos causados no complexo das Sete Fontes. O mau acondicionamento de terras motivou deslizamentos de detritos na última semana, danificando o monumento nacional. A assembleia aprovou por unanimidade uma moção da CDU em que se recomenda à câmara que exija ao consórcio a montagem de barreiras de protecção ao monumento.



Bracarenses aderiram à petição pela defesa das Sete Fontes

José Carlos Ferreira

Ao longo da tarde de ontem cerca de mil bracarenses assinaram na Avenida Central a petição pela salvaguarda do complexo monumental das Sete Fontes que, só na internet, isto é, na versão "on line" já angariou mais 1.300 assinaturas. Junto à cada, tendo uma réplica do monumento bem visível, algumas pessoas pertencentes ao movimento, ajudadas por dirigentes associativos, políticos e um autarca, foram abordando as pessoas e recolhendo as suas assinaturas.

Os promotores da iniciativa mostraram-se mesmo impressionados com a adesão que se verificou, salientando o facto de ter havido cidadãos que se deslocaram de propósito à Avenida Central para assinar o documento destinado ao presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Ministério da Cultura, ao Ministério das Obras Públicas, ao presidente da Câmara de Braga, ao presidente da Assem-



Os autores da petição afirmam que as Sete Fontes têm sido desprezadas

bleia Municipal de Braga, e a Empresa Pública Estradas de Portugal.

Segundo Joana Moura Gomes, uma das responsáveis por esta iniciativa, a população de Braga está sensibilizada para a salvaguarda do complexo monumental das Sete Fontes. «Há muita gente a assinar pelas Sete Fontes e temos tido uma adesão aci-

ma das nossas expectativas. As pessoas vêm ter connosco, reconhecem o problema e desejam manter as Sete Fontes preservadas», disse.

Neste momento, o grande objectivo é conseguir atingir as quatro mil e uma assinaturas, que é número mínimo exigido para que a petição seja apreciada em Plenário da Assembleia da Re-

pública. Na sua perspectiva, este é um objectivo «perfeitamente realizável».

Por outro lado, é também objectivo desta acção «levantar as cabeças das pessoas, dizer que estejam atentas a este problema, e que os responsáveis percebam que a população de Braga não quer que as Sete Fontes sejam destruídas, mesmo em

prol do acesso ao novo hospital». «Nós temos a certeza que haverá alternativas. Obviamente que o hospital terá que ter um bom acesso, mas é possível salvaguardar as duas vertentes, a modernidade do hospital e a tradição das Sete Fontes», acrescentou.

Para além da campanha realizada ontem na Avenida Central, a recolha de assinaturas vai continuar nos próximos dias, tanto na internet, através do endereço <http://www.peticao.com.pt/setefontes>, como também no preenchimento das folhas. Joana Moura Gomes explicou que a petição vai estar disponível em papel em vários pontos da cidade, nomeadamente nas Juntas de Freguesia, e em espaços públicos, como bibliotecas, museus, cafés, e no Estaleiro Cultural Velha-a-Branca. Segundo referiu, a petição vai continuar, pelo menos, mais duas semanas, dependendo da forma como estiver a decorrer a recolha.

Para o futuro, este movimento criado na internet em defesa do complexo monu-

mental das Sete Fontes pensa ir mais além do que a petição. Joana Moura Gomes explicou que, durante esta campanha, estão a pedir às pessoas para que forneçam, para além do nome e do número do Bilhete de Identidade, um contacto telefónico. «Nós queremos também divulgar as Sete Fontes. Vamos tentar organizar pequenos passeios e realizar, eventualmente, uns debates. Nós queremos que, quem não conhece, que fique a par do que se está aqui a falar. Há muitas pessoas que, infelizmente, ainda não conhecem este património bracarense», sustentou.

Para já fica a promessa que, quando o objectivo das assinaturas foram alcançado e mesmo ultrapassado, a petição será entregue pelos canais formais aos destinatários.

No documento apela-se, sobretudo, à procura de uma alternativa que permita a salvaguarda das Sete Fontes e a sua manutenção, porque «este monumento tem sido claramente desprezado».

> Movimento cívico quer alternativa ao viaduto de acesso ao novo hospital, que passa sobre a Sete Fontes.

DA INTERNET PASSOU PARA O PAPEL

BRAGA

CIDADANIA

Petição pelas Sete Fontes

Após duas semanas a decorrer na internet, a petição pela salvaguarda das Sete Fontes passou para o papel. O objectivo é travar a construção de um viaduto sobre o complexo monumental, previsto no acesso ao novo hospital.

> marlene cerqueira

No quintal de Francelina Rodrigues, moradora na Rua Damião de Góis, ainda brota ininterruptamente uma bica de água oriunda do complexo hidráulico das Sete Fontes. Ontem à tarde, esta bracarense dirigiu-se à Arcada com um único objectivo: assinar a petição que pede a salvaguarda do complexo monumental localizado na freguesia de S. Victor.

“Sinto uma imensa pena por estar em causa o futuro das Sete Fontes”, confessou emocionada ao ‘Correio do Minho’. Francelina Rodrigues ainda se recorda “das Sete Fontes há uns anos”, que descreve como uma património “lindo e riquíssimo”, bem diferente “do quase abandonado a que está votado na actualidade”.

A exemplo de Francelina Rodrigues, centenas de bracarenses subscreveram a petição colocada a circular por um grupo de cidadãos.

Apesar de “meramente cívico”, o movimento conta com alguns apoios públicos e que se fizeram representar na iniciativa de recolha de assinaturas que ontem à



Arcada foi ontem palco de recolha de assinaturas para a petição que pede a preservação das Sete Fontes

tarde se realizou na Arcada. JovemCoop, ASPA, Junta de Freguesia de S. Victor e partidos da oposição são alguns dos apoios mais emblemáticos ao movimento.

Joana Moura Gomes, uma das promotoras da petição, assume como objectivo a recolha de quatro mil assinaturas válidas, “o número para a petição ser debatida no Parlamento”.

A petição está *on-line* há duas semanas e, até ontem, tinha já 1300 subscrições. “Como sabemos que há quem ainda prefira o papel e até pretende esclarecer alguma questão sobre a petição,

resolvemos passá-la também para o papel e aqui estamos”, disse Joana Moura Gomes.

Além da iniciativa de ontem, nos últimos dias a petição foi também colocada em sedes de junta de freguesia, bibliotecas, livrarias e outros espaços, onde pode ser subscrita.

Objectivo: travar viaduto de acesso ao novo hospital

Além da salvaguarda e manutenção do complexo hidráulico das Sete Fontes, a petição pretende, num objectivo mais imediato, a revisão do acesso previsto para o novo hospital de Braga, infra-estrutura rodoviária que contempla um viaduto sobre o complexo monumental.

“Acreditamos e sabemos que há alternativa ao viaduto, apesar da câmara municipal não o admitir. É preciso alterar o projecto para preservar este património”, vincou Joana Moura Gomes.

Os peticionários pretendem fazer chegar o documento ao presidente da Assembleia da República, grupos parlamentares, Ministério da Cultura, Ministério das Obras Públicas e presidente da Câmara de Braga.

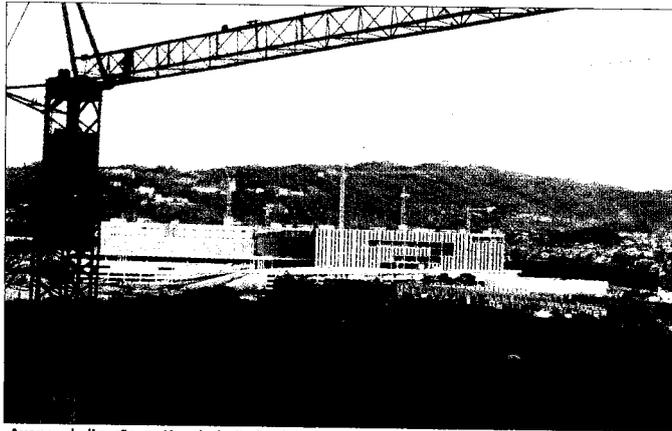
Primeira fase da construção não inclui área classificada

Acesso ao Hospital pronto dentro de um ano com viaduto sobre Sete Fontes em "stand by"

José Carlos Lima
Avelino Lima

A via de acesso ao novo Hospital de Braga deverá estar pronta dentro de um ano, por forma a poder servir convenientemente a nova unidade central de saúde do Minho. A garantia foi ontem reafirmada, ao *Diário do Minho*, pelo vereador Hugo Pires, que esclareceu que o troço em questão – entre o futuro nó do Feira Nova/Retail Park e o topo do Bairro da Alegria – «não inclui» a construção do polémico viaduto sobre as Sete Fontes, pois esta obra «integra a segunda fase» do traçado da ligação desta via à futura variante à EN-103, a desembocar na saída para a Póvoa de Lanhoso, no final da actual variante do Fojo.

A clarificação do programa de construção do acesso ao Hospital adia, assim, qual-



Avanço da ligação ao Hospital não implica a construção imediata de viaduto sobre Sete Fontes

quer decisão final sobre o traçado da variante à EN-103 e ao impacto desta sobre o monumento nacional das Sete Fontes, fazendo renascer a esperança dos opositores da construção de um viaduto sobre a área classifica-

da. Hugo Pires não confirma, contudo, se a Câmara está ou não a fazer diligências para a alteração desta via, mas vinca que, neste momento, «o que está decidido é a construção da ligação ao Hospital», a qual deverá arrancar em breve por

forma a «estar pronta dentro de um ano».

Recorde-se que a proposta de um traçado alternativo para a nova variante à EN-103 foi assumida pela Junta de Freguesia de S. Victor e por vários movimentos cívicos, como a solução para afastar a implantação de uma "auto-estrada" de betão sobre o antigo sistema setecentista de abastecimento de água à cidade de Braga. Segundo essa proposta, seria construída apenas a ligação ao Hospital, devendo a variante assumir um percurso verdadeiramente externo, entre a futura variante do Cávado e a saída para a Póvoa de Lanhoso.

Traçado previsto «não serve de variante»

Apesar do traçado alternativo ter sido abordado em reunião realizada entre a Direcção Regional de Cultura do Norte e a Junta de Freguesia de São Victor, o Ministério da Cultura, em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, acaba de referir que a mesma «não chegou a ser formalizada». A afirmação é directamente contrariada pelo autarca Firmino Marques, que esclarece que tanto aquela Direcção Regional «ficou de encaminhar a proposta a quem de direito como o documento foi também enviado ao Instituto de Estradas».

Acontece que quem teria que formalizar a alternativa, para que o Instituto de Gestão do Património (Igespar) se pronunciasse, era o Instituto de Estradas/Estradas de Portugal e «isso é que não terá acontecido», mas o presidente da Junta de São Victor acredita que «a melhor solução acabará por vencer». Firmino Marques entende que o traçado actual – ao qual o Igespar deu aprovação condicionada – «atenta contra o património e não é uma verdadeira alternativa» para o trânsito de passagem, obrigando toda a circulação a desembocar na já muito congestionada

de circular interna (Júlio Fragata/António Macedo).

Na resposta às perguntas do Bloco de Esquerda, o Ministério salvaguarda que «a análise do traçado a desenvolver em projecto de execução, e estudo de alternativas, ocorreram no âmbito do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental» à proposta do então Instituto das Estradas de Portugal. O gabinete de Gabriela Canavilhas não esclarece, no entanto, a sua posição final sobre a Zona de Protecção Especial das Sete Fontes, a qual poderia colidir com a famigerada variante, limitando-se a dizer que este processo «será objecto de análise e eventual proposta de aprovação, nos termos previstos na legislação aplicável».

No requerimento, o BE realça que o sistema oitocentista de abastecimento de água à cidade de Braga, conhecido por Sete Fontes, constitui «um conjunto patrimonial da maior importância», que supõe a necessidade de «assegurar a preservação e manutenção da adução de água ao conjunto monumental». As questões foram suscitadas pelo facto de na planta que sustentou a discussão da "zona de protecção especial" não estarem representados os traçados dos acessos nem o próprio Hospital.

Petição sobre monumento de Braga ultrapassa fronteiras Internet abre ao mundo problemas nas Sete Fontes

Joaquim Martins **Fernandes**

A internet foi o meio escolhido para o lançamento de uma petição popular em defesa do complexo monumental das Sete Fontes, em Braga. A iniciativa, que ao final da tarde de ontem contava com a subscrição de quase 150 pessoas, tem como objectivo denunciar ao presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, aos ministérios da Cultura e das Obras Públicas, aos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Braga e à Estradas de Portugal os riscos que neste momento comprometem a integridade do monumento de interesse nacional.

A «proibição de construção nas imediações do complexo das Sete Fontes, incluindo o viaduto previsto [pela Estradas de Portugal] e a realização de estudos de acessos alternativos ao futuro Hospital» constituem a primeira exigência dos subscritores da "Petição pela salva-



Sete Fontes conquista defensores além fronteiras

guarda do complexo das Sete Fontes», que exigem que essas vias rodoviárias contornem o complexo monumental, «respeitando assim a Zona Especial de Protecção» prevista no Decreto-Lei que regula a defesa dos monumentos classificados e em vias de classificação.

O «aumento da área de protecção e do nível de protecção, incluindo a zona non edificandi, salvaguardando os veios de água, a vital exposição solar e a manutenção do tape-

te vegetal» está também no leque de exigências dos peticionários, que prometem lutar pela «exposição pública e detalhada» do estudo de impacto ambiental dos acessos, com os respectivos estudos hidrogeológico e arqueológico da área circundante.

A «devolução da fonte mais alta ao seu conjunto arquitectónico» é ainda uma das exigências expressas na petição, que reclama da Câmara Municipal de Braga «o reaproveitamento

da água, com a respectiva recondução para fins públicos e privados, mediante pagamento». A edilidade presidida pelo socialista Mesquita Machado é também confrontada com «a concretização da promessa há muito anunciada», de construir no local um centro interpretativo da história da água.

Os autores da petição, que sublinham que «esta é, talvez, a última oportunidade de agir», porque «num futuro próximo pode não restar nada para pro-

teger», deixam claro que não largam mão do direito de exigir a «preservação, restauro e manutenção deste património único, incluindo todas as seis (outroza sete) mães-d'água, minas, galerias e condutas».

Alegam os peticionários que o complexo monumental, que se encontrava debaixo de «elevada pressão urbanística», defronta-se também agora com «a ameaça da edificação de um ou mais viadutos de acesso ao novo hospital central de Braga». Os promotores da petição alegam que «a construção do viaduto contraria as medidas de protecção que advêm da classificação como monumento nacional e futura Zona Especial de Protecção».

A quase centena e meia de pessoas que ao final da tarde de ontem tinha aderido à iniciativa – o número subia à medida que a petição se tornava conhecida –, além da subscrição, era também chamada a comentar a questão. Os sub-

scritores, que eram dos mais diversos pontos do país – a maioria eram bracarense, mas havia registos de Almada, Lisboa, Coimbra, Estoril, Vila Verde, Barcelos, Gaia, Porto, Matosinhos Oeiras, Cabeceiras de Basto, Vianna do Castelo, Bélgica ou Estados Unidos da América – deixaram claro que o problema que afecta o monumento de Braga ultrapassou fronteiras.

«Save the monument» (salvem o monumento) foi a mensagem deixada por Grace Kenney, de Detroit (Estados Unidos da América), enquanto que o lisboeta Jorge Morais Arnaut sustentava que «há que pôr cobro a mais um atentado ao património cultural do país!». O mesmo subscritor levou mais longe a sua indignação, questionando «Quando é que os decisores políticos compreenderão que o património arqueológico é um recurso estratégico não renovável, de elevado valor identitário e de grande potencial económico?»

JS diz que projectos serão apresentados dentro de meses

Câmara ultima plano de pormenor e parque público para as Sete Fontes

A Câmara Municipal de Braga vai apresentar publicamente dentro de um ou dois meses «o plano de pormenor que está a preparar para as Sete Fontes, que permitirá a criação de um parque público» naquela zona, há muito reivindicado pela Junta de Freguesia de S. Victor e pela oposição. A garantia foi dada pelo vereador do Urbanismo, Nuno Alpoim, numa reunião com a Juventude Socialista de Braga, centrada na gestão municipal das Sete Fontes.

Os jovens "rosa" saíram do encontro com a certeza de que o parque público «melhorará significativamente a qualidade de vida das populações vizinhas e permitirá igualmente a todos os interessados conhecer de forma cómoda o património das Sete Fontes». «Todo o plano previsto não só permitirá uma preservação ple-



JS pré-anuncia plano de pormenor e parque público para Sete Fontes após reunião com Alpoim

na do património existente, como permitirá ainda a ligação de duas zonas habitacionais que se encontram divididas precisamente pelo vale das Sete Fontes», pode ler-se

no comunicado da JS.

Os responsáveis da "jota rosa" garantem ainda que a futura variante «não implicará qualquer prejuízo para o património actual, facto bem

patente na aprovação por parte do IGESPAR do projecto de ligação ao novo hospital, sujeito a estudo de impacto ambiental, o que implicará algumas zonas em viaduto com o

objectivo de proteger o edificado existente».

A Juventude Socialista considera, por isso, que a polémica criada à volta das Sete Fontes é «puro aproveitamento político», pois, «olhando para os mapas e para o próprio terreno, não é difícil perceber que «não restam muitas alternativas à construção da variante» que fará a ligação da circular interna ao novo hospital, nem a localização deste é admissível noutra local, atendendo à sua vertente de ensino universitário. «Esta ligação implicará obrigatoriamente a utilização da zona envolvente às Sete Fontes», mas «não implicará a destruição, de uma parte que seja, do actual património», frisam.

"Jota" garante preocupação de longa data

A JS sustenta, inclusive, que a preocupação com a salvaguarda deste património «tem-se mantido nas revisões do PDM» e «sempre foi assumida pelo município», pois o complexo das Sete Fontes «já estava incluído na carta patrimonial anexa ao PDM de 1994, apesar de então tal não ser le-

galmente exigido nem o complexo estar classificado como património nacional», o que só aconteceu em 2003, a pedido e com a intervenção da Associação ASPA e da Junta de São Victor.

Além disso, segundo a JS, «todo o plano previsto para esta zona, não só permitirá uma preservação plena do património existente, como permitirá ainda a ligação de duas zonas habitacionais que se encontram divididas precisamente pelo vale das Sete Fontes, o que constitui também uma inegável mais-valia futura, não só para os residentes da zona, mas também para o desenvolvimento harmonioso da cidade como espaço colectivo, integrado e sem exclusões».

Os jovens socialistas reforçam ainda «ter constatado na própria reunião, através de alguns documentos de trabalho, que este projecto não se trata de um qualquer plano teórico mas sim de uma realidade a implementar em breve», pelo que lamentam a «atitude daqueles que nunca se preocuparam verdadeiramente em saber a verdade e limitaram-se a explorar de forma demagógica este assunto».

"Jovem Coop" assinalou dias da Árvore e da Água

A Jovem Cooperante Natureza/Cultura ("Jovem Coop") assinalou os dias mundiais da Árvore e da Floresta e da Água com a realização de diversas actividades.

No sábado, dia 21, o departamento de desporto organizou, na zona do Sameiro, uma actividade de orientação. Tratou-se de uma acção realizada exclusivamente para membros da associação que visou aproximar os participantes da natureza, permitindo celebrar um «harmonioso» convívio, referiu fonte da organização. Deste modo, a partir de um percurso de orientação, os participantes tiveram de seguir as indicações cartográficas e passar pelos "check-points" instalados.

No domingo, Dia Mundial da Água, a "Jovem Coop" promoveu uma visita ao Complexo Monumental das Sete Fontes, bem como às suas gale-



Participantes visitaram as Sete Fontes

rias. Esta iniciativa, aberta a todos os interessados, começou na Mina do Amorim, onde os participantes tiveram a oportunidade de se abastecerem de água da "Bica da Sete Fontes". Por motivos de segurança, não foi possível visitar este espaço por dentro. O percurso

continuou pelas minas do Nozes, do Dr. Sampaio e dos Órfãos, bem como pelos Respiros, terminando nas Minas Gémeas do Dr. Alvim.

Segundo a mesma fonte, «a entrada nas galerias foi uma agradável surpresa para os participantes que desconhe-

ciam a riqueza do nosso subsolo e da abundância de água naquele sítio». Para além disso, os presentes tiveram a oportunidade de ouvir a contextualização histórica do Sítio das Sete Fontes, associado ao aproveitamento das águas desde a época dos romanos.

FVform FORMAÇÃO 2009
Intuição Profissional
WWW.FVFORM.COM
ENTIDADE ACREDIÇADA E HOMOLOGADA POR:

CABELEIREIROS Financiamento Aprovado

- ✓ CABELEIREIRO UNISSEXO - Pós-Laboral | Abr.
- (Acesso à carteira Profissional) **Últimas Inscrições**
- ✓ Reciclagens: Penteados Artísticos | Abr.
- Coloração / Corte Moda | Abr.

ESTÉTICA Financiamento Aprovado

- ✓ ESTETICISTA COSMETOLOGISTA - Laboral e Pós-Laboral | Abr.
- (Acesso à carteira Profissional)
- ✓ MASSAGISTA DE ESTÉTICA - Laboral e Pós-Laboral | Abr.
- (Acesso à carteira Profissional)
- ✓ MANICURA-PEDICURA - Laboral e Pós-Laboral | Abr.
- (Acesso à carteira Profissional)
- ✓ Reciclagens: Massagens | Abr.
- Manicura - Pedicura | Abr.
- Tratamento do Corpo | Abr.
- Tratamento do Rosto | Abr.

FORMAÇÃO GERAL

- ✓ FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL DE FORMADORES | Abr.
- AGENTE DE GERONTOLOGIA E GERIATRIA | Abr.
- ✓ ACÇÃO EDUCATIVA E GERIATRIA | Abr.

TRAVESSA DÓNEGO MANUEL
FARIA, Nº 42
SALAS 1,2,3,4,5 E 6
4700-217 BRAGA

INSCRIÇÕES / INFORMAÇÕES
TLF | 253 268 104 @fvform.com
TLM | 961 945 557 cf@fvform.com
FAX | 253 268 104

ANEXO IV

Estudo de Impacte Ambiental



INSTITUTO DAS ESTRADAS DE PORTUGAL

VARIANTE À EN 103 EM GUALTAR

ESTUDO PRÉVIO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

Junho de 2003



ecossistema

Introdução

A Variante à EN (Estrada Nacional) 103 em Gualtar, localizada no concelho de Braga, tem como objectivo criar uma radial nordeste a esta cidade que, articulando-se com a via circular de Braga, estabelece uma importante ligação inter-regional do centro urbano à zona nordeste do concelho e região do Alto Cávado.

O proponente é o IEP (Instituto das Estradas de Portugal).

Correspondendo o projecto a uma estrada com duas faixas de rodagem com separador, com duas vias cada e, além disso, localizando-se numa área sensível - pelo facto de interceptar a área onde se desenvolve o Sistema de Drenagem das "Sete Fontes" de São Vitor (sistema de engenharia hidráulica setecentista ainda em funcionamento), que se encontra proposto para classificação pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), com o Código EVC337) - por definição do nº 2 do Art. 1º do Decreto-Lei 69/2000, de 3 de Maio (Anexo II), está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

O IEP adjudicou à empresa projectista RODEST, Engenharia Rodoviária e de Estruturas, Lda o Estudo Prévio desta via, tendo esta empresa adjudicado à

ECOSSISTEMA - Consultores em Engenharia do Ambiente, Lda., a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Portaria nº 330/2001 de 2 de Abril.

O EIA foi iniciado em Outubro de 2001, tendo sido concluído em Novembro de 2002 e revisto em Fevereiro de 2003. Em Junho de 2003 foi elaborado um aditamento ao EIA. O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do EIA, não dispensando a consulta dos restantes elementos.

Antecedentes

A Variante à EN 103 em Gualtar encontrava-se prevista no Plano Director Municipal de Braga. No entanto, aquando da revisão deste plano (Resolução do Conselho de Ministros 9/2001 de 30 de Janeiro), esta via foi excluída da ratificação por se integrar na área de servidão da Carreira de Tiro de São Vitor. Deste modo,



a viabilidade da Variante ficou dependente duma futura desactivação da servidão desta Carreira de Tiro.

Porém, estão em curso negociações entre os Ministérios da Defesa e da Saúde com vista à desactivação da actual carreira de tiro e consequente extinção da respectiva servidão militar, após a conclusão e entrada em funções de uma nova carreira de tiro (previsto para o primeiro trimestre de 2004). Nessa altura serão então disponibilizados os terrenos para a construção do novo Hospital de São Marcos. A construção de um novo hospital em Braga está de resto contemplada no despacho nº 1977/2002 publicado no Diário da República de 25 de Janeiro de 2002 (2ª Série).

O projecto da Variante à EN 103 em Gualtar, interfere com a área proposta para classificação, pelo Instituto Português do Património Arqueológico, do Sistema de Drenagem das "Sete Fontes" de São Vitor. No entanto, em reunião realizada no dia 10 de Outubro de 2001 no IEP com representantes do IPPAR, estes não levantaram obstáculos à solução de traçado apresentado, desde que seja assegurado o restabelecimento das condutas afectadas.

Refira-se, que o projecto de conclusão da circular de Braga previu a construção de uma passagem inferior que integrará o Nó onde se inicia a Variante (Nó do Feira Nova) e que se encontra já construída.

Descrição do empreendimento

O empreendimento desenvolve-se a nordeste de Braga, entre a circular da cidade e a actual EN 103. São atravessadas as freguesias de São Victor, Gualtar, Adaúfe e Santa Lucrecia de Algeriz.

Na Figura 1 apresenta-se o enquadramento do projecto ao nível nacional, regional e local. Na Figura 2 apresenta-se a Planta de localização da via projectada à escala 1:15 000.

Apesar do projecto se encontrar em fase de estudo prévio não se apresentam alternativas de traçado. Tal deve-se ao facto de que, no primeiro quilómetro o traçado adoptado é fortemente condicionado pelo reduzido espaço disponível face à ocupação existente e a compromissos assumidos, designadamente em termos das propostas de ordenamento do Plano

director municipal de Braga. Na restante área, o relevo não viabilizou o traçado de corredores alternativos.

Previram-se, no entanto, três soluções para o desenho do Nó do Hospital.

A variante inicia-se no previsto Nó do Feira Nova, previsto para o extremo norte da Avenida Padre Júlio Fragata que integra a circular da cidade. Este nó permite a ligação dos fluxos de tráfego com origem ou destino na Variante da variante com a circular de Braga, para ambas as direcções (sul e poente).

Nos primeiros 500 m a via desenvolve-se em aterro, após o que se desenvolve o Nó do Hospital, que dará ligação ao futuro hospital de São Marcos e à nova Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho. Estudaram-se três soluções diferentes para o desenho deste Nó. Estas soluções, permitem todas as ligações entre o Hospital, circular de Braga e o final da Variante. É ainda garantido em todas as soluções, ligação ao Bairro das Verdosas situado nas imediações do Nó.

Entre o km 0+300 a 1+200, o projecto localiza-se na proximidade do sistema de drenagem das "Sete Fontes" de São Vitor, do século XVII, verificando-se o atravessamento de estruturas deste sistema entre os km 0+700 a 1+100. Entre o km 0+850 a 0+920 a Variante desenvolve-se sobre um pequeno viaduto que permite conservar dois ramais deste sistema de drenagem. A noroeste desenvolve-se o Parque Industrial de Adaúfe e a sudoeste terrenos da Carreira de Tiro de São Vitor, destinados ao futuro hospital.

Ao km 1+300, o traçado que, anteriormente se dirigia a nordeste, inflecte para nascente. Nesta zona, abrangida pela servidão militar da carreira de tiro, dominam matos. A elevação situada a norte apresenta uma zona de protecção a património arqueológico que não é afectada pelo empreendimento.

Ao km 1+100 encontra-se o perímetro urbano de Braga, desenvolvendo-se a Variante junto a este limite até cerca do km 1+700.

A partir do km 1+300 a via passa a desenvolver-se junto de uma cumeada.



A via aproxima-se de dois núcleos de habitações, localizados a cerca de 100 m a norte do km 1+500 e a 100 m a sul do km 1+600 a 1+700. Ao km 1+700 efectua-se, por meio de uma passagem superior, o restabelecimento de um caminho que permite o acesso ao núcleo de habitações do lado norte.

Ao km 2+129 efectua-se o restabelecimento da EM (Estrada Municipal) 590, que liga Gualtar a Adaúfe, por meio de uma passagem inferior.

Entre o km 2+250 a 2+550 desenvolve-se uma escavação importante, entre grupos de casas dispersas a cerca de 150 m a norte do km 2+300, 200 m a sul do km 2+400 e a 50 m a norte do km 2+450. A Variante intercepta caminhos de ligação a estes grupos de casas, estando, no entanto, previsto a criação de novos caminhos de modo a permitir que todas as casas tenham acesso à EM 590.

Entre o km 2+600 a 3+000, a via desenvolve-se em situações mistas de escavação e aterro, passando posteriormente a desenvolver-se numa escavação importante que termina ao km 3+400.

Entre o km 3+600 e 4+000 desenvolve-se o Nó Norte, junto a uma área de pedreira e de um grupo de habitações junto da actual EN 103, a sul. Este nó estabelece ligação com a Variante do Fojo e a EN 103 em direcção a Gualtar. Permite ainda a ligação a Santa Lucrecia de Algeriz a partir da EM 591 e às pedreiras existentes nas proximidades.

A Variante termina ao km 4+200, encaixando os últimos 200 m, na beneficiação efectuada recentemente da EN 103, cerca do actual km 44 desta estrada.

A Variante será vedada ao longo da sua extensão.

As linhas de água atravessadas serão encaminhadas por passagens hidráulicas que permitem o escoamento eficaz das águas em situações de cheias de grande dimensão.

Na construção da Variante, será necessário o recurso a explosivos de forma moderada. Os materiais escavados são quase todos utilizados nos aterros da própria Variante, sendo reduzida a quantidade de terras que terão que ser conduzidas a depósito em local adequado.

O processo de construção envolve a utilização de algumas substâncias tóxicas, nomeadamente no processo de pavimentação. O cumprimento das normas de utilização adequada destas substâncias e dos resíduos criados permitirá evitar efeitos negativos no ambiente e saúde e bem estar da população.

A programação temporal estimada para as várias fases do projecto está dependente do PIDDAC. Prevê-se que o Projecto de Execução se inicie até 2006 e a obra tenha início em 2008.

Descrição do ambiente afectado

A área de estudo inclui-se na periferia da cidade de Braga, a nordeste do centro urbano.

O clima é do tipo Atlântico. A temperatura média anual é de 14°C, variando entre valores médios mensais de 8,7°C em Janeiro e 20,2°C em Julho. Os valores de precipitação anual são da ordem de 1 515 mm. A ocorrência de geada verifica-se, em média, cerca de 26 dias por ano. Os ventos dominantes são dos quadrantes sudoeste, sul e norte.

Na área estão presentes, principalmente, rochas graníticas, encontrando-se também xistos e depósitos de calhaus e seixos junto de linhas de água. A área encontra-se incluída numa zona de risco sísmico reduzido.

Os solos graníticos presentes são, na maioria dos casos, pouco produtivos, dominando os solos do tipo saibro.

A Variante não atravessa qualquer linha de água importante. Na área, cerca de 80% do escoamento nos cursos de água ocorre no semestre húmido (de Outubro a Março).

Os terrenos apresentam permeabilidade variável. Na envolvente da Variante encontram-se as captações de água associadas ao sistema das "Sete Fontes" de São Vitor, que incluem sete fontes e cinco minas de água.

Não estão presentes espécies vegetais, cuja conservação seja considerada prioritária a nível comunitário.



Ocorrem duas espécies de aves que necessitam de medidas de conservação: a Rola-comum e a Carriça-do-mato.

Os principais usos da água identificados são o consumo de água para abastecimento domiciliário, o consumo industrial e a rega, este último com diminuta expressão. As origens de água para consumo humano, associadas a sistemas de abastecimento domiciliário são de natureza sobretudo superficial. Na área, a origem da água para consumo humano é a mini-albufeira da barragem da Ponte do Bico, no rio Cávado, sujeita a tratamento.

As fontes poluentes de origem doméstica e industrial são as mais importantes. O saneamento básico no concelho de Braga é assegurado por uma rede colectora que serve 65% da população. As freguesias de cariz rural são servidas por esgotos que se encaminham para fossas sépticas colectivas. As freguesias urbanas são servidas por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Na área de Braga/Guimarães, em termos de qualidade do ar, é de destacar uma elevada concentração de dióxido de azoto. Consideram-se boas as condições de arejamento da atmosfera.

Os níveis de ruído actualmente registados são variáveis de local para local. Nas proximidades da circular de Braga e da EN 103, os níveis de ruído são relativamente elevados. Em locais afastados de importantes vias rodoviárias e de outras fontes importantes de ruído, verifica-se um ambiente sossegado.

No concelho de Braga a recolha do lixo doméstico é realizada 6 dias por semana nas freguesias urbanas e 3 dias por semana nas freguesias rurais, sendo o lixo encaminhado para o aterro sanitário da Serra do Carvalho. Efectua-se também recolha, em ecopontos de papel, cartão, vidro, plásticos, metais, pneus, pilhas, óleos usados e resíduos de jardim.

Embora integrado na área urbana, o espaço previsto para a implantação da via apresenta uma baixa ocupação de edifícios, mantendo características rurais, com áreas de matos e, mesmo, algumas áreas agrícolas.

Na área de implantação do Nó Norte encontra-se a pedreira de saibro (saibreira) do Monte do Fojo, que não se encontra licenciada. A ligação entre este nó e

a Variante do Fojo aproxima-se de um núcleo de habitações situado junto à EN 103.

O Plano Director Municipal (PDM) de Braga, na sua última versão, está em vigor desde Janeiro de 2001.

Para esta área existe ainda o Plano de Urbanização do Areal de Cima. Este plano encontra-se actualmente em fase de elaboração e será incluído no futuro Plano de Urbanização de Braga.

O traçado da Variante atravessa por quatro vezes áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional, sensivelmente entre os km 1+200 a 1+800, km 1+900 a 2+200, km 2+500 a 3+500 e km 3+900 a 4+200. Não é interceptada qualquer área de Reserva Agrícola Nacional.

No concelho de Braga a população residente tem aumentado continuamente, verificando-se um ritmo de crescimento superior na cidade que na envolvente rural.

Na estrutura do emprego verifica-se, no concelho de Braga, um predomínio do sector terciário (comércio e serviços) que ocupa cerca de metade da população activa empregada. Segue-se em importância o sector secundário (indústria e construção civil) que ocupa quase o restante. O sector primário (agricultura e pecuária) apresenta um peso muito reduzido (inferior a 3%).

Na vizinhança imediata da Variante, existem alguns elementos com valor patrimonial, sendo de referir, pela sua importância e proximidade o Sistema hidráulico das "Sete Fontes" de São Vitor, do Século XVIII, entre o km 0+710 a 1+250 e a zona do Monte de Vasconcelos, 10 m a norte do km 3+200, correspondente a uma área de dispersão de materiais associados a um povoado fortificado da idade do Bronze/Ferro. Na envolvente encontram-se ainda outros elementos de interesse patrimonial, nomeadamente um marco milário romano, um povoado da idade do ferro (Pedroso), uma via medieval, casas rurais rústicas e o povoado de Castelhão da idade do Bronze/Ferro.



Em termos paisagísticos, foram definidas, na área envolvente ao projecto, três unidades: zona de cumeadas, com relevo acidentado e presença de matos e floresta; áreas agrícolas e de povoamento disperso e área urbana de Braga. A primeira zona é a que apresenta qualidade visual mais elevada.

No que se refere à evolução previsível da situação actual, é previsível a continuação da expansão urbana de Braga até ao limite do perímetro urbano. Na área estão previstos dois importantes equipamentos colectivos: o novo Hospital de São Marcos e a Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho.

É de prever, que, na ausência de projecto, seria sempre indispensável a criação de um novo eixo viário para servir estes equipamentos que, de outra forma, não teriam viabilidade de funcionamento nos locais previstos.

Impactes do empreendimento

O objectivo de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) é fornecer informação aos decisores e às entidades, públicas ou privadas, e aos cidadãos interessados ou afectados sobre os efeitos - positivos ou negativos - que um projecto provocará no ambiente natural, sócioeconómico e cultural.

Passa-se seguidamente a apresentar um resumo dos principais impactes do projecto durante a obra (fase de construção) e durante a fase de exploração.

Impactes da fase de construção

Nesta fase são de referir, inicialmente, os impactes negativos associados aos trabalhos de desmatção e movimentação de terras.

A destruição do coberto vegetal além, de constituir um impacte negativo ao nível da vegetação, favorece a ocorrência de fenómenos de erosão do solo e de introdução de sedimentos nas linhas de água. Estes impactes podem ser minimizados limitando ao indispensável a área de desmatção e criando estruturas que retenham os sedimentos.

Os trabalhos de movimentação de terras envolvem o destacamento de partículas e poeiras que tendem a espalhar-se por acção do vento causando desconforto. Este efeito pode ser minimizado pela

aspersão periódica nas zonas de acesso a frentes de obra e estaleiros.

Ocorrerá igualmente afectação localizada da qualidade do ar devido à operação de centrais de betão e de britagem. A instalação destas unidades deverá ser realizada em locais afastados de habitações.

Serão efectuadas escavações de grandes dimensões onde se verifica destruição do subsolo e a possibilidade de encontrar águas subterrâneas havendo necessidade de fazer baixar o seu nível.

Juntamente com as escavações, os aterros previstos (que atingem por vezes altura superior a 15 m), representam uma alteração significativa no relevo natural, o que se reflecte também de forma negativa em termos paisagísticos.

A mais extensa afectação do relevo verifica-se na zona onde se desenvolvem os nós, principalmente no caso do Nó norte.

O projecto não implica a destruição de solos de elevado potencial produtivo.

Ao km 0+380 o projecto implica a demolição de uma casa de habitação com um terreno anexo.

Os trabalhos de construção serão responsáveis pela criação de níveis de ruído elevados na zona de obra, verificando-se situações de incomodidade junto de habitações situadas nas proximidades. O EIA recomenda a restrição temporal das operações mais ruidosas ao período diurno.

Poderão ocorrer eventuais situações de contaminação resultantes de derrames acidentais nos estaleiros e frentes de obra. O empreiteiro deverá tomar as medidas necessárias para evitar a poluição do solo ou das águas, procedendo ao tratamento dos esgotos do estaleiro e recolhendo os óleos usados.

Na fase de construção, entre os resíduos produzidos assumem importância as terras sobrantes, num total de cerca de 50 000 m³ que terão que depositadas em local adequado.

A manutenção dos equipamentos de construção e a movimentação de combustível e de óleos usados originam resíduos classificados como perigosos. Os resíduos produzidos durante a obra serão recolhidos e encaminhados para os diferentes destinos finais consoante a sua natureza.

O estaleiro, os acessos provisórios e os locais de depósito temporário de materiais serão objecto de recuperação paisagística no final da obra.

O projecto implica a exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional.

Serão previstos processos de indemnização aos proprietários dos terrenos afectados pelo projecto, por demolições e ocupação directa e definitiva.

Terá que ser efectuado o restabelecimento das infra-estruturas hídricas afectadas, sempre que tal seja possível e pertinente. No caso do restabelecimento não ser viável haverá lugar à indemnização do proprietário.

Os trabalhos de construção implicarão, temporariamente, o corte e desvio de caminhos, além de aumento de riscos de acidente e pisoteio de terrenos. Terá que se limitar a circulação de pessoal, veículos e máquinas da obra, se necessário colocando vedações, de modo a evitar-se o uso de terrenos agrícolas ou serventias locais.

O projecto interfere com cinco condutas do sistema das "Sete Fontes" de São Vitor. O projecto garante a conservação de quatro destas condutas, havendo ainda a definir, em coordenação com o Instituto Português do Património Arquitectónico, a solução a adoptar, relativamente à forma de restabelecimento de uma conduta interceptada em escavação ao km 1+100. Será também directamente afectada uma via medieval e uma zona de dispersão de achados relacionados com um povoado fortificado da idade do Bronze/Ferro, propondo-se acções de registo fotográfico e escrito relativamente a estes elementos, bem como sondagens arqueológicas, por forma a verificar o verdadeiro interesse patrimonial em fase de Projecto de Execução.

Impactes da fase de exploração

A via em estudo apresenta grande importância, dado viabilizar a localização do novo Hospital e instalações universitárias, previstos para a área por permitir

absorver o aumento de trânsito que será provocado pelo funcionamento destes equipamentos.

A Variante irá constituir o melhor acesso de Braga ao nordeste do concelho e região do Alto Cávado. Ao ser uma nova alternativa de percurso rodoviário, a Variante permite a melhoria de circulação em outras vias, nomeadamente na EN 103 no atravessamento de Gualtar. Em resultado, são de esperar melhorias na fluidez e segurança da circulação rodoviária.

Verificam-se ainda impactes positivos no interior de Gualtar ao nível do ambiente sonoro e qualidade do ar.

Em resultado da circulação do trânsito previsto na Variante, é de esperar aumento de poluição na Ribeira da Pesa e na Ribeira de Santa Lucrécia de Algeriz, principalmente aquando das primeiras chuvas após o Verão.

A emissão de gases dos automóveis na Variante não provocará poluição atmosférica sensível dado que as concentrações previsíveis de monóxido de carbono e de dióxido de azoto, em função do trânsito previsto, não atingem valores elevados.

A circulação rodoviária irá provocar, um aumento progressivo dos níveis de ruído na envolvente, verificando-se em alguns locais situações de incomodidade durante o dia e noite, que obrigam ao recurso de medidas de protecção do ruído. Os locais em causa encontram-se na envolvente do Nó do Feira Nova, e na proximidade da Variante, aos km 0+000 a 0+200 (de ambos os lados), km 0+200 a 1+000 (do lado sul), km 0+400 a 1+200 (lado norte), km 1+500 (lado norte), km 1+600 (lado sul), km 2+150 a 2+500 (lado norte) e km 2+300 a 2+800 (lado sul).

A presença da via, sendo vedada, provoca um efeito barreira que é sentido em termos ecológicos, pela interrupção das circulações da fauna terrestre. Este efeito é contudo pouco relevante atendendo ao facto da fauna poder aproveitar as passagens hidráulicas previstas.

Alguns núcleos de edifícios existentes e previstos encontram-se bastante próximos da

Variante, ou dos seus nós de ligação. É o caso do bairro existente entre a ligação à universidade e o hospital e o conjunto de edifícios junto ao Nó Norte. Trata-se de situações onde a presença da Variante provocará algum incómodo pela necessária alteração dos acessos às habitações.

A presença da via origina ainda alterações negativas e permanentes na paisagem, principalmente devido à presença das escavações, e aterros de maior altura, principalmente nas zona dos nós. Estes impactes serão minimizados através da implementação de um projecto de integração paisagística.

Entre as três possibilidades estudadas para a configuração do Nó do Hospital, considerou-se preferível a solução que orienta o Nó na direcção de Braga, por facilitar o percurso para o fluxo principal de trânsito.

De um modo geral, o projecto não apresenta impactes negativos susceptíveis de comprometer a sua viabilidade, face à importância dos impactes positivos esperados e ao facto de que a adopção das medidas de minimização propostas, permite minimizar bastante muitos dos impactes negativos.

Monitorização

No regime de Avaliação de Impacte Ambiental instituído pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, a monitorização é uma das actividades fundamentais incluída na pós-avaliação. Aquele diploma contém a seguinte definição de monitorização:

"... processo de observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente ou sobre os efeitos ambientais de determinado projecto e descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios da responsabilidade do proponente, com o objectivo de permitir a avaliação da eficácia das medidas previstas no procedimento de AIA para evitar, minimizar ou compensar os impactes ambientais significativos decorrentes da execução do respectivo projecto" (alínea I) do art. 2º).

O Estudo de Impacte Ambiental propõe a realização de cinco programas de monitorização ao nível das componentes geologia, qualidade da água, qualidade do ar, ruído e património.

O programa relativo à geologia consiste numa vigilância de sinais precursoros de instabilização dos

taludes da estrada após dias com precipitação superior a 50 mm.

A necessidade da realização de um programa de monitorização da qualidade da água, deverá ser confirmada na fase seguinte do estudo, perante elementos de projecto mais detalhados. A verificar-se essa necessidade, o programa de monitorização deve ser realizado uma vez por ano, aquando das primeiras chuvas após o Verão.

As previsões dos impactes na qualidade do ar na fase de exploração baseiam-se nas previsões de tráfego automóvel na Variante para os anos de 2005, 2015 e 2025. Deste modo, caso se verifiquem afastamentos importantes entre os valores de tráfego previstos e os verificados no futuro, devem decorrer acções de monitorização que permitam avaliar o impacte da circulação rodoviária na qualidade do ar.

Relativamente ao ruído propõe-se um programa a desenvolver em duas fases correspondentes aos trabalhos de construção e à evolução do trânsito na fase de exploração da Variante, no acaso de se verificarem afastamentos importantes entre os valores de tráfego previstos e os verificados no futuro. As medições devem ter lugar na proximidade da via, junto a locais identificados com sensibilidade ao ruído.

Quanto ao património, atendendo a possíveis efeitos relacionados com vibrações durante a fase de obra, terá que proceder-se à monitorização do estado de estabilidade e conservação do monumento das "Sete Fontes de São Vitor", designadamente por observação de eventuais fendas nas estruturas. As observações devem ser efectuadas antes, durante e após a fase de obra, sendo acompanhadas por relatórios técnicos. A circulação automóvel poderá também, causar degradação progressiva das estruturas devido ao efeito de vibrações, pelo que o estado de conservação do monumento na proximidade imediata da via terá que continuar a ser observado periodicamente na fase de exploração.

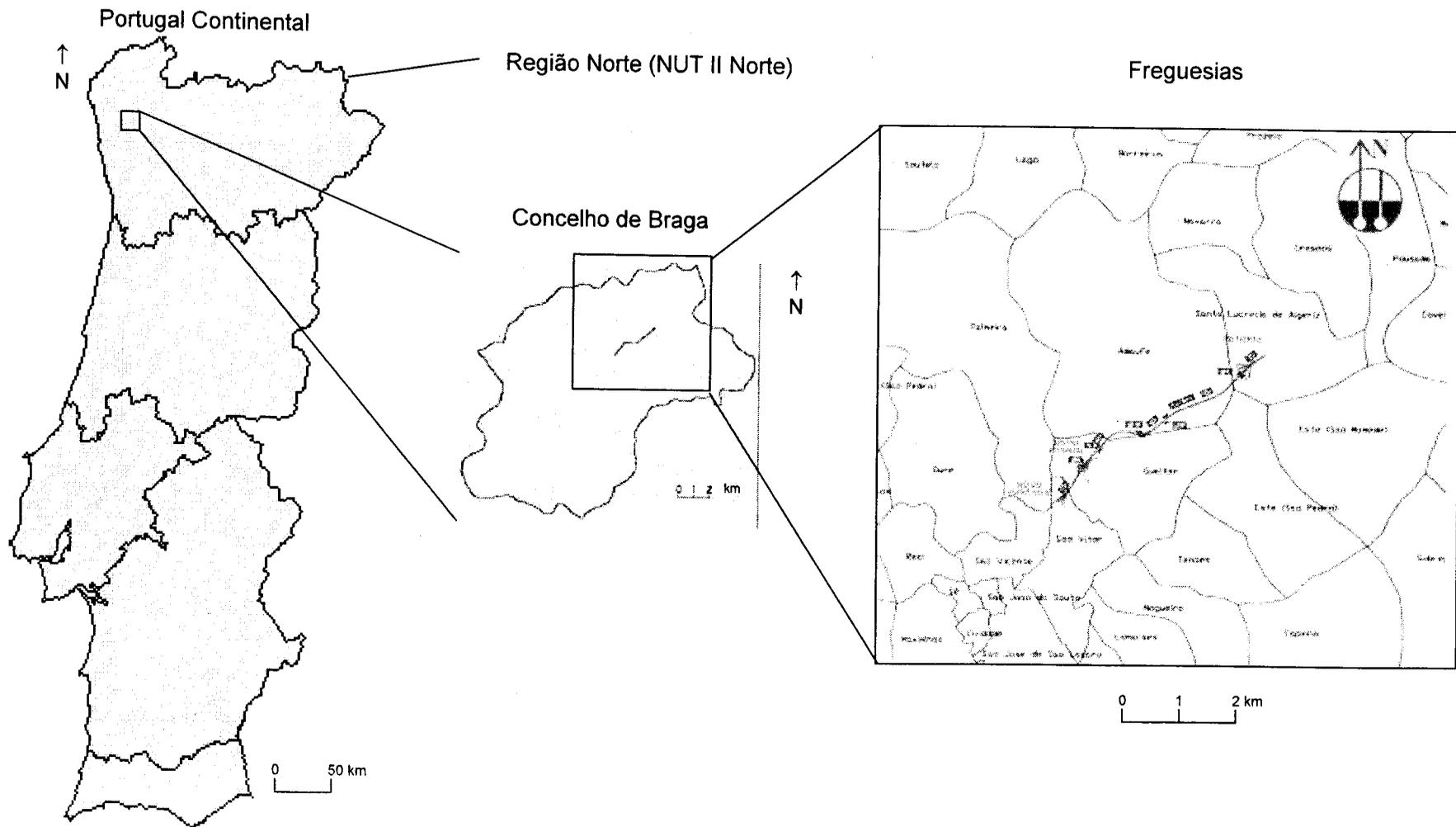


Figura 1 – Enquadramento do projecto ao nível nacional, regional e local

ANEXO V

Interpelações dos cidadãos à Câmara Municipal

Ex^{mo} Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Braga

24 12 2010

Eu, Luísa Jacinta Soares Dias Ferreira contribuinte
n.º _____ residente na
de Braga venho solicitar que a Câmara enete as
medidas necessárias a colmatar a escorregadia
de alvenarias provenientes das obras do Hospital
Novo de Braga, sobre a estrutura e parque
hidrológico e arqueológico das Sete Fontes e aduana
este complexo esse perigo. Ciente de que tomarão
as medidas necessárias para proteger este
legado Bracarense.

Braga, 24 de fevereiro de 2010

Luísa Jacinta Soares Dias Ferreira



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Processo nº: 2944/PED/10

Local da Obra: SETE FONTES

Freguesia: Braga (São Vitor)

Requerente:

Nome/Designação: MUNICIPIO DE BRAGA

Endereço: BRAGA

Parecer Técnico - Manuel Lopes

Ref. 2617/2010

Data: 17-03-2010

Na sequência da recepção por estes serviços, de três reclamações referentes ao monumento em vias de classificação "Sete Fontes", respectivamente a da Assembleia Municipal (Grupo Municipal da CDU), Jovemcoop e Luísa Jacinta S.D.R. Ferreira, deslocaram-se ao local técnicos desta Câmara onde se constatou a existência de uma grande concentração de terras, valas e a derrocada do talude associado à mina dos órfãos.

Pela análise do terreno, concluiu-se que a situação verificada derivou principalmente de uma excessiva confluência de águas pluviais, facto este, atribuído à existência no local de um aterro em talude que integra a obra do novo hospital de Braga, e ao qual se opõe um depósito de terras, formando entre eles uma pequena "garganta", por onde toda a água proveniente de montante é conduzida e, conseqüentemente, formando um grande e forte caudal, o que provoca por um lado, a acumulação nos campos contíguos de terras resultantes da lixiviação dos inertes constituinte do referido talude e por outro lado, à formação de grande vala escavada em terreno natural. Foi precisamente, a água conduzida por uma destas valas, que deu azo à destruição do talude da mina dos Órfãos.

Considera-se assim, que se deverá proceder à devida consolidação dos taludes, captação e condução de águas pluviais e com a maior urgência possível repor a configuração do terreno observada neste local através da:

- Limpeza das terras;
- Aterro e compactação das valas;
- Arranjo do talude associado à mina dos órfãos.

A presente informação deverá ser comunicada à DSBC/Porto, ao dono da obra, ao empreiteiro e às entidades acima referidas.

A proposta de procedimento antes emanada, assenta no facto de se tratar de uma obra de iniciativa do estado, isenta de licenciamento, e como tal não sujeita a qualquer controlo prévio, conforme previsto no artigo 7.º do RJUE, Decreto-Lei 555/99 de 16/12, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 60/2008 de 4/9).

Rubrica: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DMGURU - DIVISÃO DE APOIO AOS DEPARTAMENTOS TÉCNICOS - DADT

REGISTADO

Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

Luísa Jacinta Soares Dias Ferreira

Avª 31 de Janeiro, nº 536 – 1º

4710 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º SI/2792/DADT/2010	23-03-2010

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Sete Fontes - Monumento Nacional - Braga / Reclamações

Processo n.º 2944/PED/10

Local da Obra: SETE FONTES - Braga (São Vitor)

Requerente:

Nome/designação: MUNICIPIO DE BRAGA

Endereço: BRAGA

Vem por este meio,

- Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Hugo Pires,
- Notificar V. Ex.ª que, deverá suprir, as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido,
- Relativamente ao assunto acima mencionado, junto envio a V. Exa. fotocópia da informação prestada pelos serviços técnicos desta Câmara (DRU).
-

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

(Hugo Pires (Arqt))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga

As cidadãs e os cidadãos abaixo-assinados e devidamente identificados, vêm por este meio expor e requerer a V. Exa o seguinte:

As ameaças ao património das "Sete Fontes" têm-se agravado nos últimos meses pela localização de um aterro em talude sem qualquer sistema de protecção, que integra a obra do Novo Hospital de Braga. Daí drenam incontroladamente as águas pluviais criando um forte caudal que está na origem da acumulação de terra e aluviões nos campos contíguos, bem como a formação de uma grande vala escavada em terreno natural. Esta situação já deu azo à destruição do talude da Mina dos Órfãos. Acresce a isto o facto de nos apercebermos do aumento repentino dos aluviões da obra e de, nos últimos dias, se ter efectuado a limpeza radical dos terrenos circundantes (distanto menos de 50 metros do complexo). Mais a mais verificou-se um surpreendente abate de árvores de grande porte, que suspeitosamente indicam o desenvolvimento de trabalhos de construção (viaduto, acessos?), sem que até ao momento tenham sido satisfeitas/respondidas as interpelações feitas em consulta pública, nem sequer que no local exista qualquer anúncio ou informação de obras licenciadas. Junto anexam-se fotos comprovativas do alegado nesta exposição.

Pelo exposto requeremos a Vossa Excelência que se digne a ordenar a fiscalização e a realização das diligências necessárias para colocar termo a esta situação (destruição do Complexo), nomeadamente, e se necessário, o embargo imediato da obra e o apuramento da identidade dos responsáveis pelos actos.

Os signatários pedem, com urgência, a observância do interesse público e o cumprimento da lei.

Braga, 13 de Abril de 2010



CC: Ministro da Cultura e Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, IGESPAR, Junta de Freguesia de S. Victor, todos os Partido Políticos com Assento na Assembleia Municipal de Braga

